PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.920, DE 25 DE AGOSTO DE 2020.

"Reorganiza o fluxo de atendimento presencial ao público na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, mantém as diretrizes de organização do fluxo de atendimento para enfrentamento do COVID-19, enquanto durar a Pandemia e dá outras providências.".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - O atendimento presencial ao público na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, ocorrerá de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 17:00 horas, excluindo-se os feriados.

ARTIGO 2º - Os débitos inscritos em dívida ativa e/ou execução fiscal, continuarão a manter o atendimento para recebimento de demonstrativos de débitos, realização de acordos e boletos via telefone (12) 3607.1000, whatsapp (12) 99241.1315 e através do e-mail: dividaativa@tremembe.sp.gov.br

ARTIGO 3º - Todos os médicos e profissionais de saúde da rede municipal poderão ser requisitados para o atendimento e prestação de serviços nas unidades de saúde do município, em especial no Pronto Atendimento Municipal.

ARTIGO 4º - Enquanto perdurar a Situação de Emergência para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do Coronavírus COVID 19, as triagens dos casos suspeitos ou que apresentem sintomas, serão direcionados exclusivamente para o ESF-4, situado à Rua Hipólito José Ribeiro, nº 243, Jardim Santana, neste município.

ARTIGO 5º - Ficam autorizadas às Secretarias Municipais a procederem a realocação de seus servidores ou setores distintos daqueles aos quais encontram-se alocados, de modo a atender as demandas que se apresentarem em razão da Pandemia.

ARTIGO 6º - Enquanto perdurar a decretação da Situação de Emergência, poderão ser requisitados bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas.

ARTIGO 7º - Os servidores maiores de 60 (sessenta) anos e os portadores de doenças respiratórias crônicas ou que reduzam a imunidade, imunussuprimidos por doenças patológicas e/ou medicamentos e as gestantes poderão realizar suas atividades em regime remoto e/ou terão suas férias concedidas ou antecipadas, em acordo com a legislação vigente.

ARTIGO 8º - Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 5.795, de 20 de março de 2020.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 25 de agosto de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 25 de agosto de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAÚJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.921, DE 26 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.931/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Especial da ordem de R$ 73.950,00 (Setenta e três mil, novecentos e cinquenta reais) para atender a Secretaria de Saúde, assim classificado:

01	EXECUTIVO	
011	SECRETARIA DE SAÚDE	
013	Seção da Unidade Básica do Centro de Saúde	
10.301.0074.2251	Manutenção das Atividades da Seção da Unidade Básica do Centro de Saúde.	
3.3.9030	Material de Consumo.....	R$ 73.950,00
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 312.0312	

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito, a que se refere o artigo anterior, se faz necessário em atendimento Portaria nº 2.027, de 07 de agosto de 2020, que altera a Portaria nº 1.857/GM/MS, de 28 de julho de 2020, do Ministério da Saúde.

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6°, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7°, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 26 de agosto de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 26 de agosto de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 5.919, DE 25 DE AGOSTO DE 2020.

"Mantem a medida de quarentena estabelecida no Decreto Estadual nº 64.881, de 22 de março de 2020; regulamenta e atualiza as regras da retomada consciente das atividades econômicas que especifica, de acordo com a fase 3 - Amarela estabelecida no Plano São Paulo do Governo Estadual, e dá outras providências."

MARCELO VAQUELI, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE TREMEMBÉ, ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Portaria Ministerial nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).";

Considerando que a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, dispôs sobre medidas para o enfrentamento da citada emergência de saúde pública de importância internacional;

Considerando a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto nº 5.793, de 17 de março de 2020, que declarou Situação de Emergência no âmbito da saúde pública municipal e o Decreto nº 5.801, de 02 de abril de 2020, que declarou Estado de Calamidade Pública no Município de Tremembé;

Considerando que o Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, regulamenta a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

Considerando que o Decreto Estadual nº 64.881, de 22 de março de 2020, adotou a medida de quarentena para enfrentamento da crise, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei Federal nº 13.979, de 2020;

Considerando a estratégia de retomada consciente apresentada pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio do "Plano São Paulo" (https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/planosp) que autorizou a progressão do Município de Tremembé para a Fase 3 – Amarela;

Considerando as alterações permitidas pelo Decreto Estadual nº 65.141, de 19 de agosto de 2020, atendendo recomendação do Centro de Contingência do Coronavírus da Secretaria de Saúde,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica mantida a medida de quarentena constante do Decreto Estadual nº 64.881, de 22 de março de 2020, por prazo indeterminado e enquanto vigorar a medida de quarentena estabelecida pelo Governo do Estado de São Paulo.

ARTIGO 2º - São considerados serviços essenciais, em acordo com o Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, autorizados o funcionamento normal, em acordo com o Alvará de Funcionamento expedido pela municipalidade de Tremembé, os seguintes:
I – FARMÁCIAS, devendo fixar o horário de atendimento exclusivo para pessoas idosas e gestantes da 8:00 às 09:30 horas.
II – HIPERMERCADOS, SUPERMERCADOS, MERCADOS, ACOUGUES, PEIXARIAS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E QUITANDAS, devendo fixar horário de atendimento exclusivo para pessoas idosas e gestantes das 8:00 às 09:30 horas.
III – LOJA DE VENDA DE ALIMENTAÇÃO PARA ANIMAIS.
IV – DISTRIBUIDORES DE GÁS.
V- LOJA DE VENDA DE ÁGUA MINERAL.
VI – PADARIAS.
VII – RESTAURANTES E LANCHONETES, adequando seu funcionamento às fases definidas no Plano São Paulo.
VIII – POSTOS DE COMBUSTÍVEL E DERIVADOS; TRANSPORTADORAS; ARMAZÉNS, OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA E BANCAS DE JORNAL.
IX – FUNERÁRIAS , VELÓRIOS (com numero limitado a 10 pessoas e não ocorrência ao mesmo tempo) E SEPULTAMENTOS, observadas as disposições da Portaria nº 7.452/2020.
X – AGÊNCIAS BANCÁRIAS, CASAS LOTÉRICAS E CORREIOS.
XI – LOJAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.
XII – HOSPITAIS, CLÍNICAS, LAVANDERIAS E SERVIÇOS DE LIMPEZA E HOTÉIS.
XIII – CLUBE DE TIRO, devendo ter número limitado a 06 pessoas ao mesmo tempo.
XIV – SERVIÇOS DE MOTOTAXI, vedado o compartilhamento de capacetes pelos passageiros.
XV – OUTROS EVENTUALMENTE DEFINIDOS EM ATO EXPEDIDO PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

ARTIGO 3º - As igrejas e templos religiosos, poderão realizar missas e cultos religiosos, adotando os critérios abaixo:
I – limitação de 40% (quarenta) por cento da capacidade total; proibida aglomeração de pessoas interna e externamente.
II – distanciamento mínimo de 3,0 m² (três) metros quadrados.
III – horário de funcionamento limitado das 06:00 (seis) até no máximo 20:00 (vinte) horas.

ARTIGO 4º - Os hipermercados, supermercados, agências bancárias e casas lotéricas, deverão limitar o acesso aos consumidores ao número de caixas existentes no estabelecimento.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ficam obrigados a sinalizar as calçadas que permeiam o estabelecimento, mantendo a distância mínima de 02 (dois) metros entre os consumidores, em caso de filas no lado externo do estabelecimento.

ARTIGO 5º - Os setores constantes do Decreto Estadual nº 64.994, de 28 de maio de 2020, integrantes do Plano São Paulo, enquadrados na Fase amarela – fase 3, autorizados a funcionar se constituem de :

I – Atividades imobiliárias.
II – Concessionárias e lojas de veículos.
III – Escritórios em geral.
IV – Comércio em Geral / prestadores de serviço/galeria.
V – Salões de beleza e barbearias.
VI – Academias de esporte de todas as modalidades e centros de ginástica.
VII – bares, restaurantes e similares.

ARTIGO 6º - As atividades integrantes do artigo 5º, referentes aos itens I, II , III e IV deste Decreto (atividades imobiliárias; concessionárias e lojas de veículos; escritório sem geral; comércio em geral/ prestadores de serviços/galerias) poderão funcionar das 10:00 às 18:00 horas de segunda a sábado, excluindo os feriados.

PARÁGRAFO 1º – Fica autorizado aos estabelecimentos comerciais promoverem o recebimento de pagamento de carnês ou congêneres, das 9:00 às 10:00 horas, desde que o atendimento ocorra de forma individual, sendo vedada a espera de clientes no interior do estabelecimento ou fila na área externa.

PARÁGRAFO 2º - As atividades integrantes do artigo 5º, referente ao item V (salões de beleza e barbearias) deverão funcionar das 10:00 às 18:00 horas, de segunda a sábado, excluindo os feriados.

PARÁGRAFO 3º - As atividades integrantes do artigo 5º, referente ao item VI (Academias de esporte de todas as modalidades e centros de ginástica), poderão funcionar por 08 horas diárias consecutivas ou em 02 turnos de 04 horas, de segunda a sábado, observado o horário das 6:00 às 21:00 horas impreterivelmente e, excluindo os feriados.

PARÁGRAFO 4º – As atividades integrantes do artigo 5º, referente ao item VII (Bares, restaurante e similares) poderão funcionar todos os dias da semana, por 08 horas consecutivas ou 02 turnos de 04 horas, desde que o serviço de atendimento/consumo no local não ultrapasse as 22:00 horas.

PARÁGRAFO 5º – Fica mantida a autorização para funcionamento do sistema "drive-thru" e "delivery", se houver.

ARTIGO 7º - As regras gerais para funcionamento das atividades definidas no Artigo 5º são:

I – Fluxo de clientes no interior do estabelecimento limitado a 40% (quarenta por cento) da capacidade total do estabelecimento.
II – Distanciamento mínimo de 1.50 m (um metro e cinqüenta centímetros) entre as pessoas.
III – Utilização de máscaras descartáveis ou de tecido por todos os funcionários, proprietários e clientes.
IV – Disponibilização de frasco com álcool gel 70% (dispenser) na entrada e saída do estabelecimento.
V – Limpeza e desinfecção freqüente de ar condicionado.
VI – Garantia de circulação de ar com, no mínimo 01 (uma) porta ou 1 (uma) janela abertas.
VII – Funcionários e proprietários com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes ou portadores de doença crônica, preferencialmente, não devem trabalhar no local.
VIII – adoção de medidas especiais e prioritárias, conforme preconiza a legislação atinente à espécie, visando a proteção dos idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas ou imunodeprimidas.
PARÁGRAFO ÚNICO – Não está permitida a realização de eventos de qualquer natureza que possam causar aglomeração de pessoas.

ARTIGO 8º - As regras específicas de funcionamento por atividade autorizada a funcionar na Fase Amarela constarão do Anexo I que integra este decreto.

ARTIGO 9º - Mantem-se suspensas, até determinação em contrário a realização de eventos, incluindo-se os culturais, educacionais e quaisquer outras atividades coletivas de qualquer natureza, com aglomeração de pessoas, em locais públicos ou privados, ainda que anteriormente autorizados.

ARTIGO 10 - Permanece suspenso, por prazo indeterminado o funcionamento de:
I - Casas noturnas, buffets, estabelecimentos destinados a realização de festas, recepções e locais fechados independente de sua característica, condição ambiental, tipo de público, duração e modalidade.
II - Feiras da barganha, feiras de artesanato e similares.
III – Escolas, creches e faculdades da rede de ensino público e privado, exceto Centro de Formação de Condutores, que poderá desenvolver atividades em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Departamento Estadual de Trânsito.
IV - Realização de eventos esportivos, e em eventual excepcionalidade somente poderão ocorrer com os portões fechados ao público, e mediante prévia autorização da Vigilância Sanitária do Município e termo de compromisso assinado pelos organizadores.
V - Parques, Horto Municipal e Centro de Lazer do Trabalhador.
PARÁGRAFO ÚNICO - O disposto neste artigo não se aplica às atividades internas dos estabelecimentos, bem como a realização de transações comerciais por meio de aplicativos, internet, telefone, sistema "delivery", "drive thru" ou outros instrumentos similares.

ARTIGO 11 - Permanecem vigentes, sem qualquer alteração os Decretos Municipais nºs 5.801, de 02 de abril de 2020, que declarou Estado de Calamidade Pública e 5.828, de 07 de maio de 2020, que determinou a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial na circunscrição do Município de Tremembé.

ARTIGO 12 - O descumprimento das regras gerais e/ou específicas determinadas neste Decreto ou em Portarias a serem expedidas pelo Poder Público, ensejará a aplicação de penalidade de multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), além das medidas e sanções cabíveis, de natureza civil, administrativa e penal, em especial dos crimes dispostos nos artigos 267 e 268 do Código Penal.
PARÁGRAFO ÚNICO – A reincidência será punida com aplicação de multa em dobro em caso de descumprimento.

ARTIGO 13 - Revogam-se as disposições em contrário e especialmente os Decretos Municipais nºs 5.795, de 20 de março de 2020; 5.796, de 31 de março de 2020; 5.803, de 08 de abril de 2020; 5.861, de 1º de junho de 2020; 5.865, de 08 de junho de 2020; 5.867, de 15 de junho de 2020 e 5.911, de 07 de agosto de 2020 e outras disposições em contrário.

ARTIGO 14 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 25 de agosto de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Tremembé em 25 de agosto de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

ANEXO I

(a que se refere o artigo 5º do Decreto nº 5.919, de 25 de agosto de 2020)

I – IMOBILIÁRIAS E ESCRITÓRIOS EM GERAL.

Capacidade limitada a 40% (quarenta por cento)

Horário: 08 horas consecutivas, das 10:00 às 18:00 horas, de segunda a sábado, excluindo feriados.

Assegurar distância mínima de 1.5m (um metro e meio) entre os funcionários e clientes.

Disponibilizar álcool em gel 70% ao lado dos computadores e mesas de trabalho.

Preferencialmente adotar sistema de trabalho remoto (home Office).

Manter atendimento individual com agendamento prévio, vedada a espera de clientes no interior do estabelecimento.

II – COMÉRCIO EM GERAL/ PRESTADORES DE SERVIÇOS/ GALERIA.

Capacidade limitada a 40% (quarenta por cento)

Horário: 08 horas consecutivas, das 10:00 às 18:00 horas, de segunda a sábado, excluindo feriados.

Controlar o acesso garantindo a lotação máxima de 01 (um) cliente a cada 15 m² (quinze metros quadrados) de área de vendas ou serviços;

Fixar no local placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima.

Controlar para que não ocorram filas internas e externas garantindo o distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e meio) entre os clientes.

III – SALÕES DE BELEZA E BARBEARIAS:

Capacidade limitada a 40% (quarenta por cento) .

Horário: 08 horas consecutivas ou dois turnos de 04 horas, limitado até as 18:00 horas.

Fixar no local placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima.

Atendimento individual com agendamento prévio e hora marcada, vedada a espera de clientes no interior do estabelecimento ou fila na área externa.

Cadeiras e demais equipamentos deverão ser higienizados após cada atendimento.

Os profissionais deverão usar luvas e máscaras durante todo o atendimento.

Preferencialmente os cabelos devem ser lavados antes dos cortes e penteados.

IV – ACADEMIAS DE ESPORTE DE TODAS AS MODALIDADES.

Capacidade limitada a 30% (trinta por cento).

Fixar no local placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima.

Horário: 08 horas consecutivas ou 02 turnos de 04 horas, compreendidas no período das 06:00 às 21:00 horas.

Os atletas e usuários do estabelecimento desportivo somente poderão frequentá-lo mediante agendamento prévio, restando vedada sua entrada no estabelecimento fora da escala de horário.

Os acessos deverão ter controle de identificação dos usuários pelo estabelecimento.

Deverão ser utilizados equipamentos de proteção individual (máscaras, luvas e similares) por todos os proprietários, funcionários e usuários.

Antes de entrar nas dependências do estabelecimento, todos deverão sujeitar-se a medição de temperatura, sendo considerados suspeitos de portarem Covid-19 aqueles que apresentarem febre, ainda que leve, não podendo permanecer no local.

Deverá ser disponibilizado, frasco com álcool em gel 70% (dispenser) em todas as áreas do estabelecimento, sendo que nas áreas de musculação, deverá ser disponibilizado um frasco por aparelho.

Fica permitido o acesso, circulação e permanência de no máximo uma pessoa para cada 02 metros quadrados de área total interna.

Deverá ser mantido o distanciamento mínimo de dois metros entre cada equipamento.

Não será permitido acompanhantes no local e usuários fora do horário agendado.

Vestiários e saunas devem permanecer fechados, sendo autorizado exclusivamente o uso de banheiros.

É proibido o uso dos vestiários para banhos e trocas de vestimentas no local, exceto no caso de aulas em piscina, exclusivamente para troca de roupa molhada por roupa seca, respeitando-se as orientações sobre o isolamento entre as pessoas.

Deverão ser disponibilizados bebedouros somente para o abastecimento dos recipientes individuais.

Eventuais áreas destinadas à alimentação (café, lanchonete e similares) deverão permanecer fechadas.

Os equipamentos deverão ser higienizados após cada utilização.

São permitidas apenas aulas práticas e individuais, mantendo-se aulas e práticas em grupo suspensas.

As piscinas deverão ser divididas em salas de aula com separação por raias, recomendando-se a redução da duração das aulas, consequentemente reduzindo o número de alunos na piscina.

Deverá ser disponibilizado, na área da piscina, suporte para que cada cliente possa pendurar sua toalha de forma individual.

V – BARES, RESTAURANTES E SIMILARES.

Capacidade limitada a 40% (quarenta por cento) da capacidade máxima do local.

Horário: 08 horas consecutivas ou 02 turnos de 04 horas, compreendidas no período das 06:00 às 22:00 horas, de segunda a sábado, excluindo os feriados

Fixar no local placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima.

Manter 1,5m (um metro e cinqüenta centímetros) de distância entre as mesas.
Mesas com no máximo 06 (seis) lugares.
Deverão ser servidos apenas empratados (prato feito ou à la carte) .
Proibido self-service, rodízio, utilização de mesa de bistrô e consumo em balcão.
Fica mantida a autorização para funcionamento do sistema "drive-thru" e delivery", se houver;
Permitida utilização de área externa ou ao ar livre, aos estabelecimentos que já possuam essa autorização, desde que mantida a distância mínima de 1,5m (um metro e cinqüenta centímetros) para o trânsito livre e seguro dos pedestres.
Fica proibida a utilização de som mecânico, música ao vivo, karaokê e/ou realização de qualquer outra atividade musical.
Não realizar ou divulgar nenhum evento ou promoção que estimule uma forma de ocupação do espaço contrária, efetiva ou potencialmente ao princípio da aglomeração.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.983, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre remanejamento de dotações orçamentárias".

RENATO VARGAS JÚNIOR, Vice-Prefeito Municipal em Exercício da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o remanejamento no valor de R$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	EXECUTIVO		
06	SECRETARIA DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS		
020	Setor de Lançadoria I		
04.129.0040.2104	Manutenção das atividades do Setor de Lançadoria I.		
350-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(+)R$	20.000,00
10	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO		
001	Administração		
04.122.0063.2059	Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento Urbano.		
641-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(+)R$	2.000,00
14	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
001	Despesas Gerais e Especiais da Administração		
04.272.0098.2220	Pagamentos de Aposentados e Pensões.		
862-3.1.9001	Aposentadorias e Reformas.....	(+)R$	30.000,00

REDUZ:

01	EXECUTIVO		
03	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		
013	Departamento de Assistência Social.		
08.122.0016.2016	Manutenção das Atividades do Departamento de Assistência Social.		
127-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	10.000,00
09	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS		
015	Setor de Manutenção de Obras.		
15.451.0118.2267	Manutenção e Conservação de Estradas Rurais e Pontes em Zona Rural.		
614-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	42.000,00

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 19 de novembro de 2020.

RENATO VARGAS JÚNIOR
Vice-Prefeito em Exercício

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.918, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.926/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 600.000,00 (Seiscentos Mil reais), assim classificado:

01	**EXECUTIVO**		
07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**		
009	**SETOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL**		
12.361.0131.2228	Manutenção das Atividades do Setor Administrativo da Educação.		
427-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	(+)R$	500.000,00
428-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	100.000,00

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior fica reduzida parcialmente e/ou totalmente a seguinte dotação orçamentária, conforme prevê o § 1º, item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

01	**EXECUTIVO**		
07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**		
009	**SETOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL**		
12.361.0131.2228	Manutenção das Atividades do Setor Administrativo da Educação Fundamental.		
432-3.3.9032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.....	(-)R$	600.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 19 de agosto de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de agosto de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.917, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotação orçamentária".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.925/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 1.094.000,00 (Hum milhão e noventa e quatro mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**
07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
009	**SETOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL**
12.361.0131.2228	Manutenção das Atividades do Setor Administrativo da Educação.
428-3.1.9013	Obrigações Patronais..... (+)R$ 550.000,00
011	**SEÇÃO PRÉ ESCOLA**
12.365.0133.2230	Manutenção das Atividades da Educação Infantil – Recursos Próprios.
450-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas..... (+)R$ 360.000,00
012	**SEÇÃO DE CRECHE**
12.365.0134.2231	Manutenção das Atividades da Creche.
464-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas..... (+)R$ 184.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**
07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
011	**SEÇÃO PRÉ ESCOLA**
12.365.0133.2240	Manutenção das Atividades da Educação Infantil – FUNDEB - Recursos Estaduais
458-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas..... (-)R$ 1.094.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 19 de agosto de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de agosto de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.916, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.924/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Suplementar da ordem de R$ 54.254,16 (Cinquenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e dezesseis centavos), assim classificado:

01	**EXECUTIVO**
11	**SECRETARIA DE SAÚDE**
012	**Seção de Apoio Atenção Básica do Programa ESF**
10.301.0074.2250	Seção de Apoio a Atenção Básica do Programa ESF.
727-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas..... (+)R$ 54.254,16
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.00

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior fica reduzida parcialmente e/ou totalmente a seguinte dotação orçamentárias, conforme prevê o § 1º, item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

01	**EXECUTIVO**
11	**SECRETARIA DE SAÚDE**
012	**Seção de Apoio Atenção Básica do Programa ESF**
10.301.0074.2250	Seção de Apoio a Atenção Básica do Programa ESF.
735-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica..... (-)R$ 54.254,16
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.00

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Suplementar que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6°, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 19 de agosto de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de agosto de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.982, DE 19 DE NOVEMBRRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotações orçamentárias".

RENATO VARGAS JÚNIOR, Vice-Prefeito Municipal em Exercício da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 41.000,00 (Quarenta e Um Mil Reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**
07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
009	**Setor Administrativo da Educação Fundamental**
12.361.0131.2243	Manutenção das Atividades do Setor Administrativo da Educação – Recurso Federal.
447-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... (+)R$ 41.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**
07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
009	**Setor Administrativo da Educação Fundamental**
12.361.0131.2228	Manutenção das Atividades do Setor Administrativo da Educação.
429-3.1.9094	Indenizações e Restituições Trabalhistas..... (-)R$ 41.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 19 de novembro de 2020.

RENATO VARGAS JÚNIOR
Vice-Prefeito em Exercício

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.° 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n° 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal n° 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.984, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre remanejamento de dotações orçamentárias".

RENATO VARGAS JÚNIOR, Vice-Prefeito Municipal em Exercício da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2° do artigo 13 da Lei Municipal n° 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o remanejamento no valor de R$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

01	EXECUTIVO	
06	SECRETARIA DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS	
017	Seção de Tesouraria	
04.129.0044.2040	Manutenção das Atividades da Chefia do Setor de Tesouraria.	
335-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(+)R$ 100.000,00
10	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	
007	Assessoria da Secretaria de Planejamento Urbano	
25.122.0064.2327	Manutenção das Atividades dos Serviços de Iluminação Pública.	
653-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(+)R$ 10.000,00

REDUZ:

01	EXECUTIVO	
12	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	
007	Setor de Turismo	
04.122.0078.2275	Manutenção do Serviço do Setor de Turismo.	
850-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(-)R$ 110.000,00

ARTIGO 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 19 de novembro de 2020.

RENATO VARGAS JÚNIOR
Vice-Prefeito em Exercício

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAÚJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.985, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotações orçamentárias".

RENATO VARGAS JÚNIOR, Vice-Prefeito Municipal em Exercício da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.967/2020,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	EXECUTIVO	
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
009	SETOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
12.361.0131.2243	Manutenção das Atividades ao Setor Administrativo da Educação-Recurso Federal.	
445--3.3.9030	Material de Consumo.....	(+)R$ 100.000,00

REDUZ:

01	EXECUTIVO	
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
012	Seção de Creche	
12.365.0134.2231	Manutenção das Atividades da Creche.	
470-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(-)R$ 100.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 24 de novembro de 2020.

RENATO VARGAS JUNIOR
Vice-Prefeito em Exercício

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 24 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.986, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".

RENATO VARGAS JÚNIOR, Vice-Prefeito Municipal em Exercício da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.968/2020,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Suplementar da ordem de R$ 2.430.000,00 (Dois milhões e quatrocentos e trinta mil reais) , assim classificado:

01	EXECUTIVO	
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
009	Setor Administrativo da Educação Fundamental	
12.361.0131.2228	Manutenção das Atividades Setor Administrativo da Educação.	
431-3.3.9030	Material de Consumo.....	(+)R$ 1.750.000,00
436-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(+)R$ 680.000,00

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior fica reduzida parcialmente e/ou totalmente a seguinte dotação orçamentárias, conforme prevê o § 1º, item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

01	EXECUTIVO	
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
009	Setor Administrativo da Educação Fundamental	
12.361.0131.2228	Manutenção das Atividades Setor Administrativo da Educação.	
434-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$ 2.430.000,00

ARTIGO 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 24 de novembro de 2020.

RENATO VARGAS JÚNIOR
Vice-Prefeito em Exercício

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 24 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 5.987, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotações orçamentárias".

RENATO VARGAS JÚNIOR, Vice-Prefeito Municipal em Exercício da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.969/2020,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 4.296.000,00 (Quatro milhões, duzentos e noventa e seis mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**		
07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**		
009	**Setor Administrativo Da Educação Fundamental**		
12.361.0131.2228	Manutenção das Atividades Setor Administrativo da Educação.		
427-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(+)R$	1.360.000,00
428-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	135.000,00
12.361.0131.2239	Setor Administrativo da Educação-FUNDEB-Recurso Estadual.		
437-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(+)R$	1.406.000,00
438-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(+)R$	625.000,00
439-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	385.000,00
011	**Seção De Pré Escola**		
12.365.0133.2230	Manutenção das Atividades da Escola Infantil-Recursos Próprios.		
451-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	16.000,00
12.365.0133.2240	Manutenção das Atividades da Educação Infantil-FUNDEB-Recursos Estaduais.		
458-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(+)R$	245.000,00
461-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	3.000,00
012	**Seção de Creche**		
12.365.0134.2231	Manutenção das Atividades da Creche.		
465-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	1.000,00

12.365.0134.2241	Manutenção das Atividades de Creche-Recursos Estaduais.		
472-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(+)R$	120.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**		
07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**		
005	**Assessoria da Secretaria de Educação.**		
12.122.0049.2045	Manutenção das Atividades da Assessoria da Secretaria de Educação.		
379-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	20.000,00
380-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	4.000,00
006	**Departamento de Educação**		
12.122.0051.2047	Manutenção das Atividades da Diretoria de Educação.		
387-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	70.000,00
388-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	29.000,00
390-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	5.000,00
391-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	5.000,00
12.361.0051.1012	Manutenção de Reforma/Ampl./Manutenção de Móveis Cedidos e Recebidos-Recursos Próprios.		
393-4.4.9051	Obras e Instalações.....	(-)R$	11.500,00
12.365.0051.1016	Plano de Ações Articuladas-PAR.		
395-4.4.9051	Obras e Instalações.....	(-)R$	210.000,00
12.365.0051.2233	Aquisição de Acervo.		
397-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	6.000,00
398-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	6.000,00
12.365.0051.2234	Aquisição de Material e Acervo Lúdico.		
399-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	10.500,00
007	**Setor de Merenda Escolar.**		
12.306.0129.2237	Manutenção das Atividades do Setor de Merenda Escolar.		
400-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	120.000,00
401-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	200.000,00
402-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	300.000,00

12.306.0129.2242	Manutenção das Atividades do Setor de Merenda-Recursos Estaduais.		
404-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	400.000,00
08	**Setor de Biblioteca**		
04.122.0130.2235	Manutenção da Biblioteca.		
413-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	25.000,00
414-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	5.000,00
416-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	4.000,00
417-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(-)R$	2.000,00
418-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	6.000,00
009	**Setor Administrativo da Educação Fundamental.**		
12.361.0131.2228	Manutenção das Atividades Setor Administrativo da Educação.		
432-3.3.9032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.....	(-)R$	400.000,00
433-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(-)R$	120.000,00
434-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	500.000,00
12.361.0131.2239	Setor Administrativo da Educação-FUNDEB-Recurso Estadual.		
440-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	120.000,00
011	**Seção de Pré Escola**		
12.365.0133.2230	Manutenção das Atividades da Educação Infantil-Recursos Próprios.		
450-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	190.000,00
455-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(-)R$	20.000,00
12.365.0133.2240	Manutenção das Atividades da Educação Infantil-FUNDEB-Recursos Estaduais.		
459-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	140.000,00
460-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	180.000,00
012	**Seção de Creche**		
12.365.0134.2231	Manutenção das Atividades da Creche.		
464-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	100.000,00
470-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	400.000,00
471-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	500.000,00
12.365.0134.2241	Manutenção das Atividades de Creche-Recursos Estaduais.		
473-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	27.000,00
474-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	90.000,00
475-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	20.000,00

013	**Departamento Pedagógico**
12.122.0135.2320	Manutenção das Atividades do Departamento Pedagógico.
480-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil..... (-)R$ 50.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 24 de novembro de 2020.

RENATO VARGAS JÚNIOR
Vice-Prefeito em Exercício

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 24 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.981, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotação orçamentária".

RENATO VARGAS JÚNIOR, Vice-Prefeito Municipal em Exercício da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.965/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**
14	**ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**
001	**Despesas Gerais e Especiais da Administração**
04.122.0098.2222	Indenizações e Restituições Trabalhistas.
856-3.1.9094	Indenizações e Restituições Trabalhistas..... (+)R$ 80.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**
003	**SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**
008	**Fundo Municipal de Assistência Social**
08.244.0014.2014	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.
96-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.... (-)R$ 80.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 17 de novembro de 2020.

RENATO VARGAS JÚNIOR
Vice-Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 17 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.980, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".

RENATO VARGAS JUNIOR, Vice-Prefeito Municipal em Exercício da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com base no que dispõe o artigo 6º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Suplementar da ordem de R$ 1.745,63 (Um mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos), assim classificado:

01	EXECUTIVO	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	
015	**Seção Programa De Assistência Farmacêutica Na Atenção Básica**	
10.303.0074.2253	Programa da Assistência Farmacêutica Básica.	
747-3.3.9032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.....	(+)R$ 1.745,63
Fonte: 02	Modalidade de Aplicação: 300.00	

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito adicional suplementar, a que se refere o artigo anterior, será conforme prevê o § 1º, item II, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 17 de novembro de 2020.

RENATO VARGAS JÚNIOR
Vice Prefeito em exercício

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 17 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

PORTARIA Nº 7.524/2020.

Regulamenta o Processo de Atribuição de Professores Efetivos da Rede Municipal de Ensino de Tremembé para 2021.

RENATO VARGAS JÚNIOR, Vice-Prefeito Municipal em Exercício da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e

- Considerando o que dispõe o artigo 171 da Lei Orgânica do Município de Tremembé, que trata da organização do sistema de ensino;

- Considerando as disposições da Lei Complementar nº 302, de 02 de janeiro de 2017;

- Considerando as disposições da Lei Complementar nº 355, de 19 de dezembro de 2019;

- Considerando os Editais de Concurso Público do Município de Tremembé, sendo o primeiro datado de 20 de dezembro de 1989, o segundo datado de 19 de setembro de 1991, o terceiro datado de 06 de janeiro de 1994, que abrem inscrição para o preenchimento de vagas na função de Professor I, o Edital do Concurso Público nº 01/96 que abre inscrição para o preenchimento de vagas na Função de Professor, o Edital de Concurso Público nº 02/2002 que abre inscrição para o preenchimento de vagas na Função de Professor I e Professor II e o Edital do Concurso Público nº 01/2010 que abre inscrição para o preenchimento de vagas na Função de Professor I e Professor II;

- Considerando a decisão legal sobre o Processo de nº 158/2010;

- Considerando a Instrução Conjunta COGSP/ DRHU/ CEI/ ATPCE/ EQUIPE/ SEE/ Municipalização de 19/12/2007;

- Considerando a Resolução SE – 95 de 22/12/2008;

Pela presente Portaria Municipal, regulamenta o processo de atribuição classes e/ou aulas e lotação dos professores (PI e PII) da Rede Municipal de Ensino de Tremembé, e dá outras providências.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 1º - Caberá à Secretaria Municipal de Educação (SME) tomar as providências necessárias à divulgação, à execução, ao acompanhamento e à avaliação das normas que orientam o processo de que trata esta Portaria.

ARTIGO 2º - Competirá à SME:

I – Tomar as providências necessárias para o correto cumprimento desta Portaria Municipal;

II – Solicitar informações e pareceres de outras Secretarias / Assessorias e Setores desta Prefeitura Municipal na solução de casos omissos.

ARTIGO 3º - Competirá à SME coordenar / orientar o processo de atribuição de classes e/ou aulas considerando tempo de serviço computado pela Coordenadoria Técnica de Recursos Humanos, Instrução Conjunta COGSP/ DRHU/ CEI/ ATPCE/ EQUIPE/ SEE/Municipalização de 19/12/2007 e legislações vigentes.

ARTIGO 4º - A atribuição de classes e/ou aulas para o ano de 2021 ocorrerá em etapas distintas conforme cronograma anexo:

I- Entrega de titulação conforme Anexo I, para atribuição de os todos os professores I e II da Rede de Municipal de Ensino e Municipalização atuantes e afastados para funções de Diretor de Escola, Professor Coordenador-Pedagógico e como parte da Equipe de Apoio Pedagógico junto à Secretaria Municipal de Educação, considerando lista única e obedecendo aos critérios de tempo de serviço.

II- A atribuição de classes para Professor I será realizada pela Secretaria Municipal de Educação respeitando lista única, obedecendo aos critérios de tempo de serviço.

III- A atribuição de aulas para Professor II será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, respeitando a ordem de classificação em lista única, por disciplina, e obedecendo aos critérios de tempo de serviço.

IV- A atribuição de classes ou aulas para Professor I e II oriundas de afastamentos para efeito de substituições, e ou repescagem, será realizada na Secretaria Municipal de Educação, respeitando lista única de classificação para Professor I e ordem de classificação em lista única, por disciplina, para Professor II, em conformidade com o Anexo II.

PARÁGRAFO ÚNICO – Deverá ser registrado o caráter de substituição das classes e ou aulas para efeito de atribuição de substituição, e ou repescagem oriundas dos afastamentos para as funções de Diretor de Escola, Professor Coordenador-Pedagógico e como parte da Equipe de Apoio Pedagógico junto à Secretaria Municipal de Educação.

II – DA CONVOCAÇÃO

ARTIGO 5º - Os Diretores das Unidades Escolares de Ensino Fundamental e Educação Infantil responsabilizar-se-ão pela divulgação e ciência aos professores da sua escola sobre o processo de atribuição de classes e aulas/2021 em cada escola.

ARTIGO 6º - Estão sujeitos ao processo de atribuição de classes e/ou aulas todos os professores da Rede Municipal de Ensino e os efetivos do Estado de São Paulo afastados junto ao Município.

III – DA CLASSIFICAÇÃO

ARTIGO 7º - A Classificação resultará da contagem de pontos da ficha de pontuação do professor acrescidos da pontuação da lista de classificação vigente.

ARTIGO 8º - Serão computados certificados emitidos no período de 01 de julho de 2019 à 30 de junho de 2020.

ARTIGO 9º - A classificação segue o seguinte critério em conformidade com o Anexo I:

I - Tempo de serviço na Secretaria de Educação, sendo computado o campo de atuação no município de Tremembé, considerando-se (dias de efetivo exercício) de 01 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

II- Ordem de classificação no concurso.

III- Titulação acadêmica.

ARTIGO 10 – O Professor I será classificado em lista única na seguinte conformidade:

I - Professores efetivos do Ensino Fundamental da Rede Estadual conveniados pelo Decreto de Municipalização;

II – Professores efetivos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Tremembé.

ARTIGO 11 - O Professor II será classificado em lista única, por disciplina, na seguinte conformidade:

I – Professores efetivos do Ensino Fundamental da Rede Estadual conveniados pelo Decreto de Municipalização;

II - Professores efetivos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Tremembé.

IV – DA ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E/OU AULAS

ARTIGO 12 – Atribuição de classes e/ou aulas será realizada pela Secretaria Municipal de Educação:

- Ao Professor I respeitando lista única e obedecendo aos critérios de tempo de serviço.

- Ao Professor II lista única, por disciplina, e obedecendo aos critérios de tempo de serviço.

ARTIGO 13 – As classes de 1° e 2° anos do Ensino Fundamental serão atribuídas aos professores que se comprometerem a participar dos Programas oferecidos pelo MEC, bem como demais formações oferecidas pela SME na área de atuação.

PARÁGRAFO ÚNICO: No ato da atribuição os professores que tiverem atribuídas classes de 1° e 2° anos do Ensino Fundamental irão assinar um termo de anuência à futura formação oferecida pelo MEC e SME para 2021.

ARTIGO 14 - As aulas de Tertúlias Dialógicas Literárias do 6º, 7°, 8° e 9° anos do Ensino Fundamental serão atribuídas aos professores que participaram da formação oferecida pela SME e irão assinar um termo de anuência à futura formação oferecida pela SME para 2021, em conformidade com o Anexo II.

ARTIGO 15 - As salas de recursos multifuncionais serão atribuídas no mês de março, após realização de Avaliação Inicial dos Alunos, verificação de demanda e formação de turmas em 2021. A atribuição ocorrerá seguindo lista única de classificação por tempo de serviço.

ARTIGO 16 – Ao professor readaptado por incapacidade momentânea ou permanente para exercer a função de professor, em conformidade com o Anexo II (anexar documento atualizado da readaptação emitido pela medicina do trabalho ou INSS) não serão atribuídas classes e/ou aulas enquanto perdurar seu afastamento, ficando o mesmo à disposição da Secretaria Municipal de Educação e podendo ser removido a qualquer momento, conforme a necessidade da SME, de acordo com artigo 147 parágrafo 2º da lei 302 de 02 de janeiro de 2017.

PARÁGRAFO ÚNICO – Escolas com até 250 alunos contarão com apenas uma vaga para professor readaptado, a partir de 251 alunos contarão com duas vagas para professor readaptado

ARTIGO 17 - Os professores afastados para as funções de Diretor de Escola, Professor Coordenador-Pedagógico e como parte da Equipe de Apoio Pedagógico junto à Secretaria Municipal de Educação terão classes e ou aulas atribuídas, estando sujeitos à mesma ordem de classificação dos demais, de acordo artigo 150 da Lei nº 302 de 02 de janeiro de 2017.

ARTIGO 18 – As classes e ou aulas da Escola em Tempo Integral (José Inocêncio Monteiro e Nicolau Couto Ruiz) serão atribuídas na etapa inicial para Professor I e Professor II, em nível de Secretaria Municipal de Educação (SME), de acordo com a ordem geral de classificação, desde que aceitando dentro de sua jornada de trabalho, a flexibilização de horário para atendimento das turmas, conforme a necessidade da escola, e irão assinar um termo de anuência a esta flexibilização de horário para 2021, de acordo com o Memorando 805/2020 da Procuradoria Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO - No ato da atribuição, os professores que tiverem atribuídas classes e ou aulas no processo de repescagem em substituição aos professores afastados para as funções de: Diretor de Escola, Professor Coordenador-Pedagógico e como parte da Equipe de Apoio Pedagógico junto à Secretaria Municipal deverão assinar um termo de ciência de voltar a sua sala inicialmente atribuída, a qualquer momento do ano, caso os afastados voltem ao seu cargo inicial.

ARTIGO 19- As turmas de Reforço serão atribuídas no mês de março, após realização de Avaliação Inicial dos Alunos, verificação de demanda e formação de turmas em 2021.

ARTIGO 20 - Será feita atribuição a procurador mediante apresentação de procuração simples, cópia do RG do outorgante e cópia do RG do procurador, desde que o mesmo não possa comparecer.

ARTIGO 21- Na ausência do Professor I ou Professor II no processo de atribuição de classes e/ou aulas ou do seu Procurador, o processo de atribuição será compulsório.

PARÁGRAFO ÚNICO: Todo o processo de atribuição de classes e/ou aulas será registrado em ata, que deverá ser lavrada durante o referido processo, especificando os casos de classes livres.

V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

ARTIGO 22– O acúmulo de cargo/função far-se-á mediante parecer favorável do superior imediato, observado o limite máximo de carga horária estabelecida em lei.

ARTIGO 23 – Os termos desta Portaria deverão ser divulgados e tornados públicos para ciência dos interessados.

ARTIGO 24- Os recursos referentes à classificação e/ou ao processo de atribuição de classes e/ou aulas devem ser interpostos no prazo de dois dias úteis após a sua concretização.

ARTIGO 25- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 7352/2019.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de novembro de 2020.

RENATO VARGAS JUNIOR
Vice-Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

ANEXO I

FICHA DE PONTUAÇÃO DE PROFESSOR I E II DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TREMEMBÉ.

1. TEMPO DE SERVIÇO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- 0,004 por dia
- 1,46 por ano
- Máximo de 36,5 pontos

2. TITULAÇÃO

- Licenciatura Plena (PI) 0,5
- Especialização (lato senso).....1,0
- Mestrado.....3,0
- Doutorado.....5,0

3. ATIVIDADES ACADÊMICAS

3.1 Livro publicado na área da Educação (didático ou paradidático) 1,0
3.2 Artigos publicados na área de Educação.....0,5
3.3 Cursos de extensão cultural na área de educação:
- 30 a 90 horas: 0,05
- 91 horas em diante: 0,10 (máximo de 2,0 pontos)

3.4 Seminários, palestras, congressos e fóruns (na área da educação):
3.4.1 Para professores que ministraram:
- De 02 a 29 horas: 0,02 (máximo de 0,2)

3.4.2 Para professores que participaram
- De 02 a 29 horas: 0,01 (máximo 0,1)

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

ANEXO II

Tremembé, de novembro de 2020.

ORDEM DE SERVIÇO
Atribuição para o ano letivo de 2021 - Cronogramas de Ações

Aos professores efetivos da Rede Municipal de Ensino segue cronograma de ações referentes à Atribuição de classes e aulas de 2021:

24 e 25/11.....Ciência da Portaria ao Professor na escola;
24 e 25/11.....Ciência da Contagem de Tempo de Serviço feita pelo RH
24 e 25/11.....Recursos da Contagem de Tempo de Serviço feita pelo RH;
30/11.....Entrega de títulos e contagem de pontos na sede em 2020.
30/11.....Entrega de certificação em Tertúlias e inscrição para concorrer as salas de Tertúlias dialógicas em 2021.
30/11.....Entrega de documento atualizado da readaptação do professor emitido pela medicina do trabalho ou INSS.
30/11.....Resposta do Recurso da Contagem de Tempo de Serviço feita pelo RH;
02/12 .....Entrega da contagem de pontos para a SME até as 17h;
04/12.....Divulgação da lista geral de classificação e ciência até as 17h;
07/12 .....Recurso da divulgação da lista geral de classificação;
09/12 .....Envio de lista de classificação geral final para as escolas para ciência, após recurso.
14/12.....Atribuição na CETESE do Professor PI de nº 01 à 70 (manhã). Devido a pandemia para não ter aglomeração e manter o distanciamento seguro.
14/12.....Atribuição na escola CETESE do Professor PI de nº 71 até o final da lista de classificação (tarde). Devido a pandemia para não ter aglomeração e manter o distanciamento seguro.
15/12.....Atribuição na escola CETESE do Professor PII (manhã)
16/12.....Atribuição de repescagem na escola CETESE PI (manhã) e PII (tarde).

Profª Cristiana Mercadante Esper Berthoud
Secretária de Educação

DECRETO Nº 6.008, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Regulamenta, no âmbito do Município da Estância Turística de Tremembé, a Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e dá outras providências".

MARCELO VAQUELI, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE TREMEMBÉ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e implementadas pela Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc);

CONSIDERANDO que para a obtenção dos benefícios enumerados nos incisos do artigo 2º da Lei Aldir Blanc, o solicitante deverá preencher alguns requisitos, fazendo-se necessária a implantação de uma Comissão para a análise dos pedidos, bem como a forma de execução elencada no artigo 3º da referida Lei;

D E C R E T A:

Artigo 1º - O Poder Executivo do Município da Estância Turística de Tremembé, por meio da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, executará diretamente os recursos de que trata o artigo 1º, da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, mediante programas que contemplem todas as hipóteses enumeradas no artigo 2º da referida lei.

Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, com o auxílio da Comissão de que trata o artigo 2º deste decreto e das demais Secretarias Municipais competentes, deverá providenciar os meios administrativos e operacionais para o recebimento direto do valor integral a ser destinado ao Município da Estância Turística de Tremembé, nos termos do artigo 3º da Lei Federal nº 14.017, de 2020.

Artigo 2º - Fica criada a "Comissão de Acompanhamento, Análise de Projetos e Fiscalização da Lei Aldir Blanc", com as seguintes atribuições:

I - realizar as tratativas necessárias com os órgãos do Governo Federal responsáveis pela descentralização dos recursos;

II - participar das discussões referentes à regulamentação no âmbito do Município da Estância Turística de Tremembé para a distribuição dos recursos na forma prevista no artigo 2º da Lei Federal nº 14.017, de 2020;

III - acompanhar e orientar os processos necessários às providências indicadas no parágrafo único, do artigo 1º deste decreto;

IV - acompanhar as etapas de transferência direta dos recursos do Governo Federal para o Município da Estância Turística de Tremembé;

V - fiscalizar a execução dos recursos transferidos;

VI - realizar o julgamento das propostas apresentadas no âmbito do Município, no que se refere aos editais específicos de cada cadastro municipal para recebimento do subsídio;

VII - elaborar relatório e balanço final a respeito da execução dos recursos no âmbito do Município da Estância Turística de Tremembé.

§ 1º - a Comissão de que trata este artigo será composta pelos seguintes integrantes:

I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, que a presidirá;

II - 1 (um) representante da Procuradoria Municipal;

III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assuntos Fazendários;

IV - 1 (um) representante da sociedade civil, ligado a atividades culturais.

§ 2º - O representante da sociedade civil será indicado pelo Chefe do Executivo Municipal.

§ 3º - A nomeação dos integrantes se dará por meio de Portaria a ser editada pelo Chefe do Executivo Municipal.

Artigo 3º - O subsídio mensal de que trata o inciso II, do artigo 2º, da Lei Federal nº 14.017/2020 será concedido a espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que estejam devidamente enquadradas nos critérios estabelecidos pela referida Lei e pelos editais específicos de cada cadastro municipal para recebimento do subsídio, por meio de cadastramento e análise da "Comissão de Acompanhamento, Análise de Projetos e Fiscalização da Lei Aldir Blanc".

Parágrafo Único - Consideram-se espaços culturais aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos, que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais, tais como aqueles referidos no artigo 8º, do Decreto Federal nº 10.464/2020.

Artigo 4º - Para participação, os proponentes devem comprovar residência no Município da Estância Turística de Tremembé há, pelo menos, 3 (três) anos e comprovar atuação cultural a partir dos últimos 24 meses imediatamente anteriores à 29 de junho de 2018, conforme dispõe a Lei Federal nº 11.017/2020.

Artigo 5º - Para a inscrição de projetos, os proponentes deverão enviar a documentação relacionada em cada um dos instrumentos legais, e todos seus dados devem estar atualizados no cadastro cultural do Município da Estância Turística de Tremembé.

Artigo 6º - A "Comissão de Acompanhamento, Análise de Projetos e Fiscalização da Lei Aldir Blanc" poderá solicitar acréscimo na documentação do Projeto, para melhor avaliação, podendo utilizar-se do cadastro cultural no âmbito do município, para possíveis comparativos e complementações de dados.

§ 1º - Poderão ser solicitadas comprovações das informações constantes nos projetos inscritos e informações mencionadas no cadastro cultural, tais como: folhetos, publicações, certificados, declarações e/ou outros documentos pertinentes.

§ 2º - Não poderá o mesmo projeto ser apresentado fragmentado ou parcelado.

§ 3º - Não serão aceitos projetos após o encerramento do período de inscrição disposto no respectivo instrumento legal.

§ 4º - Não serão aceitos protocolos da documentação e documentos com prazo de validade vencido.

Artigo 7º - O valor do subsídio mensal para cada contemplado será definido de acordo com os cadastros avaliados pela "Comissão de Acompanhamento, Análise de Projetos e Fiscalização da Lei Aldir Blanc", em conformidade com os critérios apresentados pela Lei e por editais específicos.

Artigo 8º - Todos os beneficiários assinarão Formulários e Requerimentos de Inscrição, juntamente com todos os outros anexos solicitados em editais específicos.

Artigo 9º - Conforme previsto nos artigos 6º, inciso I, e artigo 7º, parágrafo 2º da Lei Federal nº 14.017/2020, será permitida a auto declaração visando desburocratizar e agilizar o processo de descentralização do recurso emergencial, cabendo ao beneficiário, caso seja solicitado pela administração pública, comprovar com documentos as informações por ele prestadas.

§ 1º - O beneficiário deverá guardar seus documentos comprobatórios por 05 (cinco) anos para que, caso seja requisitado, possa ser apresentado imediatamente, sob pena de ser responsabilizado nas esferas civil, administrativa e penal, nas formas previstas em Lei.

§ 2º - Deverá o beneficiário utilizar modelo disponibilizado nos anexos dos Editais específicos para suas auto declarações.

Artigo 10 - É vedado o recebimento cumulativo, pelo mesmo beneficiário, de dois ou mais subsídios mensais para manutenção, ainda que o requerente possua inscrição em mais de um dos cadastros referidos no artigo 6º, da Lei Federal nº 14.017/2020, ou seja, responsável por mais de um espaço artístico e cultural.

Artigo 11 - O repasse dos recursos para os projetos contemplados nos editais ocorrerá em parcela única por transferência para a conta bancária do proponente, mediante termo de responsabilidade e compromisso para pessoa física e jurídica, com ou sem fins lucrativos, de direito privado.

Artigo 12 - A prestação de contas referente aos repasses efetuados por termo de responsabilidade e compromisso deve comprovar o cumprimento do objeto em conformidade com o projeto cultural aprovado e o cumprimento das metas e os resultados atingidos.

Artigo 13 - Não sendo apresentada a prestação de contas na forma e no prazo estabelecidos no Edital e no termo de responsabilidade e compromisso, o proponente ficará impedido de apresentar novos projetos e de receber recursos.

Artigo14 - O beneficiário do subsídio mensal para manutenção do espaço artístico e cultural assume o compromisso de prestar contas dos recursos recebidos, com vistas a comprovar que os valores foram utilizados em gastos relativos à manutenção da atividade cultural.

Artigo 15 - Conforme estabelece o artigo 7º, § 2º, do Decreto Federal nº 10.064/2020, entende-se como gastos relativos à manutenção da atividade cultural, custos devidamente comprovados, tais como:

I - Internet;

II - Transporte;

III - Aluguel;

IV - Telefone;

V - Consumo de água e luz;

VI - Outras despesas relativas à manutenção da atividade cultural do beneficiário.

§ 1º - Entende-se por outras despesas todas aquelas ligadas diretamente às ações realizadas, ou seja, todo custo existente para a concretização da atividade cultural, tais como: profissionais, recursos humanos, serviços de manutenção, limpeza,

segurança e outras para o devido funcionamento do local e a continuidade de suas atividades impactadas.

§ 2º - Não serão consideradas despesas relativas à manutenção das atividades, o pagamento de empréstimos, aquisição de bens permanentes ou outras que configurem relação direta apenas com as despesas pessoais do responsável legal ou de membros do Espaço ou Território Cultural.

Artigo 16 - O prazo para prestação de contas referente ao uso do benefício é de 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da última parcela, conforme determina o artigo 10 da Lei Federal 14.017/2020.

Artigo 17 - A prestação de contas será composta por comprovantes de pagamento de despesas de manutenção da atividade cultural do beneficiário e outros documentos informados em editais de cadastramento específicos.

Artigo 18 - Deverá o projeto beneficiado, conforme exigência em seus instrumentos legais, apresentar "Relatório Final de Atividades" em até 120(cento e vinte) dias após o recebimento do recurso, para apreciação e aprovação, em conformidade com o disposto nos incisos subsequentes:

I - conter os resultados alcançados; eventos, ações ou produtos realizados e seus eventuais desdobramentos; a abrangência, qualificando e quantificando o atingido e apresentação de eventuais problemas e dificuldades enfrentados;

II - demonstrar, de forma detalhada, a utilização dos recursos recebidos e despendidos em todas as fases de execução conforme previstas no projeto aprovado;

III - na falta de quaisquer dos documentos exigidos ou se feita em desacordo com as normas desta regulamentação, o relatório final de atividades poderá ser rejeitado a critério da "Comissão de Acompanhamento, Análise de Projetos e Fiscalização da Lei Aldir Blanc";

IV - Todos os formulários deverão ser assinados pelo proponente, pessoa física ou pelo representante legal da pessoa jurídica, cujas situações excepcionais deverão ser submetidas à prévia e expressa autorização da Administração Municipal;

V- Não será permitido anexar novos documentos ou informes depois da entrega do relatório final de atividades, salvo por solicitação da Administração Municipal ou da "Comissão de Acompanhamento, Análise de Projetos e Fiscalização da Lei Aldir Blanc";

VI - Em nenhuma hipótese será feita devolução de cópias, originais e seus anexos, bem corno quaisquer outros materiais ou documentos protocolados, cabendo à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura decidir sobre a destinação final do material, devendo o proponente guardar cópias dos documentos necessários ao seu uso e de toda a documentação comprobatória por 05 (cinco) anos.

Artigo 19 - A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura poderá solicitar, a qualquer tempo, documentos complementares, bem como informações, esclarecimentos e relatórios referentes ao "Relatório Final de Atividades".

Artigo 20 - A análise do "Relatório Final de Atividades" deverá ocorrer no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de seu protocolo na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, obedecendo os prazos abaixo:

I - A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura terá 60 (sessenta) dias para conferir os documentos entregues;

II - Caso seja verificada alguma imprecisão ou necessidade de complemento de informações, o proponente será notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar seus esclarecimentos, encaminhar documentos e regularizar a situação;

III - A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura remeterá a documentação à "Comissão de Acompanhamento, Análise de Projetos e Fiscalização da Lei Aldir Blanc" que deverá, no prazo de 15(quinze) dias, apresentar o parecer final, aprovando ou fazendo ressalvas que poderão ser sanadas.

Artigo 21 - Para que o "Relatório Final de Atividades" seja homologado pela Administração Municipal, o proponente deverá estar em dia com todos os compromissos assumidos no projeto e apresentar documentos comprobatórios em vias originais e em cópias solicitados nos editais específicos.

Artigo 22 - Toda e qualquer informação referente à Lei Aldir Blanc não apresentada neste Decreto estará em Editais e Regulamentações específicas de cadastramento ou podem ser observadas na própria Lei Federal nº 14.017/2020 e Decreto Federal nº 10.464/2020.

Artigo 23 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 5.907, de 28 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 14 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.999, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Institui o Plano de Contingência Municipal para o enfrentamento das Arboviroses 2021".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO,

A ocorrência da Dengue no Estado de São Paulo, desde 1987;
A possibilidade de aparecimento de formas graves e óbitos pela doença;
A necessidade de:
- detectar precocemente as epidemias;
- controlar as epidemias em curso;
- reduzir o risco de transmissão da dengue nas áreas endêmicas;
- reduzir a gravidade e letalidade das doenças mediante diagnóstico precoce e tratamento oportuno e adequado;
- garantir fluxo imediato de informação dos suspeitos de dengue, zika, chikungunya ou febre amarela entre as vigilâncias municipais e seus serviços de controle de vetores;
- garantir fluxo imediato de informação dos suspeitos de dengue, zika, chikungunya ou febre amarela entre as vigilâncias municipais, seus serviços de controle de vetores, grupos de vigilância estadual e SUCEN regionais;
- garantir fluxo imediato de informação entre os serviços de atendimento e as vigilâncias municipais de todos os suspeitos das doenças;
- garantir preenchimento diário do SINAN pelos serviços de vigilância municipal dos suspeitos das doenças;
E que cabe ao Sistema Único de Saúde local organizar os serviços de vigilância e controle do vetor, de vigilância epidemiológica e da assistência à saúde para minimizar ou eliminar os riscos existentes.

D E C R E T A:

ARTIGO 1° - Fica instituído o Plano de Contingência Municipal para o Enfrentamento das Arboviroses 2021.

ARTIGO 2° - O Plano a que se refere o art. 1° define-se como um conjunto de atividades relacionadas à vigilância epidemiológica e entomológica, controle da população do vetor e assistência médica, cuja intensificação e integração devem resultar em maior eficiência e eficácia no controle das arboviroses no município.

Parágrafo Único – O Plano deverá ser elaborado por equipe intersetorial:

I – Secretário/Diretor Municipal de Saúde
II – Vigilância em Saúde
  a) Vigilância Epidemiológica
  b) Vigilância Entomológica/Controle Vetorial
  c) Vigilância Sanitária
III – Atenção Básica / Estratégia de Saúde da Família
IV – Assistência Laboratorial (pública e privada)
V – Assistência Ambulatorial (pública e privada)
VI – Setores de Educação, Obras, Saneamento, Meio Ambiente, Planejamento, Avaliação, Orçamento, Assuntos Fazendários e outros.

ARTIGO 3° - A equipe intersetorial descrita no Art. 2º deverá atuar mediante orientações das publicações "Diretrizes para Prevenção e Controle das Arboviroses Urbanas do Estado de São Paulo", e "Plano de Contingência para Controle das Arboviroses Urbanas no Estado de São Paulo".

ARTIGO 4° - Aos outros Setores da Prefeitura Municipal cabe:
Educação – Incutir no âmbito educacional, ações de prevenção e controle do *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, com envolvimentos dos estudantes e professores, por meio de projetos educacionais e palestras;
Obras – Verificar situações irregulares no âmbito municipal, envolvendo situações de riscos, terrenos e outros tipos de imóveis, visando à prevenção e controle do *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus;*
Saneamento – Verificar situações de risco a saúde pública, minimizando os agravos ocasionados pela falta de saneamento básico e diminuindo, com isso, o índice de densidade dos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*;
Meio ambiente – Promover ações ambientais, tais como provimento e destinação de resíduos, com a finalidade de diminuição de criadouros dos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus;*
Planejamento, Avaliação e Orçamento – Tendo por finalidade o suprimento de material de trabalho, bem como o de pessoal e outras necessidades envolvidas na Contingência Municipal para o enfrentamento da Dengue, Chikungunya, Zika e Febre Amarela.

ARTIGO 5° - Conforme Decreto nº 5.550, de 1º de março de 2019, a Sala Municipal de Comando e Controle (Sala de Situação) da Dengue já está criada e formada pelo Gestor de Saúde do Município e pelos representantes dos setores elencados no artigo 2º.
Parágrafo 1º - A Sala (SMCC) tem como atribuições acompanhar a transmissão das arboviroses com periodicidade bimensal, sendo responsável também pelas revisões do Plano de Contingência anualmente e a solicitação dos ajustes.

Parágrafo 2º - As ações deverão ser realizadas em integração com o nível regional da Secretaria de Estado da Saúde.

ARTIGO 6° - A estrutura do município para enfrentamento da transmissão de dengue deverá ser representada na Planilha 1, constante do ANEXO deste decreto.

ARTIGO 7° - A Planilha 2, no mesmo ANEXO, refere-se à situação epidemiológica de transmissão de dengue no período referente às 4 (quatro) semanas anteriores e deverá ser preenchida na mesma frequência de reuniões da Sala de Situação. Deverá ser levada a essa reunião para discussão e planejamento das ações necessárias à contingência.

ARTIGO 8° - O Plano deverá ser aprovado no Conselho Municipal de Saúde e divulgado para a população.

ARTIGO 9° - Ficam fazendo parte integrante deste decreto os Anexos II e III, contendo o termo de compromisso assinado pelos Gestores responsáveis.

ARTIGO 10 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 07 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 07 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PLANILHA 1 - PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL CONTRA DENGUE, CHIKUNGUNYA e ZIKA

Município:	TREMEMBE	Data	17/11/2020
Número de Habitantes:	47.714	Nº de Casos Previstos:	954

CONTROLE DE VETORES

Indicador	Valores
Nº de Agentes de Controle de Endemias	15
Nº de Agentes comunitário de saúde atuando no controle do vetor	0
Último Indice de Infestação Predial realizado	Data:Outubro/2020 — IIP: 0,0
Nº de Imóveis existentes no município	13881 — 0,0007944 — 0
Nº de atomizadores costais / Nº de equipamentos de (NAV)	9
Nº de IE e PE cadastrados	IE= 11 — PE= 8
Vigilância Sanitária atuando no controle vetorial? (SIM/NÃO)	SIM
Percentual de pendências (imóveis recusados e fechados)	36%
Equipe de Controle de Endemia capacitada? (SIM/NÃO)	SIM
Nº de veículos para atividades de controle vetorial	3

COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Indicador	Sim	Não
Há equipes de educação em saúde ou referência em dengue, chikungunya e zika?	X	
Há ações regulares de Mobilização Social?	X	
Há divulgação regular da situação epidemiológica das arboviroses no município?	X	
Há Sala de Situação Municipal?		X
Há ECOPONTO no município?	X	
Há mobilização inter setorial?		

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VE)

Indicador de Estrutura da Equipe de Vigilância Epidemiológia Municipal	SIM/NÃO	
Há Enfermeiros?	X	
Há Médicos?	X	
Há Médicos Veterinários?	X	
Ha Digitador?	X	
Computador específicos para digitação no SINAN?	X	
Computador específicos para VE?	X	
Unidades Basicas notificadoras	X	
Tem referência para SVO?	X	
Investigação de casos graves e óbitos de arboviroses no FORMSUS?		

ASSISTÊNCIA AO PACIENTE - ESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

Indicador	Sim	Não
1 - Município possui enfermeiro capacitado para atuar na assistência das arboviroses?	X	
2 - Município possui médico capacitado na assistência das arboviroses?	X	
Nos casos acima (1 e 2) e no item 6, o quantitativo é suficiente e se há como aumentar o quantitativo em caso de epidemias?	X	
3 - Município coleta amostras para sorologia de dengue, chikungunya e zika?	X	
4 - Município realiza hemograma na sua sede?	X	
5 - Município capaz de disponibilizar resultado de hemograma no mesmo dia da coleta?	X	
6 - Município dispõe de equipamento de saúde com enfermaria para internação (observação acima de 12hs)?	X	
7 - Município dispõe de serviço de urgência e emergência 24hs (UPA's Policlínicas, etc)?	X	
8 - Município dispõe de leitos de UTI (referenciado ou não)?		X
9 - Município dispõe de espaço físico para montar Unidade de Hidratação?		X
10 - Município dispõe de equipe/estrutura para montar Unidade de Hidratação?	X	
12 - Frente a casos suspeitos a equipe de saude utiliza os protocolos de manejo clinico?		X
13 - Município tem estrutura de transporte sanitário para pacientes? (rotina e urgência)	Data: JULHO 2019	
14 - Ultima capacitação realizada para assistência:		

ASSISTÊNCIA AO PACIENTE - FLUXO DE ATENDIMENTO

Unidade de Referência para Dengue - em funcionamento ou não

Nº	Nome da Unidade de Referência para Dengue	Endereço da Unidade de Referência para Dengue	Responsável da Unidade	Contato da Unidade
1	PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL	AVENIDA AUDRA, 316 CENTRO	Antonio Carlos Costa	3672-4189/ 3674-2521
2				

REGULAÇÃO DE LEITOS DE INTERNAÇÃO

Unidade de Saúde do município ou de referência que solicita internação no CROS

UPA: Pronto Atendimento Municipal	HOSPITAL:

PREVISÃO DE RECURSOS NECESSÁRIOS EM CASO DE EPIDEMIA

PLANILHA 1 - PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL CONTRA DENGUE, CHIKUNGUNYA e ZIKA

Município:	TREMEMBÉ		17/11/2020
Número de Habitantes:	47.714	Nº de Casos Previstos:	954

Atenção Primária Não Estruturada		
3	Enfermaria	Leitos necessários no 1º mês de epidemia (30%).
1	CTI	
3	Enfermaria	Leitos necessários no 2º mês de epidemia (30%)
1	CTI	
2	Enfermaria	Leitos necessários no 3º mês de epidemia (20%)
0	CTI	
1.909	Hemograma	Exames
573	Soro Fisiológico 0,9% - frascos de 500mls	Insumos
1.145	Dipirona ou Paracetamol - frasco solução	
19.086	Paracetamol comprimidos 750mg ou dipirona comprimidos 500 mg	
5.726	Sais de Reidratação Oral - sachê	
143	Dipirona (EV) - ampola	
143	Metoclopramida (EV) ampola	
208	Dispositivo Intravenoso Periférico nº 16	Materiais
208	Dispositivo Intravenoso Periférico nº 18	
116	Dispositivo Intravenoso Periférico nº 20	
78	Dispositivo Intravenoso Periférico nº 22	
19	Dispositivo Intravenoso Periférico nº 24	
277	Equipo	
1.145	Cartão Dengue	

PLANILHA 2 - PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL CONTRA DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZIKA					
SISTEMA DE MONITORAMENTO E ACIONAMENTO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL **DE TREMEMBÉ**					
	Semana 43	Semana 44	Semana 45	semana 46	Cenário
Casos prováveis nas últimas 4 semanas	3	3	0	2	SILENCIOSO, ou RISCO INICIAL, ou RISCO MODERADO, ou ALTO RISCO
Incidência acumulada de casos prováveis nas últimas 4 semanas (por 100.000hab)	16				
Incidência em relação aos limites do Diagrama de Controle	6,43	6,43	0	4,29	
Ocorrência de óbitos suspeitos	0	0	0	0	

Ações a serem desencadeadas

CONTROLE DE VETORES	Realização de casa a casa, BCC, BN, Investigações de casos suspeitos, reclamações, PE, IE, ADL, ações de vigilancia Sanitaria.
ASSISTÊNCIA	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Notificações e investigações de casos suspeitos, Digitação em Sistemas de Informação (SINAN), Cadastro no sitema GAL (IAL), encerramento de casos, preenchimento de planilhas para GVE, investigação de casos suspeitos
MOBILIZAÇÃO SOCIAL	-

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.° 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n° 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, Marcelo Vaqueli, Prefeito da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, me comprometo a executar as ações descritas neste Plano de Contingência Municipal contra Dengue, Chikungunya, Zika e Febre Amarela de acordo com a disponibilidade de recursos municipais informada e com as propostas de ações descritas no Anexo 1 deste termo de compromisso.

Tremembé, 07 de Dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, Silvana Iori, Secretária Municipal Adjunta de Saúde da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, me comprometo a executar as ações descritas neste Plano de Contingência Municipal contra Dengue, Chikungunya, Zika e Febre Amarela, de acordo com a disponibilidade de recursos municipais informada e com as propostas de ações descritas no Anexo 1 deste termo de compromisso.

Tremembé, 07 de Dezembro de 2020.

SILVANA IORI

Secretário Municipal Adjunta de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.000, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre remanejamento de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o remanejamento no valor de R$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

01	EXECUTIVO		
01	GABINETE DO PREFEITO		
001	Gabinete do Prefeito		
04.121.0001.2001	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.		
1-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(+)R$	75.000,00
002	Procuradoria do Município		
04.122.0137.2322	Manutenção das Atividades da Procuradoria do Município.		
13-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(+)R$	10.000,00
04.122.0137.2323	Manutenção das Atividades do Setor de Execução Fiscal.		
20-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(+)R$	10.000,00
21-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(+)R$	10.000,00
02	SECRETARIA DA CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO		
001	Administração da Chefia de Gabinete		
26-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(+)R$	20.000,00
06	SECRETARIA DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS		
001	Administração		
04.123.0037.2033	Manutenção das Atividades da Secretaria de Assuntos Fazendários.		
289-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(+)R$	25.000,00

REDUZ:

01	EXECUTIVO		
08	SECRETARIA DE ESPORTES		
001	Administração		
27.122.0052.2048	Manutenção das Atividades da Secretaria de Esportes.		
503-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(-)R$	10.000,00
504-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	5.000,00
505-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	5.000,00
003	Assessoria da Secretaria de Esportes		
04.122.0111.2306	Manutenção das Atividades Relacionadas as Assessorias da Secretaria de Esporte e Lazer.		
509-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	5.000,00
511-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	5.000,00
004	Departamento de Esporte e Lazer		
27.813.0110.2305	Manutenção das Atividades Relacionadas ao Departamento de Esportes e Lazer.		
515-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	5.000,00
005	Setor de Esportes		
27.812.0053.2049	Manutenção das Atividades do Setor de Esportes.		
520-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	45.000,00
522-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	15.000,00
523-4.4.9051	Obras e Instalações.....	(-)R$	20.000,00
524-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	10.000,00
09	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS		
001	Administração		
530-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	6.000,00
010	Assessoria da Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos.		
04.122.0121.2313	Manutenção das Atividades Relacionadas as Assessorias da Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urb.		
534-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	4.000,00
012	Setor de Projetos e Convênios		
04.122.0115.2310	Manutenção das Atividades Relacionadas ao Setor de Projetos e Convênios.		
566-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	10.000,00

013	Setor de Fiscalização de Obras		
04.122.0116.2269	Manutenção dos Serviços Relacionadas Fiscalização de Obras Públicas.		
572-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(-)R$	5.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 08 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.001, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre tabela de cobrança pela prestação de serviços."

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 107, ítem I, letra "i", da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º – As rendas provenientes da prestação de serviços serão arrecadadas de acordo com a seguinte tabela:

TABELA

	a)PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	**VALOR R$**
01	**Protocolo:**	
	▪ Petições, requerimentos, recursos ou memoriais dirigidos aos órgãos ou autoridades municipais	11,20
	▪ Certidões expedidas para tão somente serem utilizadas para esclarecimentos de situações.....	11,20
02	**Atestados e Declarações:**	
	▪ Por lauda ou fração	11,20
03	**Preços de serviços para expedição de Certidões para transações onerosas:**	
	a) Construção	46,00
	b) Desmembramento	46,00
	c) Quitação	46,00
	d) Demais	34,90
	e) Com buscas: por ano, além da percentagem da alínea "a"	23,50

04	**Termos:** ▪ Registros de qualquer natureza, lavrados em livros ou fichas municipais, por pagina ou fração	23,50
05	**Busca de papéis arquivados ou parados:** ▪ Por ano	23,50
06	**Transferências:** a) De contrato de qualquer Natureza, além do termo respectivo..... b) De firma, de ramos de negócios ou local de atividade.....	114,45 46,00
07	***Inscrições*** a) De profissionais autônomos , feirantes e ambulantes..... b) De firmas.....	23,50 46,00
08	***Baixas:*** a) De qualquer natureza em lançamentos ou registro..... b) De firmas.....	23,50 46,00
09	***Renovações:*** a) De Carteira de Permissionário de Táxi..... b) De Autorização para Ocupação de Áreas ..... c) De Contrato de Permissão de Uso dos Boxes.....	46,00 46,00 84,40

	b)EMOLUMENTOS	**VALOR R$**
01	Guias, avisos recibos, avisos de recebimentos de correspondências e outros.....	16,90
02	2ª via de guias, avisos recibos e outros.....	11,20
03	2ª via de carnês do Impôsto Predial e Territorial Urbano e Outro.....	23,50
04	Carteira de Permissionário.....	23,50
05	Cartão de Registro de Fornecedor	114,45
06	Edital de Concorrência para Tomada de Preços ▪ Por lauda.....	23,50
07	Expedição de Alvará Provisório.....	46,00
08	Expedição de Alvará Definitivo.....	69,10
09	Guia de I.S.T.I., por jogo	4,60

10	Guia de I.S.T.I., por bloco	39,20
	c)CÓPIAS	**VALOR R$**
01	Em papel xerox, por unidade.....	1,00
02	Heliográfica e plantas.....	23,50

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2021.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 08 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.° 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.002, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre nova tabela para cobrança das rendas de Cemitério e dá outras providências"

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 107, inciso I, alínea "i", da Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - As rendas do Cemitério, provenientes de inumação, exumação, concessão de jazigo e outros serviços, serão arrecadados de acordo com a seguinte tabela:

TABELA

	VALOR R$
I. INUMAÇÃO EM SEPULTURA RASA:	
(a) Adulto.....	76,30
(b) Infante.....	49,10
II. INUMAÇÃO EM CARNEIRA, TÚMULO OU GAVETA:	
(a) Adulto.....	112,45
(b) Infante.....	64,35
III. CONCESSÃO TEMPORÁRIA:	
(a) Adulto (por 03 anos).....	266,60
(b) Infante (por 02 anos).....	198,25
(c) Columbário (por 03 anos).....	297,10
IV. CONCESSÃO POR TEMPO INDETERMINADO:	
(a) Adulto.....	1.585,30
(b) Infante.....	1.188,85
V. EXUMAÇÃO EM SEPULTURA RASA:	
(a) Adulto.....	76,30
(b) Infante.....	49,10

VI. EXUMAÇÃO EM CARNEIRA, TÚMULO OU GAVETA:	
(a) Adulto.....	115,25
(b) Infante.....	65,15
VII. FORNECIMENTO DE PLACAS PARA FORNECIMENTO DE GAVETAS PARTICULAR:	
▪ Cada uma.....	76,30
VIII. OUTROS SERVIÇOS NÃO ESPECIFICADOS:	
• Utilização de energia elétrica (limitada a 02 horas/dia).....	22,81/dia
• Utilização de água.....	11,15/dia

ARTIGO 2º - As rendas provenientes de concessões por prazo indeterminado, poderão ser parceladas em até 10 (dez) prestações mensais, iguais e consecutivas, com 30% (trinta por cento) de acréscimo.

PARÁGRAFO ÚNICO – O atraso no pagamento das prestações por mais de 10 (dez) dias implica no vencimento do restante do débito, ao qual de aplicarão as sanções legais.

ARTIGO 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2021.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 08 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.003, DE 08 DE DEZEMBRO 2020.

"Atualiza os valores das rendas provenientes da Ocupação de Boxes do Mercado Municipal."

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais,

D E C R E T A: –

ARTIGO 1º - As rendas provenientes da Ocupação dos Boxes do Mercado Municipal, de que trata o Anexo II – Tabela para Cobrança de Tarifas, constante da Lei nº 461, de 20 de agosto de 2014, serão pagas, mensalmente até o dia 10 do mês seguinte ao vencido, no valor de **R$ 18,43 (dezoito reais e quarenta e três centavos)**, para os boxes 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 e **R$ 22,75 (vinte e dois reais e setenta e cinco centavos)** para os boxes 01 e 10, o metro quadrado por área ocupada, a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2021.

PARÁGRAFO ÚNICO – Havendo atraso do pagamento, será o mesmo acrescido de atualização monetária, multa e juros de mora, nos moldes do § 3º dos artigos 30 e/ou 61, combinado com os artigos 30 e 38, da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, com suas conseqüentes alterações."

ARTIGO 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2021.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 08 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.004, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Atualiza monetariamente os valores constantes do artigo 9º e § 1º, da Lei nº 2.728, de 17 de dezembro de 2001."

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, estado de São Paulo, no uso das atribuições legais,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Os valores constantes do artigo 9º e § 1º, da Lei 2.728, de 17 de dezembro de 2001, ficam atualizados monetariamente através do Decreto nº 5.988, de 30 de novembro de 2020, pelo índice de 1,0392 (hum vírgula zero trezentos e noventa e dois), ficando as Taxas decorrentes do Poder de Policia, relativamente ao aluguel pela ocupação dos pontos e bilheterias do Terminal Rodoviário, para o exercício de 2021, com os seguintes valores:

"**ARTIGO 9 –** Pela ocupação dos pontos e bilheterias, os titulares da concessão ou permissão recolherão um aluguel mensal, na base de **R$ 17,50 (dezessete reais e cinquenta centavos)".**

§ 1º – O atraso no pagamento do aluguel sujeitará o titular da concessão ou permissão às cominações legais, estabelecidas pelo Código Tributário Municipal, no que couber aos tributos Municipais.

ARTIGO 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2021.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 08 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.005, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Fixa valores de mão de obra das edificações em geral, para efeito de recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN"

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 107, ítem I, letra "i", da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1 – Os valores de mão de obra das edificações em geral, para efeito de recolhimento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, ficam fixados na seguinte conformidade:

TABELA I

TIPOS DE CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA	MÃO DE OBRA/M² - VALORES EM REAIS		
	ALTO	MÉDIO	BAIXO
Apartamentos	802,55	588,60	508,40
Casa (térreo ou sobrado)	749,10	669,50	454,80
Conjuntos horizontais	454,80	351,80	321,00
Casa Pré-Fabricada	313,70	267,55	214,00
Abrigo para Veículos	-	-	214,00

TABELA II

TIPOS DE CONSTRUÇÃO	M²	M²	M²
Comercial/Serviços	454,80	347,75	321,90
Industrial	321,90	267,55	214,00

TABELA III

	M²	M²	M²
Demolição	-	-	107,05

ARTIGO 2º - Após o calculo do valor do m² do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN que será na percentagem de 3% (três por cento) sobre os valores constantes das Tabelas I, II, III do artigo 1º, deste Decreto, o mesmo será multiplicado pela área do imóvel, em quaisquer das condições previstas para a apuração do tributo a ser recolhido aos cofres públicos.

ARTIGO 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2021.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 08 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.006, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre atualização monetária de valores."

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, estado de São Paulo, no uso das atribuições legais,

DECRETA :-

ARTIGO 1º - De conformidade com o disposto no parágrafo 2º do artigo 97 do Código Tributário Nacional – C.T.N., combinados com os artigos 16, 53 e 373, do Código Tributário Municipal (Lei Complementar 161, de 14 de dezembro de 2007), com suas conseqüentes alterações, ficam os valores das Taxas decorrentes do efetivo exercício do Poder de Polícia Administrativo e as taxas decorrentes da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, a serem lançados no exercício de **2021**, atualizados monetariamente pelo índice de **1,0392 (um vírgula zero trezentos e noventa e dois)**, a saber:

ARTIGO 82 – A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, é o preço do serviço correspondente a cada item da Lista de Serviços constante do **artigo 77** desta lei, ao qual se aplicam as alíquotas a seguir discriminadas:

§2º - Os prestadores de serviços especificados nos itens 4.06, 4.08, 4.12, 4.13, 4.14; 4.15; 4.16; 6.01; 6.02; 7.01; 9.03; 29.01; 32.01; 36.01; 38.01 e 39.01, da Lista de Serviços, pagarão imposto anualmente no valor de **R$ 746,70 (setecentos e quarenta e seis reais e setenta centavos)** a época do seu efetivo pagamento, em 05 (cinco) parcelas, sendo que a 1ª (primeira) vencerá até o dia 31 (trinta e um) de março, a 2ª (segunda) até o dia 31(trinta e um) de maio, a 3ª (terceira) até o dia 31 (trinta e um) de julho, a 4ª (quarta) parcela até o dia 30 de setembro, e a 5ª (quinta) até o dia 30 de novembro do ano em que se der o referido lançamento, devendo seu valor ser atualizado monetariamente no início de cada

ano pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no período do exercício anterior, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§3º - Quando os serviços a que se referem os subitens 4.06, 4.08, 4.12; 4.13, 4.14; 4.15; 4.16; 5.01; 7.01; 17.14 e 17.15; 17.17 a 17.19 e 27.01 da Lista de Serviços constante do artigo 77 forem prestados por sociedades, essas ficarão sujeitas ao imposto, anualmente, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável, no valor de **R$ 746,70 (setecentos e quarenta e seis reais e setenta centavos)** individualmente, a época do seu efetivo pagamento, em 5(cinco) parcelas, sendo que a 1ª (primeira) vencerá até o dia 31 (trinta e um) de março, a 2ª (segunda) até o dia 31(trinta e um) de maio, a 3ª(terceira) até o dia 31 (trinta e um) de julho, a 4ª (quarta) parcela até o dia 30 de setembro e a 5ª (quinta) até o dia 30 de novembro do ano em que se der o referido lançamento, devendo seu valor ser atualizado monetariamente no início de cada ano pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no período do exercício anterior,divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

a) quando os serviços a que se referem os subitens 23.01, 34.01e 40.01; da Lista de Serviços constante do artigo 77 o imposto será pago, anualmente, no valor de **R$ 1.981,25 (hum mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos)**, a época do efetivo pagamento e em 05 (cinco) parcelas, sendo que a 1ª (primeira) vencerá até o dia 31 de março, a 2ª (segunda) até o dia 31de maio, a 3ª (terceira) até o dia 31 de julho, a 4ª (quarta) até o dia 30 de setembro e a 5ª até o dia 30 de novembro do ano em que se der o referido lançamento, devendo seu valor ser atualizado monetariamente no início de cada ano pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no período do exercício anterior, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§4º - Em qualquer caso em que o serviço seja prestado, comprovadamente, sob a forma de trabalho exclusivamente pessoal do próprio contribuinte, independente de ter ou não formação técnica científica ou artística especializada, com atuação profissional autônoma,o imposto será pago, anualmente, no valor de **R$ 586,85 (quinhentos e oitenta**

e seis reais e oitenta e cinco centavos), a época do seu efetivo pagamento e em 05 (cinco) parcelas, sendo que a 1ª (primeira) vencerá até o dia 31 de março, a 2ª (segunda), até o dia 31 de maio, a 3ª (terceira) até o dia 31 de julho, a 4ª (quarta) até o dia 30 de setembro e a 5ª até o dia 30 de novembro do ano em que se der o referido lançamento, devendo seu valor ser atualizado monetariamente no início de cada ano pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado no período do exercício anterior, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

ARTIGO 147 – A licença para localização será devida em conformidade com a **Tabela II e Anexo I**, que fica fazendo parte integrante desta Lei, desde que as condições de zoneamento, higiene, segurança do estabelecimento sejam adequadas à espécie de atividade a ser exercida, observados os requisitos da legislação municipal.

§ 7º. — Quando o contribuinte não atender qualquer notificação expedida pela Administração Municipal através do setor competente, com a finalidade de solicitação de documentos relativos a processos de interesse do contribuinte, dentro do prazo de 45 (Quarenta e Cinco) dias úteis, o mesmo ficará sujeito ao pagamento de importância equivalente a **R$ 208,60 (duzentos e oito reais e sessenta centavos)**, a título de multa.

§ 9º — Para obtenção do respectivo Alvará Especial de Funcionamento, das 18,00 às 22,00 horas, de segunda a sábado, deverá o interessado requerer á seção competente da Administração Municipal a sua concessão, recolhendo a taxa devida de acordo com a **Tabela I**, que terá como base de cálculo o valor correspondente a **R$ 271,60 (duzentos e setenta e um reais e sessenta centavos)**.

§10º - Aos domingos e feriados para concessão do Alvará Especial de Funcionamento, das 8:00 às 13:00 horas, o interessado deverá também requerer à seção competente da Administração Municipal a sua concessão, recolhendo a taxa de devida em conformidade com o disposto na **Tabela I.**

TABELA I

DIA	MÊS	ANO
10%	50%	100%

ARTIGO 159 — A taxa de licença de comércio ambulante é devida de acordo com a seguinte tabela, e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições dos artigos 141 a 144, desta Lei.

TABELA III
(AMBULANTES INSCRITOS NO CADASTRO MUNICIPAL)

NATUREZA DA ATIVIDADE	VALORES EM REAIS		
	POR DIA	POR MÊS	POR ANO
1 – gêneros alimentícios.....	30,59	71,87	108,64
2 – artigos para fumantes.....	30,59	88,58	168,64
3 – louças, ferragens, artigos plásticos e congêneres..	30,59	88,58	168,64
4 – joias, relógios e congêneres.....	30,59	88,58	168,64
5 – bijuterias.....	30,59	88,58	168,64
6 – roupas feitas e armarinhos.....	30,59	88,58	168,64
7 – redes, tapetes e congêneres.....	30,59	88,58	168,64
8 – outras atividades.....	30,59	88,58	168,64

TABELA IV
(AMBULANTES NÃO INSCRITOS NO CADASTRO MUNICIPAL)

NATUREZA DA ATIVIDADE	VALORES EM REAIS		
	POR DIA	POR MÊS	POR ANO
1 – gêneros alimentícios.....	170,67	170,88	338,92
2 – artigos para fumantes.....	170,67	222,84	445,67

3 – louças, ferragens, artigos plásticos e congêneres...	170,67	222,84	445,67
4 – joias, relógios e congêneres.....	170,67	222,84	445,67
5 – bijuterias.....	170,67	222,84	445,67
6 – roupas feitas e armarinhos.....	170,67	222,84	445,67
7 – redes, tapetes e congêneres.....	170,67	222,84	445,67
8 – outras atividades.....	170,67	222,84	445,67

ARTIGO 162 — A taxa de licença para execução de obra é devida de acordo com a seguinte tabela e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições dos artigos 141 a 144, desta Lei.

TABELA V

NATUREZA DA OBRA	**VALORES EM REAIS**		
1 - OBRAS DE:	**CONSTRUÇÃO**	**REFORMA**	**AMPLIAÇÃO**
a) Edifício ou casas até 02 pavimentos por m² de área construída.....	1,95	1,95	1,95
b) Edifícios ou casa com mais de dois pavimentos, por m² de área construída.....	4,00	4,00	4,00
c) Dependências de prédios residenciais, por m² de área construída.....	1,95	1,95	1,95
d) dependências em quaisquer outros prédios, para quaisquer finalidades, por m² de área construída.			
1 – até 5.000 m².....	1,00	1,00	1,00
2 – de 5.000 m² em diante.....	1,60	1,60	1,60
e) Barracas e Galpões por m² de área construída....	4,00	4,00	4,00
f) Fachadas e muros por metro linear.....	4,00	4,00	4,00
g) Marquises, cobertas e tapumes, por metro linear...	4,00	4,00	4,00
h) Reparos e demolições por m².....	-	1,95	-
i) Execução, colocação ou remoção de bomba de gasolina, chaminé ou reservatório, enterrado ou elevado para uso não residencial.....	-	2,50	-

j) Loteamentos de áreas, excetuando-se as destinadas a logradouros públicos, vielas e sistemas de recreio – por m².....	-	0,40	-
k) Divisão de áreas voltadas para logradouros públicos oficiais.....	-	0,40	-
l)Desmembramento de área de porção maior, por m² de área desmembrada.....	-	0,90	-
m) Remanejamento de lotes em loteamentos já aprovados por m² de área remanejada.....	-	0,80	-
n) Unificação de áreas por m².....	-	0,20	-
o) fracionamento de áreas, por m², exceto loteamentos.....	-	1,00	-
2- DIVERSAS:			
a) Alvará de Licença.....	73,10	73,10	73,10
b) Alvará para loteamento.....	-	3.948,90	-
c) Alvará para divisão, desmembramento ou remanejamento de lotes.....	-	188,00	-
d) vistoria em área urbana.....	-	396,00	-
e) Vistoria em bairros isolados.....	-	396,00	-
f) vistorias em outras áreas.....	-	529,50	-
g) Alinhamento por metro linear.....	-	6,30	-
h) Nivelamento por metro linear.....	-	6,20	-
i) Concessão de habite-se por unidade.....	-	62,70	-
j) Numeração de prédios por unidade.....	-	62,60	-
3) OBRAS NO CEMITÉRIO			
a) Construção de túmulos de luxo.....	131,70	-	-
b) Construção de túmulos comuns.....	62,70	-	-
c) Construção de canteiros e carneiras.....	33,60	-	-
d) Pintura e pequenas reformas.....	-	23,00	-
e) Construção de gavetas por unidade.....	31,30	-	-

4) QUAISQUER OUTRAS OBRAS NÃO ESPECIFICADAS NESTA TABELA:			
a) Por metro linear.....	-	18,90	-
b) Por metro quadrado.....	-	10,30	-

ARTIGO 168— A taxa de licença para publicidade é devida de acordo com a seguinte tabela e com períodos nela indicados, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se quando cabíveis, as disposições dos artigos 141 a 144, desta Lei.

TABELA VI

ESPÉCIE DE PUBLICIDADE	**VALORES EM REAIS**		
	POR DIA	**POR MÊS**	**POR ANO**
1. Publicidade relativa a atividade no local, afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros: Qualquer espécie ou quantidade.....	12,70	31,30	66,90
2. Publicidade de terceiros, afixada na parte externa e interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros: Qualquer espécie ou quantidade por interessado na publicidade.	20,00	41,70	94,20
3 – PUBLICIDADE:			
3.1. – no interior de veículos de uso público destinado à publicidade com ramo de negócio – Qualquer quantidade ou espécie, por anunciante.....	20,00	41,70	94,20
3.2. – em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade, sonora ou escrita, na parte externa – qualquer espécie ou quantidade por anunciante.....	15,70	31,40	62,80
3.3. – em cinemas, teatros, circos, boates e similares, por meio da projeção de filmes ou dispositivos – Qualquer quantidade, por anunciante.....	25,00	52,30	94,20

3.4. - em vitrines, 'STANDS', vestíbulos e outras dependências de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, de prestação de serviços e outros, para divulgação de produtos ou serviços estranhos ao ramo de atividade do contribuinte – Qualquer espécie ou quantidade, por anunciante.....	25,00	52,30	91,40
4 – Publicidade por meio de projeção de filmes, dispositivos ou similares em vias ou logradouros públicos: –qualquer quantidade por anunciante.....	25,00	52,30	94,20
ESPÉCIE DE PUBLICIDADE	**DIA E M2**	**MÊS E M2**	**ANO E M2**
5 – Publicidade em placas, painéis, cartazes, letreiros, tabuletas, faixas e similares, colocados em tapumes, platibandas, andaimes, muros, telhados, paredes, terraços, jardins, cadeiras, bancos, toldos, mesas, campos de esportes, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de qualquer vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais, estaduais e federais: – por anunciante.....	12,60	23,10	34,05

ARTIGO 175 — A Taxa de Licença para Ocupação de Áreas em Vias e Logradouros Públicos, é devida de acordo com a tabela seguinte, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se, quando cabíveis, as disposições dos artigos 141 a 144, desta Lei.

TABELA VII
(AMBULANTES INSCRITOS NO CADASTRO MUNICIPAL)

ESPECIFICAÇÕES	**VALOR EM REAIS**
1.Espaço ocupado por balcões, barracas, mesas, tabuleiros e assemelhados, nas vias e logradouros públicos ou como depósito de materiais ou estacionamento de veículos, inclusive para fins comerciais, em locais designados pela administração Municipal, por prazo e valores a critério desta:	
(a) Por dia e por m².....	12,50
(b) por mês e por m².....	43,20
(c) por ano e por m².....	122,60

2.Espaço ocupado por carrinhos de sorvete, pipoca, amendoim, salgados e assemelhados:		
	(a) Por unidade e por dia.....	12,50
	(b) Por unidade e por mês.....	43,20
	(c) Por unidade e por ano.....	122,60
3.Espaço ocupado por automóveis e caminhões de aluguel:.....		580,90
4.Espaço ocupado por charretes e carrinhos de aluguel:		
	(a) Por unidade e por ano.....	137,70

ARTIGO 178 — Será aplicada multa no valor de **R$ 543,37 (quinhentos e quarenta e três reais e trinta e sete centavos),** ao negociante que vier a perturbar a ordem ou desrespeitar as determinações do regulamento, podendo ainda, ter sua licença suspensa ou cassada, a critério da Administração Municipal.

ARTIGO 191 — A Taxa de Remoção de Lixo Domiciliar será cobrada anualmente, e paga no valor de **R$ 117,53 (cento e dezessete reais e cinquenta e três centavos),** à época do efetivo pagamento, por unidade imobiliária.

ARTIGO 194— A taxa de apreensão e depósito é devida de acordo com a seguinte tabela, devendo ser lançada e arrecadada aplicando-se quando cabíveis, as disposições das Seções I a VI, do Capítulo II, do Título III, do Livro I.

TABELA VIII

ESPECIFICAÇÕES	VALORES EM REAIS	
	APREENSÃO	DEPÓSITO DIÁRIO
a) animais de grande porte.....	115,30	75,40
b) animais de pequeno porte.....	75,40	39,90
c) veículos impulsionados a mão.....	115,30	20,90
d) veículos de tração animal.....	156,50	73,20
e) veículos a motor.....	229,60	156,50
f)bicicletas.....	41,60	19,90
g) mercadorias:		
I - por quilo.....	12,70	-
II - por quilo de por dia.....	-	12,70

ARTIGO 300 – O termo de inscrição da dívida ativa contará, obrigatoriamente:

IV - do parcelamento:

b) - o número de prestações deverá ser, no máximo, em até 50 (cinquenta) parcelas mensais e consecutivas, desde que o valor mínimo de cada prestação não seja inferior a **R$ 70,39 (setenta reais e trinta e nove centavos)**, devendo ser paga a primeira no ato do ajuste, juntamente com o recolhimento de eventuais custas judiciais,

ARTIGO 358 - A autoridade julgadora recorrerá de ofício ou no próprio despacho, sempre que a decisão exonerar o contribuinte ou responsável do pagamento de tributo ou multa de valor originário superior a **R$ 201,00 (duzentos e um reais)**, à época da decisão.".

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2020.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.007, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre remanejamento de dotação orçamentária".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.973/2020,

D E C R E T A

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o remanejamento no valor de R$ 625.000,00 (Seiscentos e Vinte e Cinco Mil Reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

01	EXECUTIVO		
06	SECRETARIA DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS		
019	Setor de Fiscalização de Tributos		
04.129.0047.2043	Manutenção das Atividades do Setor de Fiscalização de Tributos.		
342-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil...	(+)R$	25.000,00
020	Setor de Lançadoria I		
04.129.0040.2104	Manutenção das Atividades do Setor de Lançadoria I		
350-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil...	(+)R$	50.000,00
10	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO		
007	Assessoria da Secretaria de Planejamento Urbano		
653-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(+)R$	350.000,00
14	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
001	Despesas Gerais e Especiais da Administração		
04.272.0098.2220	Pagamentos de Aposentados e Pensões.		
862-3.1.9001	Aposentadorias e Reformas.....	(+)R$	200.000,00

REDUZ:

01	EXECUTIVO		
03	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		
008	Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0014.2014	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.		

96-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	120.000,00
010	**Departamento de Ação Social**		
08.244.0015.2099	Manutenção das Atividades da Assistência Comunitária.		
112-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	20.000,00
011	**Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**		
08.244.0015.2100	Manutenção das Atividades do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.		
117-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(-)R$	100.000,00
014	**Abrigo de Menores**		
08.244.0016.2101	Manutenção das Atividades de Apoio ao Abrigo de Menores.		
135-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(-)R$	50.000,00
136-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	30.000,00
08	**SECRETARIA DE ESPORTES**		
005	**Setor de Esportes**		
27.812.0053.2049	Manutenção das Atividades do Setor de Esportes.		
518-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	40.000,00
09	**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS**		
015	**Setor de Manutenção de Obras**		
04.122.0118.2312	Manutenção das Atividades Relacionadas ao Setor de Manutenção de Obras.		
582-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	70.000,00
10	**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO**		
011	**Departamento de Trânsito**		
04.122.0065.2061	Manutenção das Atividades do Departamento de Trânsito.		
673-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil....	(-)R$	30.000,00
012	**Setor de Trânsito**		
04.122.0068.2064	Manutenção das Atividades do Setor de Trânsito.		
681-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	52.000,00
17	**SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**		
001	**Administração**		
04.122.0138.2324	Manutenção das Atividades da Secretaria de Justiça, Cidadania e Desenvolvimento Econômico.		
871-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	23.000,00

002	Departamento de Desenvolvimento Econômico e Cidadania.		
04.122.0139.2335	Manutenção das Atividades do Departamento de Desenvolvimento Econômico e Cidadania.		
878-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	90.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 09 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 09 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.009, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.974/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Especial da ordem de R$ 32.537,88 (Trinta e dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos) para atender a Secretaria de Saúde, assim classificado:

01	**EXECUTIVO**	
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
013	**SEÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DO CENTRO DE SAÚDE**	
10.301.0074.2251	Manutenção das Atividades da Seção da Unidade Básica do Centro de Saúde.	
3.3.9030	Material de Consumo.....	(+)R$ 32.537,88
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.0039	

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior fica reduzida parcialmente e/ou totalmente a seguinte dotação orçamentárias, conforme prevê o § 1º, item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

01	**EXECUTIVO**	
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
012	**SEÇÃO DE APOIO A ATENÇÃO BÁSICA DO PROGRAMA ESF**	
10.301.0074.2250	Seção de Apoio a Atenção Básica do Programa ESF	
972-3.3.9032	Material de Distribuição Gratuita.....	(-)R$ 17.537,88
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.0037	
980-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(-)R$ 8.000,00
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.0035	
018	**SEÇÃO DE UNIDADE DE CONTROLE DIAGNOSE**	
10.302.0074.2256	Unidade do Controle Diagnose.	
989-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(-)R$ 7.000,00

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6°, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 15 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 15 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.010, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.976/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 272.935,18 (Duzentos e setenta e dois mil, novecentos e trinta e cinco reais e dezoito centavos), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**		
09	**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS**		
011	**DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS**		
15.452.0055.1024	Pavimentação Asfáltica e Intertravada e Recapeamento de Logradouros Públicos.		
901-4.4.9051	Obras e Instalações.....	(+)R$	272.935,18

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**		
09	**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS**		
011	**DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS**		
15.452.0118.1021	Operação Tapa Buraco.		
619-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	70.000,00
015	**SETOR DE MANUTENÇÃO DE OBRAS**		
04.122.0118.2312	Manutenção das Atividades Relacionadas ao Setor de Manutenção de Obras.		
581-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	(-)R$	100.000,00
582-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	80.000,00
15.451.0118.2263	Imóveis em Comodato.		
608-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(-)R$	10.000,00
609-4.4.9051	Obras e Instalações.....	(-)R$	10.000,00
15.451.0118.2266	Manutenção/Ampliação/Reforma do Terminal Rodoviário.		
612-4.4.9051	Obras e Instalações.....	(-)R$	2.935,18

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 15 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 15 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 – Tremembé-SP. - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.011, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.977/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 45.993,07 (Quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e três reais e sete centavos), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**		
09	**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS**		
011	**DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS**		
17.061.0266.2286	Retificação e Manutenção de Córregos.		
560-4.4.9051	Obras e Instalações.....	(+)R$	45.993,07

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**		
09	**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS**		
011	**DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS**		
15.451.0055.1023	Construção de Muro de Arrimo.		
556-4.4.9051	Obras e Instalações.....	(-)R$	35.000,00
15.451.0055.2262	Reforma, Construção e Manutenção de Próprios Municipais.		
557-4.4.9051	Obras e Instalações.....	(-)R$	10.993,07

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 15 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 15 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 6.012, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial."

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.978/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Fiscal do Município, um Crédito Adicional Especial, da ordem de R$ R$ 142.571,00 (Cento e quarenta e dois mil, quinhentos e setenta um reais) para atender o 2º Termo de Aditamento – Adequação de Projeto e Prorrogação de Prazo do Convênio nº 029/2017, firmado com a Secretaria de Turismo, através do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos – DADETUR, objetivando a transferência de recursos financeiros do fundo de melhoria dos municípios turísticos para requalificação de praças do Centro Turístico do Município, assim classificado:

01 – EXECUTIVO
09 – SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
011 – Departamento de Obras Públicas
04.122.0055.2051 – Manutenção das Atividades do Departamento de Obras Públicas
4.4.90.51- Obras e Instalações.....R$ 142.571,00
Fonte de Recurso: 01
Modalidade de Aplicação: 110.000

ARTIGO 2º – Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior fica reduzida parcialmente e/ou totalmente a seguinte dotação orçamentária, conforme prevê o § 1º, item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

01 – EXECUTIVO
09 – SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
015 – SETOR DE MANUTENÇÃO DE OBRAS
15.451.0118.2266 – Manutenção, Ampliação/Reforma do Terminal Rodoviário
612 - 4.4.90.51- Obras e Instalações..... (-) R$ 42.571,00
Fonte de Recurso: 01
Modalidade de Aplicação: 110.000
15.452.0118.1021 – Operação Tapa Buraco

619- 3.3.9030 – Material de Consumo..... (-)R$ 100.000,00
Fonte de Recurso: 01
Modalidade de Aplicação: 110.000

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação, deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, para o presente exercício, nos moldes do artigo 6°, da Lei Municipal n° 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 15 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 15 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 6.013, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial."

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.979/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Fiscal do Município, um Crédito Adicional Especial, da ordem de R$ R$ 19.323,06 (Dezenove mil, trezentos e vinte e três reais e seis centavos) para atender o 2º Termo de Aditamento – Adequação de Projeto e Prorrogação de Prazo do Convênio nº 029/2017, firmado com a Secretaria de Turismo, através do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos – DADETUR, objetivando a transferência de recursos financeiros do fundo de melhoria dos municípios turísticos para requalificação de praças do Centro Turístico do Município, assim classificado:

01 – EXECUTIVO
09 – SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
011 – Departamento de Obras Públicas
04.122.0055.2051 – Manutenção das Atividades do Departamento de Obras Públicas
4.4.90.51- Obras e Instalações.....R$ 19.323,06
Fonte de Recurso: 92
Modalidade de Aplicação: 110.000

ARTIGO 2º – Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior fica reduzida parcialmente e/ou totalmente a seguinte dotação orçamentária, conforme prevê o § 1º, item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

01 – EXECUTIVO
11 – SECRETARIA DE SAÚDE
001 – ADMINISTRAÇÃO
10.122.0069.2065 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde.
688 – 3.1.9013- Obrigações Patronais..... (-) R$ 19.323,06
Fonte de Recurso: 01
Modalidade de Aplicação: 110.000

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação, deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, para o presente exercício, nos moldes do artigo 6°, da Lei Municipal n° 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 15 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 15 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.014, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com base no que dispõe o artigo 6º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Suplementar da ordem de R$ 655.000,00 (Seiscentos e Cinquenta e Cinco Mil reais), assim classificado:

01	**EXECUTIVO**	
07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**	
009	**Setor Administrativo da Educação Fundamental**	
12.361.0131.2228	Manutenção das Atividades do Setor Administrativo da Educação	
427-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	(+)R$640.000,00
428-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$ 15.000,00

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior fica reduzida parcialmente e/ou totalmente a seguinte dotação orçamentária, conforme prevê o § 1º, item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

01	**EXECUTIVO**	
07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**	
009	**Setor Administrativo da Educação Fundamental**	
12.361.0131.2228	Manutenção das Atividades do Setor Administrativo da Educação	
431-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(-)R$ 655.000,00

ARTIGO 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 18 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 18 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 6.015, DE 18 DE DEZEMBRRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 846.400,00 (Oitocentos e Quarenta e Seis Mil e Quatrocentos Reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**		
07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**		
005	**ASSESSORIA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**		
12.122.0049.2045	Manutenção das Atividades da Assessoria da Secretaria de Educação.		
379-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	(+)R$	9.000,00
380-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	600,00
008	**SETOR DE BIBLIOTECA**		
04.122.0130.2235	Manutenção da Biblioteca.		
413-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	(+)R$	20.000,00
414-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	2.000,00
009	**SETOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL**		
12.361.0131.2239	Setor Administrativo da Educação-FUNDEB-Recurso Estadual		
437-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	(+)R$	470.000,00
438-3.1.9013	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	(+)R$	105.000,00
439-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	115.000,00
440-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	22.000,00
011	**SEÇÃO DE PRÉ ESCOLA**		
12.365.0133.2230	Manutenção das Atividades da Educação Infantil – FUNDEB – Recursos Estaduais.		
458-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	(+)R$	51.000,00
459-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	(+)R$	15.000,00
461-3.2.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	800,00
12.365.0134.2241	Manutenção das Atividades de Creche – Recursos Estaduais.		

472-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	(+)R$	26.000,00
473-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....	(+)R$	5.000,00

015 **SETOR DE EDUCAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**
12.122.0136.2321 Manutenção das Atividades para atender Cursos a Distância EAD.

493-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(+)R$	5.000,00

REDUZ:
01 **EXECUTIVO**
07 **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
009 **SETOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL**
12.361.0131.226 Manutenção das Atividades Setor Administrativo da Educação.

431-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	444.000,00
432-3.3.9032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	(-)R$	72.400,00

011 **SEÇÃO PRÉ ESCOLA**
12.365.0133.2230 Manutenção das Atividades da Educação Infantil – Recursos Próprios.

456-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(-)R$	180.000,00

012 **SECÃO DE CRECHE**
12.365.0134.2231 Manutenção das Atividades da Creche.

469-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(-)R$	150.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 18 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 18 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 6.016, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre remanejamento de dotação orçamentária".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.985/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o remanejamento no valor de R$ 290.000,00 (Duzentos e noventa mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

01	EXECUTIVO		
06	SECRETARIA DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS		
017	Seção de Tesouraria		
04.129.0044.2040	Manutenção das Atividades da Chefia do Setor de Tesouraria.		
335-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica....	(+)R$	290.000,00

REDUZ:

01	EXECUTIVO		
01	GABINETE DO PREFEITO		
001	Gabinete do Prefeito		
04.121.0001.2001	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.		
5-3.3.9033	Passagens e Despesas com Locomoção.....	(-)R$	5.000,00
6-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(-)R$	15.000,00
7-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica....	(-)R$	30.000,00
002	Procuradoria do Município		
04.122.0137.2323	Manutenção das Atividades do Setor de Execução Fiscal.		
22-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	5.000,00
02	SECRETARIA DA CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO		
001	Administração da Chefia do Gabinete		
04.122.0002.2002	Manutenção das Atividades da Chefia do Gabinete do Prefeito.		
28-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	2.000,00

011	Assessoria da Secretaria da Chefia de Gabinete		
04.122.0103.2295	Manutenção das Atividades das Assessorias da Secretaria da Chefia de Gabinete do Prefeito.		
33-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica....	(-)R$	15.000,00
012	Controladoria Geral do Município		
04.122.0104.2296	Manutenção dos Serviços da Controladoria Geral do Município.		
35-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil....	(-)R$	15.000,00
36-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	5.000,00
38-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	5.000,00
013	Coordenadoria dos Serviços de Secretaria		
04.122.0003.2003	Manutenção das Atividades da Coordenadoria dos Serviços de Secretaria.		
43-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(-)R$	5.000,00
44-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	5.000,00
45-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	2.000,00
014	Coordenadoria Adjunta dos Serviços de Secretaria		
04.122.0004.2004	Manutenção das Atividades da Coordenadoria Adjunta dos Serviços de Secretaria.		
49-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	5.000,00
50-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(-)R$	5.000,00
51-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	5.000,00
015	Junta do Serviço Militar		
04.122.0002.2103	Junta do Serviço Militar		
55-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	4.000,00
56-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	2.000,00
016	Departamento da Tecnologia da Informação		
04.122.0102.2294	Manutenção das Atividades do Departamento da Tecnologia da Informação.		
65-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	20.000,00
03	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		
001	Administração		
08.122.0012.2012	Manutenção, Apoio e Desenvolvimento da Política de Assistência Social.		
69-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	5.000,00
003	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-FMDCA.		
08.243.0013.2013	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.		

78-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	5.000,00
79-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(-)R$	5.000,00
007	**Assessorias da Secretaria de Ação Social**		
08.244.0105.2300	Manutenção das Atividades Assessorias da Secretaria de Ação Social.		
86-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	5.000,00
008	**Fundo Municipal de Assistência Social**		
08.244.0014.2014	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.		
88-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	5.000,00
94-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(-)R$	60.000,00
99-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	5.000,00
010	**Departamento de Ação Social**		
08.122.0015.2015	Manutenção do Departamento de Ação Social.		
105-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	5.000,00
08.244.0015.2099	Manutenção das Atividades da Assistência Comunitária.		
110-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	20.000,00
114-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	5.000,00
011	**Centro de Referência de Assistência Social-CRAS.**		
08.244.0015.2100	Manutenção das Atividades do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.		
116-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	5.000,00
012	**Centro de Convivência do Idoso.**		
08.241.0015.2096	Assistência e Amparo ao Idoso.		
123-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	5.000,00
125-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	10.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 21 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de dezembro de 2020.

ELIANA MARIA NEVES DE LIMA
Coordenadora dos Serviços de Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 – Tremembé-SP. - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.017, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre remanejamento de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.986/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o remanejamento no valor de R$ 508.000,00 (Quinhentos e oito mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**		
14	**ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**		
001	**DESPESAS GERAIS E ESPECIAIS DA ADMINISTRAÇÃO**		
04.122.0098.2222	Indenizações e Restituições Trabalhistas.		
856-3.1.9094	Indenizações e Restituições Trabalhistas.....	(+)R$	508.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**		
02	**SECRETARIA DA CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO**		
001	**ADMINISTRAÇÃO DA CHEFIA DE GABINETE**		
04.122.0002.2002	Manutenção das Atividades da Chefia do Gabinete do Prefeito.		
027-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	8.000,00
03	**SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**		
014	**ABRIGO DE MENORES**		
08.244.0016.2101	Manutenção das Atividades de Apoio ao Abrigo de Menores.		
134-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	20.000,00
136-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	5.000,00
015	**FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE**		
08.244.0113.2102	Apoio ao Fundo Social de Solidariedade.		
139-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	5.000,00
140-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(-)R$	5.000,00
016	**CONSELHO TUTELAR**		
08.243.0114.2097	Apoio ao Serviço e Ações de Conselho Tutelar.		

145-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	5.000,00
147-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	6.000,00

04 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
001 ADMINISTRAÇÃO

04.122.0018.2018	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração.		
152-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(-)R$	6.000,00

013 ASSESSORIAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0106.2302	Manutenção das Atividades das Assessorias da Secretaria de Administração.		
157-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	9.000,00

022 SEÇÃO DE LIMPEZA PÚBLICA

04.122.0031.2297	Manutenção das Atividades da Seção de Limpeza Pública.		
210-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	10.000,00

024 SEÇÃO DE COPA

04.122.0031.2299	Manutenção das Atividades da Seção de Copa.		
219-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	5.000,00
220-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	4.000,00

026 SEÇÃO DE PROTOCOLO

04.122.0031.2108	Manutenção das Atividades da Seção de Protocolo		
231-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	7.000,00

027 SETOR DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL

04.122.0032.2028	Manutenção das Atividades do Setor de Vigilância Patrimonial.		
238-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	5.000,00

028 SETOR DE CEMITÉRIO E VELÓRIO MUNICIPAL

04.122.0028.2024	Manutenção das Atividades do Setor de Cemitério e Velório Municipal.		
245-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	5.000,00

029 SETOR DE COMPRAS E ALMOXARIFADO

04.122.0029.2025	Manutenção das Atividades do Setor de Compras e Almoxarifado.		
249-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	25.000,00
251-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica.....	(-)R$	70.000,00
253-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	6.000,00

030	**SETOR DE CADASTRO DE BENS PATRIMONIAIS**		
04.122.0030.2026	Manutenção das Atividades do Setor de Cadastro de Bens Patrimoniais.		
258-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	4.000,00
05	**SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
001	**ADMINISTRAÇÃO**		
04.606.0033.2029	Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.		
263-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(-)R$	5.000,00
006	**DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
04.122.0034.2030	Manutenção das Atividades do Departamento e Agricultura e Meio Ambiente.		
274-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	8.000,00
277-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	2.000,00
007	**SETOR DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE**		
04.122.0036.2032	Manutenção das Atividades da Chefia do Setor de Fiscalização do Meio Ambiente.		
286-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(-)R$	10.000,00
287-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	10.000,00
06	**SECRETARIA DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS**		
001	**ADMINISTRAÇÃO**		
04.123.0037.2033	Manutenção das Atividades da Secretaria de Assuntos Fazendários.		
292-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(-)R$	5.000,00
293-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	6.000,00
04.123.0038.2034	Manutenção das Atividades da Coordenadoria do Cadastro Imobiliário.		
298-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	4.000,00
299-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	20.000,00
300-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	5.000,00
012	**DEPARTAMENTO FINANCEIRO**		
04.129.0109.2303	Manutenção das Atividades Relacionadas ao Departamento Financeiro.		
304-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	4.000,00
305-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	5.000,00
013	**SETOR DE CONTABILIDADE**		
04.123.0041.2037	Manutenção das Atividades do Setor de Contabilidade.		
309-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	25.000,00

311-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	8.000,00
312-3.3.9040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.....	(-)R$	5.000,00

014 SEÇÃO DE EMPENHO

04.123.0046.2042	Manutenção das Atividades da Seção de Empenho.		
315-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	5.000,00
317-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	5.000,00

015 SETOR DE CONTROLE FINANCEIRO

04.122.0042.2038	Manutenção das Atividades do Setor de Controle Financeiro.		
321-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	5.000,00
322-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	5.000,00

016 SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

04.123.0043.2039	Manutenção das Atividades da Seção de Liquidação e Pagamento.		
327-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	5.000,00

017 SEÇÃO DE TESOURARIA

04.129.0044.2040	Manutenção das Atividades da Chefia do Setor de Tesouraria.		
333-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	10.000,00
336-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	6.000,00

018 DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

340-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(-)R$	5.000,00
341-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	5.000,00

019 SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS

04.129.0047.2043	Manutenção das Atividades do Setor de Fiscalização de Tributos.		
345-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	6.000,00
348-3.3.9040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-PJ.....	(-)R$	15.000,00

020 SETOR DE LANÇADORIA I

04.129.0040.2104	Manutenção das Atividades do Setor de Lançadoria I.		
353-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	9.000,00
354-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(-)R$	5.000,00
355-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	10.000,00
356-3.3.9040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-PJ.....	(-)R$	14.000,00
357-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	8.000,00

021	**SETOR LANÇADORIA II**		
04.129.0040.2105	Manutenção de Atividades do Setor de Lançadoria II.		
361-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	4.000,00
362-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	10.000,00
363-3.3.9040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-PJ.....	(-)R$	5.000,00
364-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	7.000,00
022	**SETOR DE DIVERSOS TRIBUTOS**		
04.129.0040.2105	Manutenção das Atividades do Setor de Diversos Tributos.		
371-3.3.9040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-PJ.....	(-)R$	14.000,00
023	**SETOR DE DIVIDA ATIVA**		
04.129.0045.2041	Manutenção das Atividades do Setor de Dívida Ativa.		
374-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	4.000,00
376-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	4.000,00
377-3.3.9040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-PJ.....	(-)R$	10.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 21 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de dezembro de 2020.

ELIANA MARIA NEVES DE LIMA
Coordenadora dos Serviços da Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.018, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotação orçamentária".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.987/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 246.000,00 (Duzentos e quarenta e seis mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**	
11	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
010	Setor Administrativo da Saúde	
10.301.0073.2249	Manutenção do Setor Administrativo da Saúde.	
958-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(+)R$ 246.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**	
11	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
012	**Seção de Apoio Atenção Básica do Programa ESF.**	
10.301.0074.2250	Seção de Apoio a Atenção Básica do Programa ESF.	
731-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$ 52.664,83
735-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$ 83.566,02
994-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$ 7.410,75
021	**Setor de Vigilância Epidemiológica**	
10.305.0070.2247	Vigilância Epidemiológica.	
780-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$ 35.181,10
781-3.3.9032	Material, bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita.....	(-)R$ 3.232,70
783-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$ 50.531,98
1005-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$ 1.000,00
1006-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$ 12.352,62

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 21 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de dezembro de 2020.

ELIANA MARIA NEVES DE LIMA
Coordenadora dos Serviços da Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.019, DE 21 DE DEZEMBRRO DE 2020.

"Dispõe sobre a revogação de Decretos Municipais".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto nas Leis Municipais nºs 4.980, 4.981, 4.982, 4.983, 4.984 e 4.985/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Ficam revogados em todos os seus termos os Decretos Municipais nºs 5.904, de 22 de julho de 2020; 5.921, de 26 de agosto de 2020; 5.961, de 21 de outubro de 2020; 5.962, de 21 de outubro de 2020 e 5.963, de 21 de outubro de 2020.

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 21 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de dezembro de 2020.

ELIANA MARIA NEVES DE LIMA
Coordenadora dos Serviços de Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 –Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.020, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre medidas excepcionais a serem adotadas nos dias 25 a 27 de dezembro de 2020 e 1º a 3 de janeiro de 2021 e dá outras providências".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Portaria Ministerial nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus;
CONSIDERANDO os Decretos Municipais nºs 5.793, de 17 de março de 2020 e 5.801 de 02 de abril de 2020 que declararam Estado de Emergência e Calamidade Pública no Município da Estância Turística de Tremembé;
CONSIDERANDO a vigência do estado de quarentena, adotado pelo Decreto Estadual nº 64.881 de 22 de março de 2020;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 65.415, de 23 de dezembro de 2020, que instituiu, excepcionalmente, no âmbito do Plano São Paulo, a classificação na fase vermelha;
CONSIDERANDO que compete aos municípios definir e disciplinar as regras sanitárias de prevenção e enfrentamento a COVID-19.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Nos dias 25 a 27 de dezembro de 2020 e 1º a 3 de janeiro de 2021 estarão autorizadas a funcionar, para atendimento presencial, somente as atividades essenciais elencadas no artigo 2º, do Decreto Municipal nº 5.803, de 08 de abril de 2020.

ARTIGO 2º - Fica suspensa, no período de 25 a 27 de dezembro de 2020 e 1º a 3 de janeiro de 2021, a aplicabilidade do Decreto Municipal nº 5.997, de 03 de dezembro de 2020.

ARTIGO 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com vigência limitada a 3 de janeiro de 2021.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 23 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 23 de dezembro de 2020.

ELIANA MARIA NEVES DE LIMA
Coordenadoria dos Serviços da Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.021, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 768.000,00 (Setecentos e sessenta e oito mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	EXECUTIVO		
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
009	Setor Administrativo da Educação Fundamental		
12.361.0131.2239	Setor Administrativo da Educação – FUNDEB- Recurso Estadual.		
437-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	(+)R$	240.000,00
439-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	350.000,00
440-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	105.000,00
011	Seção de Pré Escola.		
12.365.0133.2240	Manutenção das Atividades da Educação Infantil – FUNDEB – Recursos Estaduais.		
460-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	38.000,00
461-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	15.000,00
012	Seção de Creche.		
12.365.0134.2241	Manutenção das Atividades de Creche – Recursos Estaduais.		
474-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	19.000,00
475-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	1.000,00

REDUZ:

01	EXECUTIVO		
07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
007	Setor de Merenda Escolar		
12.306.0129.2242	Manutenção das Atividades do Setor de Merenda – Recursos Estaduais.		
404-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	50.000,00

009	**Setor Administrativo da Educação Fundamental.**	
12.361.0131.2228	Manutenção das Atividades Setor Administrativo da Educação.	
427-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	(-)R$ 200.000,00
428-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$ 400.000,00
12.361.0131.2239	Setor Administrativo da Educação – FUNDEB – Recurso Estadual.	
441-3.1.9094	Indenizações e Restituições Trabalhistas.....	(-)R$ 118.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 30 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de dezembro de 2020.

ELIANA MARIA NEVES DE LIMA
Coordenadora dos Serviços da Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 6.022, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre remanejamento de dotação orçamentária".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o remanejamento no valor de R$ 153.500,00 (Cento e cinquenta e três mil e quinhentos reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	EXECUTIVO		
01	GABINETE DO PREFEITO		
002	**Procuradoria do Município**		
04.122.0137.2322	Manutenção das Atividades da Procuradoria do Município.		
13-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(+)R$	5.000,00
02	SECRETARIA DA CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO		
016	**Departamento da Tecnologia da Informação**		
04.122.0102.2294	Manutenção das Atividades do Departamento da Tecnologia da Informação.		
64-3.3.9040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação –PJ.....	(+)R$	1.500,00
65-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(+)R$	8.000,00
03	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		
010	**Departamento de Ação Social**		
08.244.0015.2099	Manutenção das Atividades da Assistência Comunitária.		
113-3.3.9040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação –PJ.....	(+)R$	5.500,00
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
001	**Administração**		
04.122.0018.2018	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração.		
149-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil...	(+)R$	2.000,00

06	SECRETARIA DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS		
019	Setor de Fiscalização de Tributos		
04.129.0047.2043	Manutenção das Atividades do Setor de Fiscalização de Tributos.		
346-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(+)R$	2.000,00
347-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(+)R$	15.000,00
348-3.3.9040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação –PJ.....	(+)R$	2.000,00
09	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS E SERVIÇOS URBANOS		
012	Setor de Projetos e Convênios		
04.122.0115.2310	Manutenção das Atividades Relacionadas ao Setor de Projetos e Convênios.		
565-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(+)R$	1.500,00
013	Setor de Fiscalização de Obras		
04.122.0116.2269	Manutenção dos Serviços Relacionados Fiscalização de Obras Públicas.		
574-3.3.9040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação –PJ.....	(+)R$	5.500,00
017	Setor de Serviços Urbanos		
04.122.0120.2271	Manutenção dos Serviços Urbanos.		
638-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(+)R$	100.000,00
11	SECRETARIA DE SAÚDE		
010	Setor Administrativo da Saúde		
10.301.0073.2249	Manutenção do Setor Administrativo da Saúde.		
717-3.3.9040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação –PJ.....	(+)R$	5.500,00

REDUZ:

01	EXECUTIVO		
02	SECRETARIA DA CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO		
011	Assessorias da Secretaria da Chefia de Gabinete.		
04.122.0103.2295	Manutenção das Atividades das Assessorias da Secretaria da Chefia do Gabinete do Prefeito.		
32-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	4.500,00
013	Coordenadoria dos Serviços de Secretaria		
04.122.0003.2003	Manutenção das Atividades da Coordenadoria dos Serviços de Secretaria.		
42-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	4.800,00

016	**Departamento da Tecnologia da Informação**		
04.122.0102.2294	Manutenção das Atividades do Departamento da Tecnologia da Informação.		
60-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	4.800,00
61-3.3.9035	Serviços de Consultoria.....	(-)R$	5.000,00
63-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	4.000,00
64-3.3.9040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação –PJ.....	(-)R$	4.000,00
03	**SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**		
001	**Administração**		
08.122.0012.2012	Manutenção, Apoio e Desenvolvimento da Política Pública de Assistência Social.		
70-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(-)R$	2.000,00
71-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	2.900,00
003	**Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA**		
08.243.0013.2013	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.		
77-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	5.000,00
80-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	4.900,00
005	**Diretoria de Assistência Social**		
04.244.0016.2098	Apoio aos Conselhos Municipais.		
81-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	2.000,00
82-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	2.000,00
008	**Fundo Municipal de Assistência Social**		
08.244.0014.2014	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.		
91-3.3.9032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.....	(-)R$	20.000,00
94-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(-)R$	10.000,00
96-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	35.000,00
010	**Departamento de Ação Social**		
08.122.0015.2015	Manutenção do Departamento de Ação Social.		
103-3.3.9014	Diárias – Civil.....	(-)R$	4.000,00
08.244.0015.2099	Manutenção das Atividades da Assistência Comunitária.		
112-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	20.000,00

011	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS		
08.244.0015.2100	Manutenção das Atividades do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.		
117-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(-)R$	10.600,00
118-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	8.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 30 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de dezembro de 2020.

ELIANA MARIA NEVES DE LIMA
Coordenadora dos Serviços da Secretaria

DECRETO Nº 5.998, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre a doação de área por particular ao Município da Estância Turística de Tremembé e dá outras providências."

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que dispõe o Artigo 27, inciso X, *in fine* da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:-

Artigo 1º. O Município da Estância Turística de Tremembé recebe em doação o imóvel de propriedade de EDGAR ANTONIO NEVES DE CASTRO, inscrito no cadastro de pessoa física CPF/MF MF nº 357.342.908-40, portador do RG nº 43.516.889 SSP/SP e PRISCILA NEVES DE CASTRO, inscrita no cadastro de pessoa física CPF/MF nº 376.394.938-03, portadora do RG nº 43.516.857-5 SSP/SP, assim caracterizado:

'**DESCRIÇÃO DA ÁREA A SER DOADA (Rua Maria José da Silva):** Uma área urbana, onde está implantada a Via Pública denominada Rua Maria José da Silva – Dona Lurdes, situada no Bairro do Aterrado, nesta cidade, com frente para a Estrada Municipal Carlos Afonso Ferreira Neves, onde inicia sua descrição no vértice EGF-M-0384 de coordenadas longitude: 45º33'48,758"W e latitude: 22º57'25,874"S; deste segue em linha reta com azimute de 261º11' e distância de 12,47m, com frente para a Estrada Municipal Carlos Afonso Ferreira Neves até o ponto 10; deste segue em linha reta com azimute de 336º07'21" e distância de 107,08m até o ponto 07; deste segue em linha reta com azimute de 260º11'17" e distância de 264,74m até o ponto 06; deste segue em arco de 24,64m e raio de 10,00m até o ponto 05; confrontando do ponto 10 ao 05 com a Área 02-remanescente; deste segue em arco de 25,33m e raio de 10,00m até o ponto 03; deste segue em linha reta com azimute de 80º11'17" e distância de 274,10m até o ponto 04; confrontando do ponto 05 ao 04 com a Área 01-remanescente; deste segue em linha reta com azimute de 156º20'" e distância de 117,96m até o ponto 08; deste segue em linha reta com azimute de

156º25' e distância de 1,71m até o vértice EGF-M-0384; ponto inicial da descrição deste perímetro; confrontando do ponto 04 ao vértice EGF-M-0384 com o imóvel denominado Sítio Tremembé; e encerrando a área de 4.889,39m². "

Parágrafo Único: Das áreas remanescentes do imóvel, descritas abaixo:

I - "DESCRIÇÃO DA ÁREA 01 (remanescente): Um terreno urbano com benfeitorias, remanescente do imóvel denominado SÍTIO BOM JESUS, situado no Bairro do Aterrado, nesta cidade, onde inicia sua descrição no vértice EGF-M-0382 de coordenadas longitude: 45º33'51,789"W e latitude: 22º57'19,467"S; deste segue em linha reta com azimute de 156º20' e distância de 95,52m, confrontando com o imóvel denominado Sítio Tremembé até o ponto 04; deste segue em linha reta com azimute de 260º11'17" e distância de 274,10m até o ponto 03; deste segue em arco de 25,33m e raio de 10,00m até o ponto 05; do ponto 04 ao 05 com frente para a Rua Maria José da Silva; deste segue em linha reta com azimute de 349º05' e distância de 73,92m até o ponto 01, confrontando com o imóvel denominado Sítio Santo Antonio Santana Galvão; deste segue em linha reta com azimute de 74º54' e distância de 50,43m até o ponto 02; deste segue em linha reta com azimute de 75º09' e distância de 221,44m até o vértice EGF-M-0382; ponto inicial da descrição deste perímetro; confrontando do ponto 01 ao vértice EGF-M-0382 com o imóvel denominado Gleba A do Sítio São Francisco; e encerrando a área de 22.670,71m².

II - DESCRIÇÃO DA ÁREA 02 (remanescente): Um terreno urbano com benfeitorias, remanescente do imóvel denominado SÍTIO BOM JESUS, situado no Bairro do Aterrado, nesta cidade, onde inicia sua descrição no vértice EGF-M-0386 de coordenadas longitude: 45º33'59,867"W e latitude: 22º57'27,237"S; deste segue em linha reta com azimute de 349º05' e distância de 98,37m, confrontando com o imóvel denominado Sítio Santo Antonio Santana Galvão até o ponto 05; deste segue em arco de 24,64m e raio de 10,00m até o ponto 06; deste segue em linha reta com azimute de 80º11'17" e distância de 264,74m até o ponto 07; deste segue em linha reta com azimute de 157º07'21" e distância de 107,08m até o ponto 10; do ponto 05 ao 10 confrontando com a Rua Maria José da Silva; deste segue em linha reta com azimute de 261º11' e distância de 251,93m até o ponto 09; deste segue em linha reta com azimute de 268º30' e distância de 55,23m até o vértice EGF-M-0386; ponto inicial da descrição deste perímetro; do ponto 10 ao vértice EGF-M-0386 com

frente para a a Estrada Municipal Carlos Afonso Ferreira Neves ; e encerrando a área de 29.718,90m².''

Artigo 2º - As custas decorrentes de escritura, registros e demais emolumentos serão de responsabilidade do Doador.

Artigo 3º - A doação será da forma não onerosa e sem encargos ao Município.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 04 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 04 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 5.997, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Mantém a medida de quarentena estabelecida no Decreto Estadual nº 64.881 de 22 de março de 2020, regulamenta e atualiza as regras da retomada consciente das atividades econômicas que especifica, de acordo com a FASE 3 - AMARELA – estabelecida no Plano São Paulo do Governo Estadual, e dá outras providências".

MARCELO VAQUELI, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Portaria Ministerial nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que "Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV);

Considerando que a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, dispôs sobre medidas para o enfrentamento da citada emergência de saúde pública de importância internacional;

Considerando a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto nº 5.793, de 17 de março de 2020, que declarou situação de emergência no âmbito da saúde pública municipal e o Decreto nº 5.801, de 02 de abril de 2020, que declarou estado de calamidade pública no município de Tremembé;

Considerando que o Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, regulamenta a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

Considerando que o Decreto Estadual nº 64.881, de 22 de março de 2020, adotou a medida de quarentena para enfrentamento da crise, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei Federal nº 13.979, de 2020;

Considerando a estratégia de retomada consciente apresentada pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio do "Plano São Paulo" (https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/planosp) que determinou retornar o município de Tremembé para a FASE 3 – AMARELA,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica mantida a Medida de Quarentena constante do Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, por prazo indeterminado e enquanto vigorar a Medida de Quarentena estabelecida pelo Governo do Estado de São Paulo.

ARTIGO 2º - São considerados serviços essenciais, em acordo com o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, autorizados a funcionamento normal, em acordo com o Alvará de funcionamento expedido pela municipalidade de Tremembé, os seguintes:

I – FARMÁCIAS, devendo fixar o horário de atendimento exclusivo para pessoas idosas e gestantes da 8:00 às 09:30 horas.

II – HIPERMERCADOS, SUPERMERCADOS, MERCADOS, ACOUGUES, PEIXARIAS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E QUITANDAS, devendo fixar horário de atendimento exclusivo para pessoas idosas, gestantes das 8:00 às 09:30 horas.

III – LOJA DE VENDA DE ALIMENTAÇÃO PARA ANIMAIS.

IV – DISTRIBUIDORES DE GÁS.

V- LOJA DE VENDA DE ÁGUA MINERAL.

VI – PADARIAS.

VII – RESTAURANTES E LANCHONETES, adequando seu funcionamento a FASE 3- AMARELA - do Plano São Paulo.

VIII – POSTOS DE COMBUSTÍVEL E DERIVADOS; TRANSPORTADORAS; ARMAZÉNS, OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA E BANCAS DE JORNAL.

IX – FUNERÁRIAS, VELÓRIOS (com número limitado a 10 pessoas e não ocorrência ao mesmo tempo) e SEPULTAMENTOS, observadas as disposições da Portaria nº 7.452/2020.
X – AGENCIAS BANCÁRIAS, CASAS LOTÉRICAS E CORREIOS.
XI – LOJAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.
XII – HOSPITAIS, CLÍNICAS, LAVANDERIAS E SERVIÇOS DE LIMPEZA E HOTÉIS.
XIII – CLUBE DE TIRO, devendo ter número limitado a 06 pessoas ao mesmo tempo.
XIV – SERVIÇOS DE MOTOTAXI, vedado o compartilhamento de capacetes pelos passageiros.
XV – OUTROS EVENTUALMENTE DEFINIDOS EM ATO EXPEDIDO PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

ARTIGO 3º - As igrejas e templos religiosos, poderão realizar missas e cultos religiosos, adotando os critérios abaixo:
I – limitação de 40% (quarenta) por cento da capacidade total; proibida aglomeração de pessoas interna e externamente.
II – distanciamento mínimo de 3.0 m² (três) metros quadrados.
III – horário de funcionamento limitado à 10 (dez) horas diárias, compreendido no período das 06:00 (seis) até no máximo 22:00 (vinte e duas) horas.

ARTIGO 4º - Os hipermercados, supermercados, agências bancárias e casas lotéricas, deverão limitar o acesso aos consumidores ao número de caixas existentes no estabelecimento.
PARAGRAFO ÚNICO – Ficam obrigados a sinalizar as calçadas que permeiam o estabelecimento, mantendo a distância mínima de 02 (dois) metros entre os consumidores, em caso de filas no lado externo do estabelecimento.

ARTIGO 5º - Os setores constantes do Decreto Estadual nº 64.994, de 28 de maio de 2020, integrantes do Plano São Paulo, enquadrados na zona amarela – fase 3, autorizados a funcionar se constituem de :
I – Atividades imobiliárias.
II – Concessionárias e lojas de veículos.
III – Escritórios em geral.
IV – Comércio em Geral / prestadores de serviço/galeria.

V – Salões de beleza e barbearias.
VI – Academias de esporte de todas as modalidades e centros de ginástica.
VII – Bares, restaurantes e similares.

ARTIGO 6º - As atividades integrantes do artigo 4º - I. II e III e IV deste decreto, (atividades imobiliárias; concessionárias e lojas de veículos; comércio em geral; prestadores de serviços; escritórios em geral e galerias) poderão funcionar regularmente, em acordo com os horários autorizados nos Alvarás de funcionamento, não podendo ultrapassar a 10 (dez) horas diárias.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As atividades integrantes do artigo 4º - V (salões de beleza e barbearias) poderão funcionar regularmente, em acordo com os horários estabelecidos nos Alvará de Funcionamento, não podendo ultrapassar a 10 (dez) horas diárias.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As atividades integrantes do artigo 4º - VI (Academias de esporte de todas as modalidades e centros de ginástica), poderão funcionar regularmente em acordo com os horários estabelecidos nos Alvarás de Funcionamento, não podendo ultrapassar a 10 (dez) horas diárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As atividades integrantes do artigo 4º - VII (Bares, restaurantes e similares) poderão funcionar regularmente em acordo com os horários estabelecidos nos Alvarás de Funcionamento, não podendo ultrapassar a 10 (dez) horas diárias.

O consumo local deve encerrar no máximo às 21:00 (vinte e uma) horas e a permanência no estabelecimento deve ser no máximo até 22:00 (vinte e duas) horas.

PARÁGRAFO QUARTO – Fica mantida a autorização para funcionamento do sistema "drive-thru" e "delivery", se houver.

PARÁGRAFO QUINTO – Fica autorizado o funcionamento aos domingos e feriados, desde que autorizados em Alvará de Funcionamento e previsão em convenção coletiva vigente entre as entidades patronais e de empregados.

ARTIGO 7º - As regras gerais para funcionamento das atividades autorizadas na FASE 3 – AMARELA são:

I – Capacidade limitada à entrada e permanência de 40% (quarenta por cento) da capacidade máxima do local, indicada em termo de compromisso (quando cabível) a ser firmado junto ao setor de Fiscalização – COVID 19.

II – Horário: em acordo com o Alvará de Funcionamento, por no máximo 10 (dez) horas diárias.
III – Funcionamento todos os dias da semana, incluindo domingos e feriados, para atividades permitidas em Alvará de Funcionamento.
IV – Fixar placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite de lotação máxima.
V – utilização de máscaras descartáveis ou de tecido por todos os funcionários, proprietários e clientes.
VI – disponibilização de frasco com álcool gel 70% (dispenser) na entrada e saída do estabelecimento.
VII – limpeza e desinfecção freqüente de ar condicionado.
VIII – garantia de circulação de ar com, no mínimo 01 (uma) porta ou 01 (uma) janela abertas.
IX – funcionários e proprietários com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes ou portadores de doença crônica, preferencialmente, não devem trabalhar no local.
X – adoção de medidas especiais e prioritárias, conforme preconiza a legislação atinente à espécie, visando à proteção dos idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas ou imunodeprimidas.

ARTIGO 8º - As regras específicas de funcionamento por atividade autorizada a funcionar na FASE AMARELA constarão do Anexo I que integra este decreto.

ARTIGO 9º - Fica autorizado a realização com restrições, de eventos, convenções e atividades culturais, podendo ocorrer de segunda-feira a sábado, em acordo com o horário regularmente estabelecido no Alvará de Funcionamento, não podendo ultrapassar a 10 (dez) horas diárias e o encerramento da atividade deverá ocorrer no máximo às 21:00 horas, permitida permanência no estabelecimento no máximo até 22:00 horas.

ARTIGO 10 - Fica permitida a realização, com restrições, de feiras da barganha, artesanato e similares, as quais deverão obedecer os requisitos e critérios estabelecidos em lei municipal e aos protocolos constantes do Anexo I.

ARTIGO 11 - Fica mantida a autorização para abertura e funcionamento do horto municipal, com restrições e obrigatoriedade de cumprimento de horário e determinações constantes do anexo I.

ARTIGO 12 - Os clubes instalados no município, incluindo os existentes em condomínios residenciais, deverão seguir no que for aplicável, as instruções referentes ao funcionamento das academias de esportes, e Anexo I do presente decreto.
PARÁGRAFO ÚNICO – Recomenda-se aprovação do síndico, para abertura das áreas de lazer dos clubes instalados nos condomínios residenciais, obedecidas as restrições vigentes e os protocolos sanitários.

ARTIGO 13 – Mantém-se autorizado o funcionamento de escolas da rede privada e da rede estadual de ensino, as quais deverão adotar os protocolos padrões constantes deste decreto e orientações da Secretaria Municipal e Estadual de Educação, no que for cabível.
PARÁGRAFO ÚNICO – As escolas particulares (Inglês, Dança, Música e etc), poderão funcionar em acordo com o estabelecido nos artigos 6º e 7º e item II do Anexo I, no que for cabível.

ARTIGO 14 - Permanece suspenso, por prazo indeterminado a realização de eventos esportivos, e em eventual excepcionalidade somente poderão ocorrer com os portões fechados ao público, e mediante prévia autorização da Vigilância Sanitária do município e termo de compromisso assinado pelos organizadores.
PARÁGRAFO ÚNICO - Permanece suspenso o funcionamento do Centro de Lazer do Trabalhador.

ARTIGO 15 - Permanecem vigentes, sem qualquer alteração os Decretos Municipais nº 5.801/2020, que declarou estado de calamidade pública e nº 5.828/2020, que determinou a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial na circunscrição do município de Tremembé.

ARTIGO 16 - O descumprimento das regras gerais e/ou específicas determinadas neste Decreto ou em Portarias a serem expedidas pelo Poder Público, ensejará a aplicação de penalidade de multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), além

das medidas e sanções cabíveis, de natureza civil, administrativa e penal, em especial dos crimes dispostos nos artigos 267 e 268 do Código Penal.
PARÁGRAFO ÚNICO – A reincidência será punida com aplicação de multa em dobro em caso de descumprimento.

ARTIGO 17 – Ficam suspensas as determinações e disposições constantes do Decreto nº 5.954 de 14 de outubro de 2020, até ulterior deliberação pelo Chefe do Poder Executivo

ARTIGO 18 - Revogam-se as disposições em contrário, sem exceção.

ARTIGO 18 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 03 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 03 de dezembro de 2020

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe de Gabinete do Prefeito.

ANEXO I

(a que se refere o artigo 8º do Decreto nº 5.997, de 03 de dezembro de 2020)

I – IMOBILIÁRIAS E ESCRITÓRIOS EM GERAL.

- Capacidade limitada a 40% (quarenta por cento).
- Horário: em acordo com Alvará de funcionamento, não podendo ultrapassar 10 (dez) horas diárias.
- Assegurar distancia mínima de 1.5m (um metro e meio) entre os funcionários e clientes.
- Disponibilizar álcool em gel 70% ao lado dos computadores e mesas de trabalho.
- Preferencialmente adotar sistema de trabalho remoto (home Office).
- Manter atendimento individual com agendamento prévio, vedada a espera de clientes no interior do estabelecimento.

II – COMÉRCIO EM GERAL/ PRESTADORES DE SERVIÇOS/ GALERIA.

- Capacidade limitada a 40% (quarenta por cento)
- Horário: em acordo com Alvará de funcionamento, não podendo ultrapassar 10 horas diárias.
- Controlar o acesso garantindo a lotação máxima de 01 (um) cliente a cada 15 m² (quinze metros quadrados) de área de vendas ou serviços;
- Fixar no local placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima.
- Controlar para que não ocorram filas internas e externas garantindo o distanciamento mínimo de 1.5 m (um metro e meio) entre os clientes.

III – SALÕES DE BELEZA E BARBEARIAS:

- Capacidade limitada a 40% (quarenta por cento).
- Horário: em acordo com Alvará de funcionamento, não podendo ultrapassar 10 (dez) horas diárias.
- Fixar no local placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima.

- Atendimento individual com agendamento prévio e hora marcada, vedada a espera de clientes no interior do estabelecimento ou fila na área externa.
- Cadeiras e demais equipamentos deverão ser higienizados após cada atendimento.
- Os profissionais deverão usar luvas e máscaras durante todo o atendimento.
- Preferencialmente os cabelos devem ser lavados antes dos cortes e penteados.

IV – ACADEMIAS DE ESPORTE DE TODAS AS MODALIDADES.

- Capacidade limitada a 40% (quarenta por cento).
- Fixar no local placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima.
- Horário: em acordo com Alvará de Funcionamento, não podendo ultrapassar 10 (dez) horas diárias.
- Os atletas e usuários do estabelecimento desportivo somente poderão freqüentá-lo mediante agendamento prévio, restando vedada sua entrada no estabelecimento fora da escala de horário.
- Os acessos deverão ter controle de identificação dos usuários pelo estabelecimento.
- Deverão ser utilizados equipamentos de proteção individual (máscaras, luvas e similares) por todos os proprietários, funcionários e usuários.
- Antes de entrar nas dependências do estabelecimento, todos deverão sujeitar-se a medição de temperatura, sendo considerados suspeitos de portarem Covid-19 aqueles que apresentarem febre, ainda que leve, não podendo permanecer no local.
- Deverá ser disponibilizado, frasco com álcool em gel 70% (dispenser) em todas as áreas do estabelecimento, sendo que nas áreas de musculação, deverá ser disponibilizado um frasco por aparelho.
- Fica permitido o acesso, circulação e permanência de no máximo uma pessoa para cada 2 (dois) metros quadrados de área total interna.
- Deverá ser mantido o distanciamento mínimo de 2 (dois) metros entre cada equipamento.
- Não será permitido acompanhantes no local e usuários fora do horário agendado.

- Vestiários e saunas devem permanecer fechados, sendo autorizado exclusivamente o uso de banheiros.
- É proibido o uso dos vestiários para banhos e trocas de vestimentas no local, exceto no caso de aulas em piscina, exclusivamente para troca de roupa molhada por roupa seca, respeitando-se as orientações sobre o isolamento entre as pessoas.
- Deverão ser disponibilizados bebedouros somente para o abastecimento dos recipientes individuais.
- Eventuais áreas destinadas à alimentação (café, lanchonete e similares) deverão permanecer fechadas.
- Os equipamentos deverão ser higienizados após cada utilização.
- São permitidas apenas aulas práticas e individuais, mantendo-se aulas e práticas em grupo suspensas.
- As piscinas deverão ser divididas em salas de aula com separação por raias, recomendando-se a redução da duração das aulas, consequentemente reduzindo o número de alunos na piscina.
- Deverá ser disponibilizado, na área da piscina, suporte para que cada cliente possa pendurar sua toalha de forma individual.

V – BARES, RESTAURANTES E SIMILARES.

- Capacidade limitada a 40% (quarenta por cento) da capacidade máxima do local.
- Horário: Em acordo com o Alvará de funcionamento, não podendo ultrapassar a 10 (dez) horas diárias.
- O consumo local deve encerrar no máximo às 21:00 horas e a permanência no estabelecimento no máximo até 22:00 horas.
- Fixar no local placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima.
- Manter 1.5m (um metro e meio) de distância entre as mesas.
- Mesas com no máximo 06 (seis) lugares.
- Fica mantida a autorização para funcionamento do sistema "drive-thru" e delivery", se houver;
- Permitida utilização de área externa ou ao ar livre, aos estabelecimentos que já possuam essa autorização, desde que mantida a distância mínima de 1.5 (um metro e meio) para o trânsito livre e seguro dos pedestres.

VI - EVENTOS, CONVENÇÕES E ATIVIDADES CULTURAIS.

- Capacidade limitada a 40% (quarenta por cento) da capacidade máxima do local, sendo autorizada a presença de até 150 (cento e cinquenta) pessoas no local, conforme Termo de Compromisso a ser assinado pelo interessado.
- Horário: em acordo com Alvará de funcionamento, não podendo ultrapassar 10 horas diárias.
- Fixar, de forma visível, placa ou aviso no local, contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima
- Manutenção de distanciamento mínimo de 1.5m (um metro e meio) de distância em todos os ambientes, internos e externos e especialmente entre as mesas.
- Mesas deverão ter no máximo 06 (seis) lugares.
- Permitida utilização de área externa ou ao ar livre, aos estabelecimentos que já possuam essa autorização, desde que mantida a distância mínima de 1.5 (um metro e meio) para trânsito livre e seguro dos pedestres.
- **Não será permitida a presença de pessoas em pé no local, devendo todos permanecerem sentados.**
- **Não será permitida consumo de alimentos e bebidas de pessoas em pé, ou em balcões.**
- O acesso aos estabelecimentos deverá ser feito, preferencialmente por uma única entrada e uma única saída para o controle efetivo do número de pessoas dentro do local, de forma a respeitar a capacidade total.
- Os pisos deverão ser demarcados de modo a garantir distanciamento mínimo de 1.5m (um metro e meio) entre convidados em operações que possam gerar filas, como acesso ao estabelecimento, aos alimentos, aos sanitários, entre outros.
- Implementar controle de acesso aos sanitários, de modo a evitar aglomerações em seu interior.
- Não permitir pista de dança e baile, evitando aglomeração de pessoas.
- Recomenda-se preferencialmente som mecânico, DJS, transmissão on-line e/ou vídeos como alternativa de atração musical.
- Em caso de música ao vivo, somente está autorizada modalidade voz e violão, seguidas as seguintes recomendações:

- O palco deverá estar distante, no mínimo 2 (dois) metros dos alimentos expostos e dos convidados (mesas).
- Os músicos deverão estar distantes entre si em 1.5m (um metro e meio).
- O músico deverá utilizar máscara de proteção facial, exceto o cantor.

VII - FEIRAS DA BARGANHA / ARTESANATO E SIMILARES.

- Horário: até 8 horas consecutivas, cuja data e horário de funcionamento deverá constar de termo de compromisso a ser assinado pelo interessado, no setor de fiscalização – COVID 19.
- As barracas deverão manter distanciamento mínimo de 1.5m (um metro e meio) umas das outras.
- Somente será permitida a presença de um proprietário/funcionário no interior da barraca, para prestar atendimento.
- Não serão permitidas aglomerações de clientes nas barracas, sendo obrigatório atendimento individual.
- Controlar para que não ocorram filas, garantindo o distanciamento mínimo de 1.5m (um metro e meio) entre os clientes.
- Os proprietários e clientes deverão usar máscara de proteção facial.
- Deverá ser disponibilizado álcool gel 70% (dispenser) em todas as barracas em funcionamento.
- Não será permitida aglomeração de pessoas nos locais de realização das feiras e adjacências.

VIII - HORTO MUNICIPAL

- Capacidade limitada a 40% (quarenta por cento) da capacidade máxima do local, sendo autorizada a permanência de até 100 (cem) pessoas no local.
- Horário: 08 horas diárias, de segunda a sábado em 02 turnos, ou seja, das 6:00 às 10:00 horas e das 18:00 as 22:00 horas.
- Não serão permitidas atividades em grupo.
- Não será permitida o uso de academia e dos quiosques existentes no local.
- Deverá ser disponibilizado álcool em gel 70% (dispenser).
- Fixar no local placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima.
- Os funcionários e usuários deverão usar máscaras de proteção.

- Vestiários devem ser mantidos fechados, sendo autorizado exclusivamente o uso de banheiros.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente instrumento a empresa ....., portador do CPF/CNPJ nº ..... com endereço à Rua ..... sendo seu responsável legal o(a) sr.(a),....., portador da CI/RG..... e CPF/MF .....residente e domiciliado nesta cidade, celebra o presente Termo de Compromisso, para realização de ....., na(s) data(s) abaixo discriminada(as):

Data:.....
Local.....
Evento/atividade.....
Horário de funcionamento:.....
Capacidade máxima de pessoas no local:.....
Capacidade máxima permitida .....

Declara estar ciente de todas as regulamentações e protocolos sanitários inseridos e exigíveis nos decretos municipais vigentes, responsabilizando-se pelo seu integral cumprimento, sob pena da multa e da aplicação das medidas e sanções cabíveis, de natureza civil, administrativa e penal,constantes do artigo 16 e parágrafo único do decreto municipal .....de... de outubro 2020.

Tremembé, ...de..... de 2020.

Assinatura do responsável legal pela empresa.
Carimbo do CPF/ CNPJ

DECRETO Nº 5.996, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre nova redação a dispositivos da Lei Municipal nº 4.963, de 09 de novembro de 2020."

MARCELO VAQUELI, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.970/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - O Artigo 1º da Lei Municipal nº 4.963, de 09 de novembro de 2020, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, por força da Lei Federal nº 14.017/2020, a qual versa sobre Ações Emergenciais destinadas ao Setor Cultural (COVID-19), autorizado a abrir, no Orçamento Fiscal do Município, uma Crédito Adicional Especial da ordem de **R$ 350.927,76** (Trezentos e cinquenta mil, novecentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos), para atendimento a Secretaria de Turismo e Cultura - Setor de Cultura, com a seguinte programação orçamentária: **"**

01 - EXECUTIVO
12 - ÓRGÃO - Secretaria de Turismo e Cultura
006 - Setor de Cultura
13.392.077.2073 - Manutenção das Atividades da Chefia do Setor de Cultura
Modalidade de Aplicação: 110.000
Fonte: 05
(Ações Emergenciais destinadas ao Setor Cultural – Lei Federal nº 14.017/2020 – (COVID-19)
3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.....R$ 190.927,76
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.....R$ 160.000,00

Total.....R$ 350.927,76

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de novembro de 2020, permanecendo em vigor as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 02 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 02 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.995, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotação orçamentária".

MARCELO VAQUELI, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.971/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 12.434,07 (Doze mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e sete centavos), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**	
11	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
010	Setor Administrativo da Saúde	
10.301.0073.2249	Manutenção do Setor Administrativo da Saúde.	
958-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(+)R$ 12.434,07

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**	
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
024	Setor de Assistência Ambulatorial e Hospitalar	
10.302.0112.2259	Assistência Hospitalar em Atenção Básica.	
800-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$ 12.434,07

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 02 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 02 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 – Tremembé-SP. - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br - CNPJ Nº 46.638.714/0001-20

DECRETO Nº 5.994, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Atualiza monetariamente os valores constantes dos artigos 11, item I e artigo 12, da Lei 1.866, de 18 de maio 1990, alterada pela Lei 3.056, de 30 de março de 2005 e pela Lei 3.555, de 27 de setembro de 2010".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais,

DECRETA: –

ARTIGO 1º – Os valores constantes dos artigos 11, item I e 12, da Lei 1.866, de 18 de maio 1990, alterada pela Lei nº 3.056, de 30 de março de 2005 e pela Lei 3.555, de 27 de setembro de 2010, ficam atualizados monetariamente pelo índice de 1,0392, ficando os valores relativamente à multa decorrente do Poder de Polícia, para aplicabilidade no exercício de 2021, com os seguintes valores:

"ARTIGO 11 – .....

I. – multa no valor de **R$ 341,35** (Trezentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos), à época da infração, por espécie arbóreo suprimido, dobradas sucessivamente a cada reincidência."

"ARTIGO 12 – Ao infrator das disposições desta lei e seu regulamento, quer pessoa física ou jurídica, no tocante à poda de vegetação arbórea em área de domínio público urbano, será aplicada multa de **R$ 114,21** (cento e quatorze reais e vinte e um centavos), à época da infração e dobrada sucessivamente a cada reincidência."

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2021.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 02 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 02 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 – Tremembé-SP. - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br - CNPJ Nº 46.638.714/0001-20

DECRETO Nº 5.993, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Atualiza monetariamente o valor constante no artigo 34, da Lei Municipal nº 3.327, de 28 de março de 2008."

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais,

DECRETA :

ARTIGO 1º - O valor constante no artigo 34, da Lei Municipal nº 3.327, de 28 de março de 2008, fica atualizado monetariamente pelo índice de 1,0392 para o exercício de 2021, com o seguinte valor:

"ARTIGO 34 – As multas previstas nesta lei serão aplicadas em moeda corrente, até o valor máximo de R$ 3.706,41 (três mil, setecentos e seis reais e quarenta e um centavos), de conformidade com a tabela anexa, que passa a fazer parte integrante da presente Lei."

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2021.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 02 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 02 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário-Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 5.992, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Atualiza monetariamente os valores constantes dos artigos 13, item II e 14, itens I e II da Lei Complementar nº 044, de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Lei Complementar nº 103, de 18 de fevereiro de 2004".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais,

D E C R E T A: –

ARTIGO 1º – Os valores constantes dos artigos 13, item II e 14, itens I e II da Lei Complementar nº 044, de 30 de dezembro de 1997, alterada pela Lei Complementar 103, de 18 de fevereiro de 2004, ficam atualizados monetariamente através do Decreto nº 5.988, de 30 de novembro de 2020, pelo índice de 1,0392 (um virgula zero trezentos e noventa e dois), ficando as Taxas decorrentes do Poder de Polícia, relativamente à Fixação de Diretrizes e Alvará de Instalação e a Multa decorrente do Poder de Polícia, para o exercício de 2021, com os seguintes valores:

"ARTIGO 13 – .....:

I. - .....

II. Suspensão das atividades até que seja sanada a irregularidade verificada com aplicação de multa de **R$ 2.847,40 (Dois mil, oitocentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos).**"

"ARTIGO 14 – As taxas em decorrência do poder de polícia administrativa são fixadas":

I. Em **R$ 702,49 (Setecentos e dois reais e quarenta e nove centavos)**, para a fixação de diretrizes previstas no artigo 3º;

II. Em **R$ 702,49 (Setecentos e dois reais e quarenta e nove centavos)**, para a expedição do Alvará de instalação previsto no artigo 4º."

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2021.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 02 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 02 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.991, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dá nova redação ao § 1º do Artigo 1º do Decreto Municipal nº 2.756, de agosto de 2002".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais,

D E C R E T A: -

ARTIGO 1º - O § 1º do Artigo 1º do Decreto Municipal nº 2.756, de 15 de agosto de 2002, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 1º - . . .

§ 1º - Fica estabelecida Tabela de Valores referente à prestação de serviços de trator-roçadeira, caminhão basculante, retroescavadeira e pá-carregadeira a serem realizados direta ou indiretamente, por esta Prefeitura, na limpeza de terrenos.

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com retroatividade de sua aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2021.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 02 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 02 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

TABELA PARA COBRANÇA

Hora/Utilizada trator-roçadeira, caminhão basculante, retroescavadeira e pá-carregadeira	Valores em reais correspondentes para cobrança
Até 01 hora	R$ 245,66
01 hora e 30 minutos	R$ 368,50
02 horas	R$ 491,95
02 horas e 30 minutos	R$ 614,16
Acima de 02 horas e 30 minutos	R$ 122,52 a cada hora a mais excedida para realização do serviço.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 – Tremembé-SP. - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br - CNPJ Nº 46.638.714/0001-20

DECRETO Nº 5.990 , DE 02 DE DEZEMBRO DE 2020.

"Atualiza monetariamente os valores constantes dos inciso I; II e III, do artigo 9º, da Lei Municipal nº 2.694, de 18/10/2001, alterada pela Lei Municipal nº 3.073, de 04/07/2005, e alterações posteriores."

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A :

ARTIGO 1º - Os valores constantes dos Incisos I, II e III, do artigo 9º, da Lei Municipal nº 2.694, de 18 de outubro de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 3.073, de 04 de julho de 2005, e alterações posteriores, ficam atualizados monetariamente, para o exercício de 2021, com os seguintes valores:

"ARTIGO 9º - Omissis

I - INFRAÇÕES LEVES – São aquelas cujos danos decorrentes forem de pequeno significado para a limpeza pública, para o meio ambiente e para o patrimônio público, previstas no inciso III do artigo 1º desta lei, às quais serão aplicadas multas correspondentes ao valor de **R$ 392,09** (Trezentos e noventa e dois mil e nove centavos).

II - INFRAÇÕES GRAVES – São aquelas cujos danos decorrentes forem de grande significado para a limpeza pública, para o meio ambiente e para o patrimônio público, previstas no inciso I do artigo 1º desta lei, às quais serão aplicadas multas correspondentes ao valor de **R$ 784,19** (Setecentos e oitenta e quatro mil e dezenove centavos).

III - INFRAÇÕES GRAVÍSSIMAS – São aquelas cujos danos decorrentes coloquem em risco a vida e o meio ambiente, especialmente as previstas nos incisos II e IV do artigo 1º e no artigo 6º desta lei, às quais serão aplicadas multas correspondentes ao valor de **R$ 1.568,36** (Hum mil, quinhentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos).

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2021.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 02 de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 02 de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.989, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com base no que dispõe o artigo 6º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Suplementar da ordem de R$ 9.450,00 (Nove mil, quatrocentos e cinqüenta reais), assim classificado:

01	**EXECUTIVO**
11	**SECRETARIA DE SAÚDE**
017	**Seção do Centro de Saúde para Consulta**
10.302.0074.2255	Ampliação e Melhoria da Oferta de Consultas do Centro de Saúde de Especialidades.
988-3.3.9030	Material de Consumo..... (+)R$9.450,00
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.0036

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior fica reduzida parcialmente e/ou totalmente a seguinte dotação orçamentárias, conforme prevê o § 1º, item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

01	**EXECUTIVO**
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**
017	**Seção do Centro de Saúde para Consulta**
10.302.0074.2255	Ampliação e Melhoria da Oferta de Consultas do Centro de Saúde de Especialidades.
987-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... (-)R$9.450,00
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.0036

ARTIGO 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 1º de dezembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 1º de dezembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.988, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre atualização monetária de tributos."

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Os valores constantes do inciso I, do artigo 14, da Lei Complementar nº 044, de 30 de dezembro de 1997, alterado pela Lei Complementar nº 057, de 02 de março de 2001, bem como os valores mencionados no artigo 82, § 2º, § 3º alínea "a" e § 4º; artigo 147, § 7º, § 9º e § 10, tabela II e Anexo I; artigo 159, tabelas II e IV; artigo 162, tabela V; artigo 168, tabela VI; artigo 175, tabela VII; artigo 178; artigo 191; artigo 194, tabela VIII; artigo 300, inciso IV, alínea "b" e artigo 358 da Lei Complementar 161, de 14 de dezembro de 2007, com base no artigo 373 da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal), alterada pela Lei Complementar nº 185, de 16 de dezembro de 2008, com suas conseqüentes alterações, ficam atualizados pelo índice de **1,0392 (um vírgula zero trezentos e noventa e dois)**, a partir de 1º de janeiro de 2021, conforme dispõe o artigo 16 da Lei Complementar 161, de 14 de dezembro de 2007.

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2021.

ARTIGO 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 30 de novembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 5.979, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Promove alteração nos artigos 1º e 2º, do Decreto Municipal nº 5.964, de 26 de outubro de 2020, com o objetivo de reforçar medidas de enfrentamento a COVID-19, evitar aglomerações e manter o distanciamento social".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Portaria Ministerial nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus;

CONSIDERANDO os Decretos Municipais nºs 5.793, de 17 de março de 2020 e 5.801 de 02 de abril de 2020 que declararam Estado de Emergência e Calamidade Pública no Município da Estância Turística de Tremembé;

CONSIDERANDO a vigência do estado de quarentena, adotado pelo Decreto Estadual nº 64.881 de 22 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal 5.828 de 07 de maio de 2020, que determinou a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção facial na circunscrição do Município da Estância Turística de Tremembé;

CONSIDERANDO que compete aos municípios definir e disciplinar as regras sanitárias de prevenção e enfrentamento a COVID-19;

CONSIDERANDO as recomendações da Justiça Eleitoral, em especial o pronunciamento do presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que elencou como cuidados sanitários mais importantes na campanha eleitoral deste ano, evitar aglomerações, manter distanciamento social e sempre utilizar máscaras de proteção facial.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Os artigos 1º e 2º do Decreto Municipal nº 5.964, de 26 de outubro de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

"**ARTIGO 1º** - Fica proibida a realização de comícios e carreatas, no âmbito do Município da Estância Turística de Tremembé, até o término do período de campanha eleitoral, uma vez que são atividades que, por sua própria natureza, promovem significativa aglomeração de pessoas."

"**ARTIGO 2º** - Poderão ser realizadas apenas caminhadas, nos horários e períodos definidos pela legislação eleitoral, desde que respeitados os protocolos sanitários, em especial a utilização de máscara de proteção facial, por todos os participantes, sem exceção, além de manutenção de distanciamento social mínimo de 1m entre as pessoas."

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 12 de novembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 12 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 5.978, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Estabelece normas relativas ao encerramento da Execução Orçamentária e Financeira para o levantamento do Balanço Geral do Município de Tremembé, referente ao exercício de 2020, face às recomendações contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00), em especial o Artigo 42 e Parágrafo Único, e nas Instruções AUDESP".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o encerramento do exercício financeiro e o conseqüente levantamento do Balanço Geral constituem providências que devem ser prévia e adequadamente ordenadas, sendo que os procedimentos a elas pertinentes devem ser cumpridos de maneira uniforme e rigorosamente de acordo com os prazos fixados,

D E C R E T A:

ARTIGO 1° - A execução orçamentária do Município de Tremembé se encerra, impreterivelmente, dentro do seguinte cronograma:

I - as requisições de compra de bens e serviços somente poderão ser efetuadas até o dia 20 de dezembro de 2020 e empenhadas até o dia 26 de dezembro de 2020, respectivamente;

II - o lançamento de liquidação do empenho deverá ser até o dia 26 de dezembro de 2020;

III- a devolução dos saldos dos adiantamentos concedidos e não utilizados deverão ser recolhidos ao Setor de Tesouraria e/ou Agência Bancária, até o dia 26 de dezembro de 2020;

IV - os empenhos de adiantamentos não poderão ser inscritos em Restos a Pagar, devendo ser anulados até o dia 28 de dezembro de 2020.

ARTIGO 2° - A partir das datas estabelecidas no artigo 1°, retro, não deverão mais ser processados empenhos e liquidações, salvo em casos especiais, autorizados pelo Prefeito Municipal.

§ 1° - Serão considerados casos especiais as situações que impliquem em grave comprometimento do serviço prestado à população ou que acarretem prejuízo ao Município.

§ 2° - A justificativa deverá comprovar a natureza emergencial e inadiável da solicitação, esclarecendo o motivo pelo qual não foi providenciada em tempo hábil.

ARTIGO 3° - As licitações à conta de recursos do orçamento vigente fixarão prazos de entrega do material ou da prestação de serviços, limitados a 20 de dezembro de 2020, aplicando-se também aos casos de dispensa e inexigibilidade de licitações.

Parágrafo Único – Os Serviços de Material e Patrimônio (Setor de Compras), vinculado a Secretaria de Administração, em cumprimento aos prazos fixados neste Decreto, receberá requisições de despesas para abertura de licitações e requisições de despesas com dispensa ou inexigibilidade de licitação somente até o dia 26 de dezembro de 2020.

ARTIGO 4° - A Secretaria de Assuntos Fazendários, por sua Unidade competente, procederá ao cancelamento dos saldos da conta de Restos a Pagar Não Processados – R.P.N.P, dos valores não liquidados, até dia 28 de dezembro de 2020.

ARTIGO 5° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 09 de novembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 09 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.977, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre atualização monetária de Tributos."

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A: -

ARTIGO 1º - Os valores constantes dos anexos I e VI, da Lei Complementar nº 161, de 14 de dezembro de 2007, com suas consequentes alterações e vigentes em 1º de janeiro de 2020, que dispõe sobre os valores do metro quadrado de terrenos com e/ou sem edificações e os valores do metro quadrado dos tipos e padrões de construções, que servem para apuração dos valores venais e consequentes lançamentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e o valor da Taxa de Remoção de Lixo Domiciliar, a serem lançados no exercício de 2021, de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 97 do Código Tributário Nacional – CTN, combinado com os artigos 16, 53 e 373, do Código Tributário Municipal – CTM, ficam atualizados monetariamente pelo índice de 1,0392 (um vírgula zero trezentos e noventa e dois).

ARTIGO 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2021.

ARTIGO 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 09 de novembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 09 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 - CEP 12120-000 – Tremembé-SP. - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.976, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.963/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Fiscal do Município, um Crédito Adicional Especial, da ordem de R$ 350.927,76 (Trezentos e cinquenta mil, novecentos e vinte e sete reais e setenta e seis centavos), para atendimento a Secretaria de Turismo e Cultura, com a seguinte programação orçamentária:

01	EXECUTIVO	
12	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	
006	Setor de Cultura	
13.392.0077.2073	Manutenção das Atividades da Chefia do Setor de Cultura.	
3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	R$ 190.927,76
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 110.000	
3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	R$ 160.000,00
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 110.000	

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será com recursos financeiros conforme dispõe o item II, do § 1º, artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6°, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7°, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 09 de novembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 09 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.975, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.962/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 660.000,00 (Seiscentos e sessenta mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**		
07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**		
009	**SETOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL**		
12.361.0131.2228	Manutenção das Atividades do Setor Administrativo da Educação.		
431-3.3.9030	Material de Consumo.....	(+)R$	600.000,00
011	**SEÇÃO DE PRÉ ESCOLA**		
12.365.0133.2230	Manutenção das Atividades da Educação Infantil – Recursos Próprios		
453-3.3.9030	Material de Consumo.....	(+)R$	60.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**		
07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**		
007	**SETOR DE MERENDA ESCOLAR**		
12.306.0129.2237	Manutenção das Atividades do Setor de Merenda Escolar.		
401-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	100.000,00
402-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(-)R$	500.000,00
015	**SETOR DE EDUCAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**		
04.364.0101.2293	Manutenção das Atividades para atender Cursos a Distância EAD.		
488-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	(-)R$	60.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 09 de novembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 09 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.974, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

01	EXECUTIVO
02	SECRETARIA DA CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO
001	Administração da Chefia de Gabinete
04.122.0002.2002	Manutenção das Atividades da Chefia do Gabinete do Prefeito.
26-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física..... (+)R$ 50.000,00
09	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
017	Setor de Serviços Urbanos
04.122.0120.2271	Manutenção dos Serviços Urbanos.
637-3.3.9030	Material de Consumo..... (+)R$ 10.000,00

REDUZ:

01	EXECUTIVO
03	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
008	Fundo Municipal de Assistência Social
08.233.0014.2014	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.
96-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica..... (-)R$ 60.000,00

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 03 de novembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 03 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.973, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.960/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Suplementar da ordem de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) para atender a Secretaria de Saúde, assim classificado:

01	**EXECUTIVO**
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**
013	**SEÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DO CENTRO DE SAÚDE**
10.301.0074.2251	Manutenção das Atividades da Seção da Unidade Básica do Centro de Saúde.
1016-3.3.9030	Material de Consumo..... (+)R$ 80.000,00
Fonte: 02	Modalidade de Aplicação: 312.0312

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior fica reduzida parcialmente e/ou totalmente a seguinte dotação orçamentárias, conforme prevê o § 1º, item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

01	**EXECUTIVO**
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**
013	**SEÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DO CENTRO DE SAÚDE**
10.301.0074.2251	Manutenção das Atividades da Seção da Unidade Básica do Centro de Saúde.
1015-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... (-)R$ 80.000,00
Fonte: 02	Modalidade de Aplicação: 312.0312

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6°, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 03 de novembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 03 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.972, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.959/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Suplementar da ordem de R$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais) para atender a Secretaria de Saúde, assim classificado:

01	**EXECUTIVO**
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**
024	**SETOR DE ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR**
10.302.0112.2259	Assistência Hospitalar em Atenção Básica.
943-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente..... (+)R$55.000,00
Fonte: 02	Modalidade de Aplicação: 312.0312

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior fica reduzida parcialmente e/ou totalmente a seguinte dotação orçamentárias, conforme prevê o § 1º, item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

01	**EXECUTIVO**
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**
024	**SETOR DE ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR**
10.302.0112.2259	Assistência Hospitalar em Atenção Básica.
944-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... (-)R$ 55.000,00
Fonte: 02	Modalidade de Aplicação: 312.0312

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6°, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 03 de novembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 03 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.971, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.958/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Especial da ordem de R$ 8.000,00 (Oito mil reais) para atender a Secretaria de Saúde, assim classificado:

01	**EXECUTIVO**
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**
024	**SETOR DE ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR**
10.302.0112.2259	Assistência Hospitalar em Atenção Básica.
4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente..... R$ 8.000,00
Fonte: 02	Modalidade de Aplicação: 312.0312

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior fica reduzida parcialmente e/ou totalmente a seguinte dotação orçamentárias, conforme prevê o § 1º, item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

01	**EXECUTIVO**
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**
024	**SETOR DE ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR**
10.302.0112.2259	Assistência Hospitalar em Atenção Básica.
944-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... (-)R$ 8.000,00
Fonte: 02	Modalidade de Aplicação: 312.0312

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6°, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 03 de novembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 03 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.970, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotação orçamentária".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.957/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 17.000,00 (Dezessete mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**		
11	**SECRETARIA DE SAÚDE**		
009	**DEPARTAMENTO DE SAUDE**		
10.122.0071.2067	Manutenção das Atividades do Departamento de Saúde.		
702-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	1.000,00
011	**SETOR DE ATENDIMENTO DA SAÚDE**		
10.122.0074.2070	Manutenção das Atividades do Setor de Atendimento da Saúde.		
720-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	5.000,00
021	**SETOR DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA**		
10.305.0070.2247	Vigilância Epidemiológica.		
778-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	10.000,00
779-3.3.9014	Diárias-Civil.....	(+)R$	1.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**		
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**		
001	Administração		
10.122.0069.2065	Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde.		
687-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	17.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 03 de novembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 03 de novembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.969, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020.

"Torna público o Anexo 6 – Consolidado por Programa de Trabalho para o exercício de 2021".

MARCELO VAQUELI, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Conforme disposto no Artigo 36 da Lei Municipal nº 4.905, de 17 de junho de 2020, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, torna público o Anexo 6 – Consolidado por Programa de Trabalho, constante da Lei Municipal nº 4.947, de 07 de outubro de 2020, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município da Estância Turística de Tremembé-SP., para o exercício de 2021.

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com aplicabilidade a partir de 1º de janeiro de 2021.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 27 de outubro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 27 de outubro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

Anexo 6 — **Consolidado por Programa de Trabalho**

Exercício de 2021

Fun	Su Fun	Pro	Ação	Especificação	Projetos	Atividades	Operações	TOTAL
01				**LEGISLATIVA**	**0,00**	**5.556.600,00**	**0,00**	**5.556.600,00**
01	31			AÇÃO LEGISLATIVA	0,00	2.157.618,62	0,00	2.157.618,62
01	31	86		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PRESIDENTE	0,00	1.215.803,12	0,00	1.215.803,12
01	31	86	2083	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AO GABINETE DO PRESIDENTE	0,00	1.215.803,12	0,00	1.215.803,12
01	31	88		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROCURADORIA JURÍDICA	0,00	941.815,50	0,00	941.815,50
01	31	88	2085	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROCURADORIA JURÍDICA	0,00	941.815,50	0,00	941.815,50
01	122			ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	3.398.981,38	0,00	3.398.981,38
01	122	87		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DIRETORIA GERAL	0,00	3.398.981,38	0,00	3.398.981,38
01	122	87	2084	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA GERAL	0,00	3.398.981,38	0,00	3.398.981,38
04				**ADMINISTRAÇÃO**	**120.000,00**	**40.673.253,33**	**0,00**	**40.793.253,33**
04	121			PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0,00	563.000,00	0,00	563.000,00
04	121	1		SUPORTE ADMINISTRATIVO	0,00	563.000,00	0,00	563.000,00
04	121	1	2001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	0,00	563.000,00	0,00	563.000,00
04	122			ADMINISTRAÇÃO GERAL	120.000,00	23.397.713,37	0,00	23.517.713,37
04	122	2		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DA CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO	0,00	1.063.000,00	0,00	1.063.000,00
04	122	2	2002	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO	0,00	921.500,00	0,00	921.500,00
04	122	2	2103	JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	0,00	141.500,00	0,00	141.500,00
04	122	3		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA COORDENADORIA DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA	0,00	340.500,00	0,00	340.500,00
04	122	3	2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA	0,00	340.500,00	0,00	340.500,00
04	122	4		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA COORDENADORIA ADJUNTA DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA	0,00	15.500,00	0,00	15.500,00
04	122	4	2004	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA ADJUNTA DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA	0,00	15.500,00	0,00	15.500,00
04	122	11		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	0,00	95.000,00	0,00	95.000,00
04	122	11	2011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	0,00	95.000,00	0,00	95.000,00
04	122	18		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	214.500,00	0,00	214.500,00
04	122	18	2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	214.500,00	0,00	214.500,00
04	122	19		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	0,00	276.500,00	0,00	276.500,00

Anexo 6 — **Consolidado por Programa de Trabalho**

Exercício de 2021

Fun	Su Fun	Pro	Ação	Especificação	Projetos	Atividades	Operações	TOTAL
04	122	19	2019	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEÇÃO ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	0,00	276.500,00	0,00	276.500,00
04	122	20		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANOS	0,00	91.000,00	0,00	91.000,00
04	122	20	2020	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	91.000,00	0,00	91.000,00
04	122	21		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS PATRIMONAIS	0,00	61.500,00	0,00	61.500,00
04	122	21	2021	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS PATRIMONIAIS	0,00	61.500,00	0,00	61.500,00
04	122	22		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE BENEFÍCIOS	0,00	87.500,00	0,00	87.500,00
04	122	22	2082	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CHEFIA DO SETOR DE BENEFÍCIOS	0,00	87.500,00	0,00	87.500,00
04	122	26		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	127.500,00	0,00	127.500,00
04	122	26	2022	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE FOLHA DE PAGAMENTO	0,00	127.500,00	0,00	127.500,00
04	122	27		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE PESSOAL E RECURSOS HUMANOS	0,00	409.500,00	0,00	409.500,00
04	122	27	2023	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE PESSOAL E RECURSOS HUMANOS	0,00	409.500,00	0,00	409.500,00
04	122	28		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DO CEMITÉRIO E VELÒRIO MUNICIPAL	0,00	436.500,00	0,00	436.500,00
04	122	28	2024	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CEMITÉRIO E VELÓRIO MUNICIPAL	0,00	436.500,00	0,00	436.500,00
04	122	29		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE COMPRAS E ALMOXARIFADO	0,00	1.038.000,00	0,00	1.038.000,00
04	122	29	2025	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE COMPRAS E ALMOXARIFADO	0,00	1.038.000,00	0,00	1.038.000,00
04	122	30		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DOS CADASTRO DE BENS PATRIMONIAIS	0,00	248.500,00	0,00	248.500,00
04	122	30	2026	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CADASTRO DE BENS PATRIMONIAIS	0,00	248.500,00	0,00	248.500,00
04	122	31		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE SERVIÇOS GERAIS	0,00	1.523.750,00	0,00	1.523.750,00
04	122	31	2027	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE SERVIÇOS GERAIS	0,00	830.000,00	0,00	830.000,00
04	122	31	2107	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEÇÃO DE ARQUIVOS	0,00	64.250,00	0,00	64.250,00
04	122	31	2108	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEÇÃO DE PROTOCOLO	0,00	135.500,00	0,00	135.500,00
04	122	31	2297	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEÇÃO DE LIMPEZA PÚBLICA	0,00	198.000,00	0,00	198.000,00
04	122	31	2298	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEÇÃO DE TELEFONIA	0,00	226.000,00	0,00	226.000,00
04	122	31	2299	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEÇÃO DE COPA	0,00	70.000,00	0,00	70.000,00
04	122	32		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	0,00	888.500,00	0,00	888.500,00
04	122	32	2028	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	0,00	888.500,00	0,00	888.500,00
04	122	34		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	163.000,00	0,00	163.000,00

Anexo 6 — **Consolidado por Programa de Trabalho**

Exercício de 2021

Fun	Su Fun	Pro	Ação	Especificação	Projetos	Atividades	Operações	TOTAL
04	122	34	2030	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	163.000,00	0,00	163.000,00
04	122	36		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA CHEFIA DAS ATIVIDADES DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	0,00	137.500,00	0,00	137.500,00
04	122	36	2032	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CHEFIA DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	0,00	137.500,00	0,00	137.500,00
04	122	42		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO CONTROLE FINANCEIRO	0,00	174.500,00	0,00	174.500,00
04	122	42	2038	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTROLE FINANCEIRO	0,00	174.500,00	0,00	174.500,00
04	122	54		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS E SERVIÇOS URBANOS	0,00	191.500,00	0,00	191.500,00
04	122	54	2050	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS	0,00	191.500,00	0,00	191.500,00
04	122	55		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	0,00	101.500,00	0,00	101.500,00
04	122	55	2051	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS	0,00	101.500,00	0,00	101.500,00
04	122	63		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	0,00	176.500,00	0,00	176.500,00
04	122	63	2059	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO	0,00	176.500,00	0,00	176.500,00
04	122	64		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO URBANO	0,00	144.500,00	0,00	144.500,00
04	122	64	2060	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO URBANO	0,00	144.500,00	0,00	144.500,00
04	122	66		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE APROVAÇÃO DE PROJETOS	0,00	177.500,00	0,00	177.500,00
04	122	66	2062	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE APROVAÇÃO DE PROJETOS	0,00	177.500,00	0,00	177.500,00
04	122	67		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURA	0,00	1.260.500,00	0,00	1.260.500,00
04	122	67	2063	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS	0,00	1.260.500,00	0,00	1.260.500,00
04	122	68		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE TRÂNSITO	0,00	448.000,00	0,00	448.000,00
04	122	68	2064	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE TRÂNSITO	0,00	448.000,00	0,00	448.000,00
04	122	78		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA CHEFIA DO SETOR DE TURISMO	120.000,00	721.000,00	0,00	841.000,00
04	122	78	1026	RESTAURAÇÃO DAS BICAS DE ÁGUAS E FONTES NATURAIS	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00
04	122	78	2274	FESTA GASTRONÔMICA	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
04	122	78	2275	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DO SETOR DE TURSIMO	0,00	671.000,00	0,00	671.000,00
04	122	98		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	2.792.713,37	0,00	2.792.713,37
04	122	98	1031	CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL PARA MUNICÍPIOS E ESTADOS - PASEP	0,00	0,00	0,00	0,00

Anexo 6 — **Consolidado por Programa de Trabalho**

Exercício de 2021

Fun	Su Fun	Pro	Ação	Especificação	Projetos	Atividades	Operações	TOTAL
04	122	98	2214	AUXILIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES MUNICIPAIS	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
04	122	98	2216	SENTENÇAS JUDICIAIS	0,00	2.150.000,00	0,00	2.150.000,00
04	122	98	2217	ENCARGOS/RESTITUIÇÕES E INDENIZAÇÕES DIVERSOS	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
04	122	98	2222	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTA	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00
04	122	98	2223	DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS MÓVEIS E CONTRIBUINTES DO IPTU - TRL	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
04	122	98	2224	PAGAMENTO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	91.713,37	0,00	91.713,37
04	122	102		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	463.500,00	0,00	463.500,00
04	122	102	2294	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0,00	463.500,00	0,00	463.500,00
04	122	103		ASSESSORIAS DA SECRETARIA DA CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO	0,00	117.500,00	0,00	117.500,00
04	122	103	2295	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS DA SECRETARIA DA CHEFIA DE GABINETE DO PREFEITO	0,00	117.500,00	0,00	117.500,00
04	122	104		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	82.500,00	0,00	82.500,00
04	122	104	2296	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	82.500,00	0,00	82.500,00
04	122	106		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AS ASSESSORIAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	110.500,00	0,00	110.500,00
04	122	106	2302	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	110.500,00	0,00	110.500,00
04	122	107		ASSESSORIAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	120.500,00	0,00	120.500,00
04	122	107	2301	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AS ASSESSORIAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	0,00	120.500,00	0,00	120.500,00
04	122	108		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ASSESSORIA DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	0,00	132.500,00	0,00	132.500,00
04	122	108	2304	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ASSESSORIA DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	0,00	132.500,00	0,00	132.500,00
04	122	111		SUPORTE ADMINISTRATIVO DAS ASSESSORIAS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	0,00	108.750,00	0,00	108.750,00
04	122	111	2306	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AS ASSESSORIAS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER.	0,00	108.750,00	0,00	108.750,00
04	122	115		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE PROJETOS E CONVÊNIOS	0,00	540.500,00	0,00	540.500,00
04	122	115	2310	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO SETOR DE PROJETOS E CONVÊNIOS.	0,00	540.500,00	0,00	540.500,00
04	122	116		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RELACIONADOS A FISCALIZAÇÃO DE OBRAS	0,00	353.500,00	0,00	353.500,00
04	122	116	2269	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RELACIONADOS FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS	0,00	353.500,00	0,00	353.500,00

Anexo 6 — **Consolidado por Programa de Trabalho**

Exercício de 2021

Fun	Su Fun	Pro	Ação	Especificação	Projetos	Atividades	Operações	TOTAL
04	122	117		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES.	0,00	229.000,00	0,00	229.000,00
04	122	117	2311	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES.	0,00	229.000,00	0,00	229.000,00
04	122	118		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE MANUTENÇÃO DE OBRAS	0,00	552.500,00	0,00	552.500,00
04	122	118	2312	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO SETOR DE MANUTENÇÃO DE OBRAS	0,00	552.500,00	0,00	552.500,00
04	122	119		SUPORTE ADMINISTRATIVO AO SETOR DE GARAGEM, TRANSPORTE E OFICINA	0,00	913.000,00	0,00	913.000,00
04	122	119	2057	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE OFICINA MECÂNICA	0,00	865.500,00	0,00	865.500,00
04	122	119	2058	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE TRANSPORTES	0,00	47.500,00	0,00	47.500,00
04	122	120		SUPORTE ADMINISTRATIVO AO SETOR DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	4.315.000,00	0,00	4.315.000,00
04	122	120	2271	MANUTENÇÃO DO SERVIÇOS URBANOS	0,00	4.315.000,00	0,00	4.315.000,00
04	122	121		SUPORTE ADMINISTRATIVO DAS ASSESSORIAS DA SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS	0,00	112.500,00	0,00	112.500,00
04	122	121	2313	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AS ASSESSORIAS DA SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URB	0,00	112.500,00	0,00	112.500,00
04	122	130		SUPORTE ADMINISTRATIVO AO SETOR DE BIBLIOTECA	0,00	276.500,00	0,00	276.500,00
04	122	130	2235	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA	0,00	276.500,00	0,00	276.500,00
04	122	137		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS A PROCURADORIA DO MUNICIPIO	0,00	960.000,00	0,00	960.000,00
04	122	137	2322	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA DO MUNICIPIO	0,00	768.000,00	0,00	768.000,00
04	122	137	2323	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE EXECUÇÃO FISCAL	0,00	192.000,00	0,00	192.000,00
04	122	138		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	0,00	185.500,00	0,00	185.500,00
04	122	138	2324	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	0,00	185.500,00	0,00	185.500,00
04	122	139		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CIDADANIA	0,00	368.500,00	0,00	368.500,00
04	122	139	2325	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CIDADANIA	0,00	368.500,00	0,00	368.500,00
04	122	140		SUPORTE ADMINISTRATIVO DAS ASSESSORIAS	0,00	49.500,00	0,00	49.500,00
04	122	140	2326	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS	0,00	49.500,00	0,00	49.500,00
04	123			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0,00	2.361.000,00	0,00	2.361.000,00
04	123	37		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS	0,00	202.500,00	0,00	202.500,00

Anexo 6 — **Consolidado por Programa de Trabalho**

Exercício de 2021

Fun	Su Fun	Pro	Ação	Especificação	Projetos	Atividades	Operações	TOTAL
04	123	37	2033	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS	0,00	202.500,00	0,00	202.500,00
04	123	38		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA COORDENADORIA DO CADASTRO IMOBILIÁRIO	0,00	773.500,00	0,00	773.500,00
04	123	38	2034	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COORDENADORIA DO CADASTRO IMOBILIÁRIO	0,00	773.500,00	0,00	773.500,00
04	123	41		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE CONTABILIDADE	0,00	809.500,00	0,00	809.500,00
04	123	41	2037	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE CONTABILIDADE	0,00	809.500,00	0,00	809.500,00
04	123	43		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO	0,00	155.500,00	0,00	155.500,00
04	123	43	2039	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO	0,00	155.500,00	0,00	155.500,00
04	123	46		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA SEÇÃO EMPENHO	0,00	270.000,00	0,00	270.000,00
04	123	46	2042	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEÇÃO DE EMPENHO	0,00	270.000,00	0,00	270.000,00
04	123	98		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
04	123	98	2218	OBRIGAÇÕES CONTRIBUTIVAS DIVERSAS	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00
04	129			ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	0,00	4.914.500,00	0,00	4.914.500,00
04	129	40		SUPORTE ADMINISTRATIVO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO	0,00	1.519.000,00	0,00	1.519.000,00
04	129	40	2036	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO	0,00	95.500,00	0,00	95.500,00
04	129	40	2104	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE LANÇADORIA I	0,00	543.500,00	0,00	543.500,00
04	129	40	2105	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DO SETOR DE LANÇADORIA II	0,00	554.000,00	0,00	554.000,00
04	129	40	2106	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE DIVERSOS TRIBUTOS	0,00	326.000,00	0,00	326.000,00
04	129	44		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA CHEFIA DO SETOR DE TESOURARIA	0,00	2.071.000,00	0,00	2.071.000,00
04	129	44	2040	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CHEFIA DO SETOR DE TESOURARIA	0,00	2.071.000,00	0,00	2.071.000,00
04	129	45		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE DÍVIDA ATIVA	0,00	605.000,00	0,00	605.000,00
04	129	45	2041	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE DÍVIDA ATIVA	0,00	605.000,00	0,00	605.000,00
04	129	47		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	0,00	594.000,00	0,00	594.000,00
04	129	47	2043	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	0,00	594.000,00	0,00	594.000,00
04	129	109		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO	0,00	125.500,00	0,00	125.500,00
04	129	109	2303	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO DEPARTAMENTO FINANCEIRO	0,00	125.500,00	0,00	125.500,00
04	181			POLICIAMENTO	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
04	181	98		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
04	181	98	2227	PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A POLÍCIA MILITAR	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00

Anexo 6 — **Consolidado por Programa de Trabalho**

Exercício de 2021

Fun	Su Fun	Pro	Ação	Especificação	Projetos	Atividades	Operações	TOTAL
04	244			ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
04	244	16		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
04	244	16	2098	APOIO AOS CONSELHO MUNICIPAIS	0,00	4.000,00	0,00	4.000,00
04	272			PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	0,00	1.740.000,00	0,00	1.740.000,00
04	272	98		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	1.740.000,00	0,00	1.740.000,00
04	272	98	2220	PAGAMENTOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	0,00	1.680.000,00	0,00	1.680.000,00
04	272	98	2225	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO RPPS - FUNCIONÁRIOS ESTATUTÁRIOS	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
04	364			ENSINO SUPERIOR	0,00	182.000,00	0,00	182.000,00
04	364	98		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
04	364	98	2219	BENEFÍCIOS A SERVIDORES MUNICIPAIS	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
04	364	101		CURSO DE NÍVEL SUPERIOR MODALIDADE EaD	0,00	132.000,00	0,00	132.000,00
04	364	101	2293	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PARA ATENDER CURSOS A DISTÂNCIA EAD	0,00	132.000,00	0,00	132.000,00
04	606			EXTENSÃO RURAL	0,00	184.500,00	0,00	184.500,00
04	606	33		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	184.500,00	0,00	184.500,00
04	606	33	2029	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	184.500,00	0,00	184.500,00
04	843			SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	5.931.539,96	0,00	5.931.539,96
04	843	98		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	5.931.539,96	0,00	5.931.539,96
04	843	98	2215	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL INTERNA	0,00	5.931.539,96	0,00	5.931.539,96
04	846			OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	1.380.000,00	0,00	1.380.000,00
04	846	98		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	1.380.000,00	0,00	1.380.000,00
04	846	98	2226	CONTRIBUIÇÃO AO PIS/PASEP	0,00	1.380.000,00	0,00	1.380.000,00
08				**ASSISTÊNCIA SOCIAL**	**0,00**	**5.161.746,16**	**0,00**	**5.161.746,16**
08	122			ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	436.800,00	0,00	436.800,00
08	122	12		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	0,00	221.000,00	0,00	221.000,00
08	122	12	2012	MANUTENÇÃO, APOIO E DESENVOLVIMENTO DA POLITICA PUBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	199.000,00	0,00	199.000,00
08	122	12	2261	POSTOS PARA INCLUSÃO DIGITAL	0,00	22.000,00	0,00	22.000,00
08	122	15		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL	0,00	110.000,00	0,00	110.000,00

Anexo 6 — **Consolidado por Programa de Trabalho**

Exercício de 2021

Fun	Su Fun	Pro	Ação	Especificação	Projetos	Atividades	Operações	TOTAL
08	122	15	2015	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL	0,00	110.000,00	0,00	110.000,00
08	122	16		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	105.800,00	0,00	105.800,00
08	122	16	2016	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	105.800,00	0,00	105.800,00
08	241			ASSISTÊNCIA AO IDOSO	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
08	241	15		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
08	241	15	2096	ASSISTÊNCIA E AMPARO AO IDOSO	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
08	243			ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	0,00	312.125,00	0,00	312.125,00
08	243	13		SUPORTE ADMINISTRATIVO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FMDCA	0,00	25.125,00	0,00	25.125,00
08	243	13	2013	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES D0 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FMDCA	0,00	25.125,00	0,00	25.125,00
08	243	114		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	0,00	287.000,00	0,00	287.000,00
08	243	114	2097	APOIO AO SERVIÇOS E AÇÕES DE CONSELHO TUTELAR	0,00	287.000,00	0,00	287.000,00
08	244			ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	0,00	4.312.821,16	0,00	4.312.821,16
08	244	14		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	2.161.821,16	0,00	2.161.821,16
08	244	14	2014	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	2.161.821,16	0,00	2.161.821,16
08	244	15		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL	0,00	1.313.000,00	0,00	1.313.000,00
08	244	15	2099	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	0,00	981.000,00	0,00	981.000,00
08	244	15	2100	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	0,00	332.000,00	0,00	332.000,00
08	244	16		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	712.500,00	0,00	712.500,00
08	244	16	2101	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO AO ABRIGO DE MENORES	0,00	712.500,00	0,00	712.500,00
08	244	105		ASSESSORIAS DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	0,00	105.500,00	0,00	105.500,00
08	244	105	2300	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ASSESSORIAS DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	0,00	105.500,00	0,00	105.500,00
08	244	113		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
08	244	113	2102	APOIO AO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
10				**SAÚDE**	**2.100,00**	**28.421.314,00**	**0,00**	**28.423.414,00**
10	122			ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.000,00	932.000,00	0,00	933.000,00
10	122	69		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE SAUDE	0,00	187.000,00	0,00	187.000,00

Anexo 6 — **Consolidado por Programa de Trabalho**

Exercício de 2021

Fun	Su Fun	Pro	Ação	Especificação	Projetos	Atividades	Operações	TOTAL
10	122	69	2065	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	175.500,00	0,00	175.500,00
10	122	69	2245	CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - COMUS	0,00	11.500,00	0,00	11.500,00
10	122	70		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.000,00	147.000,00	0,00	148.000,00
10	122	70	1018	CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
10	122	70	2066	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	147.000,00	0,00	147.000,00
10	122	71		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DA SAÚDE	0,00	181.500,00	0,00	181.500,00
10	122	71	2067	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DA SAÚDE	0,00	181.500,00	0,00	181.500,00
10	122	73		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR ADMINISTRATIVO DA SAÚDE	0,00	89.500,00	0,00	89.500,00
10	122	73	2069	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR ADMINISTRATIVO DA SAÚDE	0,00	89.500,00	0,00	89.500,00
10	122	74		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE ATENDIMENTO DA SAÚDE	0,00	126.500,00	0,00	126.500,00
10	122	74	2070	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE ATENDIMENTO DA SAÚDE	0,00	126.500,00	0,00	126.500,00
10	122	112		SUPORTE ADMINISTRATIVO AO DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
10	122	112	2309	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
10	122	123		SUPORTE ADMINISTRATIVO DAS ASSESSORIAS DA SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	100.500,00	0,00	100.500,00
10	122	123	2315	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELATIVAS AS ASSESSORIAS DA SECRETARIA DE SAÚDE.	0,00	100.500,00	0,00	100.500,00
10	301			ATENÇÃO BÁSICA	100,00	13.090.901,00	0,00	13.091.001,00
10	301	73		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR ADMINISTRATIVO DA SAÚDE	0,00	8.605.100,00	0,00	8.605.100,00
10	301	73	2249	MANUTENÇÃO DO SETOR ADMINISTRATIVOS DA SAÚDE	0,00	8.605.100,00	0,00	8.605.100,00
10	301	74		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE ATENDIMENTO DA SAÚDE	100,00	4.485.801,00	0,00	4.485.901,00
10	301	74	1019	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PARA INSTALAÇÕES DE NOVAS UNIDADES DE ESFS	100,00	0,00	0,00	100,00
10	301	74	2250	SEÇÃO DE APOIO A ATENÇÃO BÁSICA DO PROGRAMA ESF	0,00	3.575.701,00	0,00	3.575.701,00
10	301	74	2251	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DO CENTRO DE SAÚDE	0,00	874.100,00	0,00	874.100,00
10	301	74	2253	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00
10	301	74	2307	PROGRAMA SORRIA SÃO PAULO	0,00	36.000,00	0,00	36.000,00
10	302			ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	0,00	12.364.770,00	0,00	12.364.770,00
10	302	74		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE ATENDIMENTO DA SAÚDE	0,00	2.094.830,00	0,00	2.094.830,00
10	302	74	2255	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA OFERTA DE CONSULTAS DO CENTRO DE SAÚDE DE	0,00	610.000,00	0,00	610.000,00

Anexo 6 — **Consolidado por Programa de Trabalho**

Exercício de 2021

Fun	Su Fun	Pro	Ação	Especificação	Projetos	Atividades	Operações	TOTAL
				ESPECIALIDADES				
10	302	74	2256	UNIDADE DO CENTRO DE DIAGNOSE	0,00	188.000,00	0,00	188.000,00
10	302	74	2257	AMPLIAÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO	0,00	100,00	0,00	100,00
10	302	74	2258	SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU)	0,00	1.206.230,00	0,00	1.206.230,00
10	302	74	2308	ATENÇÃO A SAÚDE BUCAL	0,00	90.500,00	0,00	90.500,00
10	302	112		SUPORTE ADMINISTRATIVO AO DEPARTAMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	0,00	10.269.940,00	0,00	10.269.940,00
10	302	112	2259	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR EM ATENÇÃO BÁSICA	0,00	10.269.940,00	0,00	10.269.940,00
10	303			SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	0,00	705.793,00	0,00	705.793,00
10	303	74		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE ATENDIMENTO DA SAÚDE	0,00	705.793,00	0,00	705.793,00
10	303	74	2253	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA	0,00	705.793,00	0,00	705.793,00
10	304			VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.000,00	199.150,00	0,00	200.150,00
10	304	70		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.000,00	199.150,00	0,00	200.150,00
10	304	70	1017	CONSTRUÇÃO DE CANIL MUNICIPAL	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
10	304	70	2246	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	199.150,00	0,00	199.150,00
10	305			VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	1.116.300,00	0,00	1.116.300,00
10	305	70		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	0,00	1.116.300,00	0,00	1.116.300,00
10	305	70	2247	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	0,00	1.014.200,00	0,00	1.014.200,00
10	305	70	2260	VIGILÂNCIA EM SAÚDE -PROGRAMA DE AÇÕES E METAS - PAM - DST/ HIV/ AIDS	0,00	102.100,00	0,00	102.100,00
10	306			ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,00	12.400,00	0,00	12.400,00
10	306	74		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE ATENDIMENTO DA SAÚDE	0,00	12.400,00	0,00	12.400,00
10	306	74	2328	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEÇÃO DO PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA SAÚDE	0,00	12.400,00	0,00	12.400,00
12				**EDUCAÇÃO**	**691.150,00**	**47.808.850,00**	**0,00**	**48.500.000,00**
12	122			ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	444.050,00	0,00	444.050,00
12	122	49		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA ASSESSORIA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	188.500,00	0,00	188.500,00
12	122	49	2045	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	188.500,00	0,00	188.500,00
12	122	51		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	0,00	110.250,00	0,00	110.250,00
12	122	51	2047	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	0,00	110.250,00	0,00	110.250,00

Anexo 6 — **Consolidado por Programa de Trabalho**

Exercício de 2021

Fun	Su Fun	Pro	Ação	Especificação	Projetos	Atividades	Operações	TOTAL
12	122	130		SUPORTE ADMINISTRATIVO AO SETOR DE BIBLIOTECA	0,00	7.900,00	0,00	7.900,00
12	122	130	2236	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BIBLIOTECA MÓVEL	0,00	7.900,00	0,00	7.900,00
12	122	135		SUPORTE ADMINISTRATIVO AO DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO	0,00	68.700,00	0,00	68.700,00
12	122	135	2320	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO	0,00	68.700,00	0,00	68.700,00
12	122	136		SUPORTE ADMINISTRATIVO AO SETOR DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA	0,00	68.700,00	0,00	68.700,00
12	122	136	2321	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELATIVAS AO SETOR DE ASSESSORIA PEDAGÓGICA	0,00	68.700,00	0,00	68.700,00
12	306			ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	0,00	2.961.000,00	0,00	2.961.000,00
12	306	129		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE MERENDA ESCOLAR	0,00	2.961.000,00	0,00	2.961.000,00
12	306	129	2237	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DO SETOR DE MERENDA ESCOLAR	0,00	1.535.000,00	0,00	1.535.000,00
12	306	129	2242	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE MERENDA- RECURSOS ESTADUAIS	0,00	480.000,00	0,00	480.000,00
12	306	129	2244	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO SETOR DE MERENDA ESCOLAR - RECURSO FEDERAL	0,00	946.000,00	0,00	946.000,00
12	361			ENSINO FUNDAMENTAL	111.550,00	31.620.100,00	0,00	31.731.650,00
12	361	51		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	111.550,00	0,00	0,00	111.550,00
12	361	51	1011	REFORMA/ AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO - RECURSOS PRÓPRIOS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
12	361	51	1012	MANUTENÇÃO DE REFORMA/ AMPL./ MANUTENÇÃO DE MÓVEIS CEDIDOS E RECEBIDOS - RECURSOS PRÓPRIOS	11.550,00	0,00	0,00	11.550,00
12	361	131		SUPORTE ADMINISTRATIVO AO SETOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	0,00	31.620.100,00	0,00	31.620.100,00
12	361	131	2228	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SETOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO	0,00	8.867.500,00	0,00	8.867.500,00
12	361	131	2239	SETOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO -FUNDEB - RECURSO ESTADUAL	0,00	20.187.600,00	0,00	20.187.600,00
12	361	131	2243	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AO AO SETOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO - RECURSO FEDERAL	0,00	2.565.000,00	0,00	2.565.000,00
12	362			ENSINO MÉDIO	0,00	226.000,00	0,00	226.000,00
12	362	141		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE ENSINO MÉDIO	0,00	226.000,00	0,00	226.000,00
12	362	141	2330	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE ENSINO MÉDIO	0,00	196.000,00	0,00	196.000,00
12	362	141	2331	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO - RECURSO FEDERAL PNATE	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
12	364			ENSINO SUPERIOR	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
12	364	101		CURSO DE NÍVEL SUPERIOR MODALIDADE EaD	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
12	364	101	1028	AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER CURSOS A DISTÂNCIA EaD	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00

Anexo 6 — **Consolidado por Programa de Trabalho**

Exercício de 2021

Fun	Su Fun	Pro	Ação	Especificação	Projetos	Atividades	Operações	TOTAL
12	365			EDUCAÇÃO INFANTIL	569.600,00	12.557.700,00	0,00	13.127.300,00
12	365	51		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	548.600,00	35.700,00	0,00	584.300,00
12	365	51	1013	CONSTRUÇÃO/ REFORMA DE PRÉDIO - CRECHE - RECURSOS PRÓPRIOS	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
12	365	51	1016	PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR	348.600,00	0,00	0,00	348.600,00
12	365	51	2232	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - RECURSO PRÓPRIO II	0,00	12.600,00	0,00	12.600,00
12	365	51	2233	AQUISIÇÃO DE ACERVO	0,00	12.600,00	0,00	12.600,00
12	365	51	2234	AQUISIÇÃO DE MATERIAL E ACERVO LÚDICO	0,00	10.500,00	0,00	10.500,00
12	365	132		SUPORTE ADMINISTRATIVO AO SETOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00
12	365	132	1014	CONSTRUÇÃO DE BRINQUEDOTECA MUNICIPAL	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
12	365	132	1015	IMPLANTAÇÃO DE PARQUES INFANTIS	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
12	365	133		SUPORTE ADMINISTRATIVO A SEÇÃO DE PRÉ ESCOLA	0,00	7.152.000,00	0,00	7.152.000,00
12	365	133	2230	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL - RECURSOS PRÓPRIOS	0,00	2.595.000,00	0,00	2.595.000,00
12	365	133	2240	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB - RECURSOS ESTADUAIS	0,00	4.557.000,00	0,00	4.557.000,00
12	365	134		SUPORTE ADMINISTRATIVO A SEÇÃO DE CRECHE	0,00	5.370.000,00	0,00	5.370.000,00
12	365	134	2231	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CRECHE	0,00	3.764.000,00	0,00	3.764.000,00
12	365	134	2241	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE CRECHE - RECURSOS ESTADUAIS	0,00	1.596.000,00	0,00	1.596.000,00
12	365	134	2332	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO - RECURSO FEDERAL PNATE	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
13				**CULTURA**	**0,00**	**683.500,00**	**0,00**	**683.500,00**
13	122			ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	195.500,00	0,00	195.500,00
13	122	75		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	0,00	195.500,00	0,00	195.500,00
13	122	75	2071	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	0,00	195.500,00	0,00	195.500,00
13	392			DIFUSÃO CULTURAL	0,00	488.000,00	0,00	488.000,00
13	392	77		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA CHEFIA DO SETOR DE CULTURA	0,00	488.000,00	0,00	488.000,00
13	392	77	2073	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CHEFIA DO SETOR DE CULTURA	0,00	237.500,00	0,00	237.500,00
13	392	77	2276	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DO CENTRO CULTURAL	0,00	250.500,00	0,00	250.500,00
15				**URBANISMO**	**4.680.150,00**	**424.500,00**	**0,00**	**5.104.650,00**

Anexo 6 — **Consolidado por Programa de Trabalho**

Exercício de 2021

Fun	Su Fun	Pro	Ação	Especificação	Projetos	Atividades	Operações	TOTAL
15	451			INFRA-ESTRUTURA URBANA	1.225.150,00	424.500,00	0,00	1.649.650,00
15	451	55		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	1.006.500,00	80.000,00	0,00	1.086.500,00
15	451	55	1001	CONSTRUÇÃO DE PONTES E TRAVESSIAS EM ÁREAS URBANAS	85.000,00	0,00	0,00	85.000,00
15	451	55	1002	CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS E CICLOVIAS	85.000,00	0,00	0,00	85.000,00
15	451	55	1007	MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO DE GALERIA PLUVIAIS	255.000,00	0,00	0,00	255.000,00
15	451	55	1008	CONSERVAÇÃO/ CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS E PONTES EM ZONA RURAL	546.500,00	0,00	0,00	546.500,00
15	451	55	1023	CONSTRUÇÃO DE MUROS DE ARRIMO	35.000,00	0,00	0,00	35.000,00
15	451	55	1030	CESSÃO ONEROSA DO BÔNUS DE ASSINATURA DO PRÉ-SAL PARA MUNICÍPIOS E ESTADOS OBRA E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
15	451	55	2262	REFORMA, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
15	451	118		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE MANUTENÇÃO DE OBRAS	218.650,00	344.500,00	0,00	563.150,00
15	451	118	1003	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA , INTERTRAVADA, RECAPEAMENTO E OPERAÇÃO TAPA BURACO LOGRADOUROS PÚBLICOS	119.000,00	0,00	0,00	119.000,00
15	451	118	1006	MANUTENÇÃO E RETIFICAÇÃO DE CÓRREGOS	60.500,00	0,00	0,00	60.500,00
15	451	118	1022	CONSTRUÇÃO DE ABRIGO DE ÔNIBUS	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
15	451	118	1025	CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	29.150,00	0,00	0,00	29.150,00
15	451	118	2263	IMÓVEIS EM COMODATO- AMPLIAÇÕES E MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS RECEBIDOS/CONCEDIDOS EM COMODATO	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
15	451	118	2264	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO MERCADO MUNCIPAL	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
15	451	118	2266	MANUTENÇÃO/ AMPLIAÇÃO/REFORMA DO TERMINAL RODOVIÁRIO	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
15	451	118	2267	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS E PONTES EM ZONA RURAL	0,00	254.500,00	0,00	254.500,00
15	452			SERVIÇOS URBANOS	3.455.000,00	0,00	0,00	3.455.000,00
15	452	55		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	3.055.000,00	0,00	0,00	3.055.000,00
15	452	55	1024	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E INTERTRAVADA, E RECAPEAMENTO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS	3.055.000,00	0,00	0,00	3.055.000,00
15	452	55	1029	INFRAESTRUTURA URBANA - PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM	0,00	0,00	0,00	0,00
15	452	118		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR DE MANUTENÇÃO DE OBRAS	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
15	452	118	1021	OPERAÇÃO TAPA BURACO	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00
17				**SANEAMENTO**	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**100.000,00**
17	512			SANEAMENTO BÁSICO URBANO	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00

Anexo 6 — **Consolidado por Programa de Trabalho**

Exercício de 2021

Fun	Su Fun	Pro	Ação	Especificação	Projetos	Atividades	Operações	TOTAL
17	512	55		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
17	512	55	2265	RETIFICAÇÃO, E MANUTENÇÃO DE CÓRREGOS	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
20				**AGRICULTURA**	**0,00**	**4.500,00**	**0,00**	**4.500,00**
20	122			ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00
20	122	34		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00
20	122	34	2329	NÚCLEO DE APOIO AO PRODUTOR RURAL - NuAP (Lei nº 4.682, de 21 de março de 2019)	0,00	4.500,00	0,00	4.500,00
25				**ENERGIA**	**0,00**	**1.157.494,14**	**0,00**	**1.157.494,14**
25	122			ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	1.157.494,14	0,00	1.157.494,14
25	122	64		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO URBANO	0,00	1.157.494,14	0,00	1.157.494,14
25	122	64	2327	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	0,00	1.157.494,14	0,00	1.157.494,14
27				**DESPORTO E LAZER**	**0,00**	**731.750,00**	**0,00**	**731.750,00**
27	122			ADMINISTRAÇÃO GERAL	0,00	194.500,00	0,00	194.500,00
27	122	52		SUPORTE ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE ESPORTES	0,00	194.500,00	0,00	194.500,00
27	122	52	2048	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTES	0,00	194.500,00	0,00	194.500,00
27	812			DESPORTO COMUNITÁRIO	0,00	428.000,00	0,00	428.000,00
27	812	53		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO SETOR ESPORTE	0,00	428.000,00	0,00	428.000,00
27	812	53	2049	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE ESPORTES	0,00	428.000,00	0,00	428.000,00
27	813			LAZER	0,00	109.250,00	0,00	109.250,00
27	813	110		SUPORTE ADMINISTRATIVO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	0,00	109.250,00	0,00	109.250,00
27	813	110	2305	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER.	0,00	109.250,00	0,00	109.250,00
99				**RESERVA DE CONTINGÊNCIA.**	**0,00**	**219.477,53**	**0,00**	**219.477,53**
99	999			RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	219.477,53	0,00	219.477,53
99	999	98		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	219.477,53	0,00	219.477,53
99	999	98	2221	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	219.477,53	0,00	219.477,53
TOTAL GERAL :					**5.493.400,00**	**130.942.985,16**	**0,00**	**136.436.385,16**

DECRETO Nº 5.968, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020.

"Fixa normas para a execução orçamentária e financeira do Município, para o exercício de 2021, e dá outras providências".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar à execução orçamentária o equilíbrio entre as receitas e as despesas, objetivando a estabilidade financeira do Tesouro do Município;

CONSIDERANDO que a consecução do Programa de Governo, expresso no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária, requer a adoção de procedimentos que disciplinem a realização dos dispêndios e o controle da receita;

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ARTIGO 1º - Conforme disposto no Artigo 8° da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, a execução orçamentária e financeira do Município, no exercício de 2021, obedecerá ao disposto no Orçamento-Programa, para o exercício de 2021, aprovado pela **Lei nº 4.947, de 07 de outubro de 2020**, e será realizado em conformidade com as disposições da legislação orçamentária e financeira vigentes, com as normas contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e ao disposto neste decreto.

ARTIGO 2º - O responsável de cada Unidade Orçamentária, com base nos valores das dotações definidas nos Anexos da Lei Orçamentária para o exercício de 2021, e no Quadro de Programação Financeira e de Cronograma de Desembolso para o exercício de 2021, o qual fica fazendo parte integrante deste decreto, deverá adequar à sua programação orçamentária e financeira, objetivando viabilizar da melhor forma as ações constantes do seu planejamento, nos termos definidos pela Administração, obedecendo sempre:

I - o montante de cada quota estabelecida para o órgão;

II - o limite da dotação disponível por elemento econômico, observadas as eventuais alterações orçamentárias procedidas por transferências, remanejamentos e suplementações, mediante Lei (s) e/ou Decreto (s);

III - o montante disponível estabelecido para cada atividade ou projeto, aprovado no Orçamento-Programa para o exercício de 2021, observadas eventuais alterações procedidas nos termos deste decreto.

Parágrafo Único – O Quadro de Cronograma de Desembolso, constante deste decreto, a que se refere o caput do artigo, deverá ser revisto mensalmente de acordo com a efetiva

arrecadação mensal da receita, a fim de atender os resultados previstos nas metas fiscais, referendados na **Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2021**, aprovada pela **Lei Municipal nº 4.905, 17 de junho de 2020**, com suas alterações posteriores.

ARTIGO 3º - Constituem-se quotas os valores tornados disponíveis em cada período do exercício, dentro dos quais as unidades orçamentárias estão autorizadas a executar as suas programações de dispêndios, **conforme valores disponibilizados no ANEXO 1, da Programação Financeira e Cronograma de Desembolso, que faz parte integrante deste decreto.**

CAPÍTULO II

DAS RESERVAS E DOS EMPENHOS

ARTIGO 4º - As novas contratações para a execução de obras, prestação de serviços e compras, referidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com atualizações posteriores, serão precedidas de reserva de recursos orçamentários, devidamente autorizadas pelo respectivo ordenador da despesa, o Senhor Prefeito Municipal, e na sua falta pelo (a) Secretário-Chefe de Gabinete ou pelo (s) Secretário (s) da (s) área (s) correspondente (s).

§ 1º - A reserva de recursos de que trata este artigo observará:

I - a propriedade de imputação do ordenador da despesa, observando-se os princípios descritos no artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

II - a existência de crédito orçamentário suficiente para atendê-la;

III - o valor total estimado das contratações.

§ 2º - realização de despesas em desacordo com o disposto neste artigo acarretará a responsabilização das autoridades que lhes derem causa.

ARTIGO 5º - Todos os procedimentos geradores de despesas deverão ser previamente instruídos com declaração do ordenador da despesa, acerca da compatibilidade orçamentária e financeira, nos termos dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

ARTIGO 6º - É vedada a realização de despesas sem prévio empenho, nos termos do art. 60 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

ARTIGO 7º - O empenho de despesa a ser custeada integral ou parcialmente com recursos externos, depende da efetiva contratação da operação de crédito, da realização de convênios, dentre outros, assegurando a disponibilidade dos recursos destinados ao pagamento dos compromissos a serem assumidos.

ARTIGO 8º - As Notas de Empenhos serão processadas na (s) unidade (s) autorizada (s), conforme procedimentos e valores constantes da programação orçamentária e financeira da despesa do Município, na forma prevista no artigo 3º deste decreto.

§ 1º - Constitui-se como exceção à obrigatoriedade dos empenhos vinculados às cotas pré-estabelecidas, os valores com recursos vinculados, devidamente assegurados, as aplicações obrigatórias constitucionais e as demais despesas ressalvadas pela Lei de Diretrizes Orçamentária vigente, para o exercício de 2021.

§ 2º - Caberá ao ordenador da despesa, o Senhor Prefeito Municipal, autorizar a realização de empenho de outras despesas, num período maior do que o autorizado, desde que estas não interfiram no cumprimento das metas fiscais a que se refere o artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

ARTIGO 9° - A redução ou o cancelamento, no exercício financeiro, de compromisso que originou o empenho, implicará na anulação parcial ou total deste, revertendo à importância correspondente à respectiva dotação.

ARTIGO 10 - Deverão ser canceladas até o dia 31 de janeiro do exercício de 2022, pelas Secretarias com acompanhamento do Controle Internas, e inscritas em restos a pagar, as despesas de custeio empenhadas e não processadas até o exercício de 2021.

Parágrafo Único - O disposto no **caput** deste artigo não se aplica às despesas de capital, às despesas à conta de dotações orçamentárias relativas a recursos vinculados, oriundos de acordos ou convênios específicos, e despesas que constituam obrigações constitucionais.

ARTIGO 11 - Para garantia e cumprimento do que dispõem os artigos 47, 48, 49 e 50 da Lei Federal n° 4.320/64, ***cada Unidade Orçamentária deverá programar suas despesas trimestrais com um redutor de 20% (vinte por cento)***, podendo ser liberado gradativamente na percentagem de **10%** (dez por cento), respectivamente, a partir de **1º de julho e 1º outubro de 2020**, caso a receita corrente liquida efetivamente arrecadada no período de janeiro a junho de 2020, seja superior a **R$ 55.002.830,65 (Cinquenta e cinco milhões, dois mil, oitocentos e trinta reais e sessenta e cinco centavos**), apurados da seguinte forma:

1 - Receita Orçamentária Prevista para 2021.....R$ 136.436.385,16
2 - Redutor de 20%.....(R$ 27.287.277,03)
3 - Previsão da Receita Corrente Líquida para 2021.....R$ 133.936.385,16
(Receita Total de R$ 136.436.385,16 (-) Receita de Capital de R$ 2.500.000,00)
4 - Previsão da Receita Corrente Líquida Efetiva para 2021.....R$ 109.199.108,13
(1 - R$ 136.436.385,16 (-) 2 - R$ 27.287.277,03)
5 - Previsão da RCL para o período de 01 a 06/2021.....R$ 54.599.554,06
(4 - R$ 109.199.108,13 / 2)

§ 1° – A percentagem constante no caput do artigo poderá ser revista a qualquer tempo, se necessário.

§ 2° - O disposto no **caput** deste artigo não se aplica às despesas de capital, às despesas à conta de dotações orçamentárias relativas a recursos vinculados, oriundos de acordos ou convênios específicos, despesas de pessoal e encargos, auxílio transporte, salário família, PASEP, indenizações trabalhistas, sentenças e acordos judiciais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida e aquelas que constituam obrigações constitucionais.

CAPÍTULO III

DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

ARTIGO 12 - As solicitações de antecipação de quotas, bem como os pedidos de liberação, total ou parcial da dotação contingenciada, serão dirigidas ao Prefeito Municipal pelo Secretário responsável pelas unidades orçamentárias a que lhes couber, explicitando os motivos do pedido, até 31 de janeiro do exercício de 2021, para análise da Secretaria de Assuntos Fazendários, pela sua área competente, quanto ao mérito, e posteriormente, diante de disponibilidades do Tesouro do Município, poderá, excepcionalmente, liberá-las e autorizá-las.

CAPÍTULO IV

DA RESPONSABILIDADE FISCAL

ARTIGO 13 - Durante a execução orçamentária deverá ser observado os critérios e as disposições previstas quanto à limitação de empenho e à realização de despesas, com vistas ao cumprimento do artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, em consonância com o disposto no artigo 11, do presente decreto.

§ 1º - Bimestralmente, a Secretaria de Assuntos Fazendários efetuará a análise da realização da receita, e no caso da mesma não comportar o cumprimento das metas de equilíbrio fiscal, a Administração manterá o percentual de **20%** (vinte por cento) a título de redutor, conforme dispõe o artigo 11, do presente decreto, quanto à limitação de empenhos e movimentação financeira, exceção feita às despesas constantes do § 2° do artigo 11, deste decreto, que constituam obrigações constitucionais inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida de Juros sobre a Divida por Contrato e Principal da Divida Contratual Resgatado, e as ressalvadas pela Lei de Diretrizes Orçamentária vigente.

§ 2º - As despesas a serem limitadas serão avaliadas conjuntamente pelo Prefeito Municipal, pela Secretaria - Chefia de Gabinete do Prefeito e por todas as Secretarias Municipais envolvidas no processo de limitação.

§ 3º - Havendo restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações, cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 14 - As situações excepcionais, não contempladas pelo presente decreto, serão tratadas e deliberadas pelo Prefeito Municipal e pela Secretaria-Chefia de Gabinete do Prefeito, juntamente com a Secretaria de Assuntos Fazendários, podendo ser editadas instruções específicas, de acordo com as atribuições de cada órgão.

ARTIGO 15 - Os procedimentos adotados em desacordo com as determinações constantes deste decreto serão objeto de apuração de responsabilidade funcional.

ARTIGO 16 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 27 de outubro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 27 de outubro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

MUNICÍPIO DE Tremembe - CONSOLIDADO GERAL

ANEXO 1

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL

ARTIGO 8º DA LEI 101/2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

EXERCÍCIO DE: 2021

METAS DE ARRECADAÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembr	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
RECEITAS CORRENTES													
Receita Tributária	3.534.666,68	3.534.666,68	3.534.666,68	3.534.666,68	3.534.666,68	3.534.666,68	3.534.666,68	3.534.666,68	3.534.666,68	3.534.666,68	3.534.666,68	3.534.666,52	42.416.000,00
Receita De Contribuições	48.750,00	48.750,00	48.750,00	48.750,00	48.750,00	48.750,00	48.750,00	48.750,00	48.750,00	48.750,00	48.750,00	48.750,00	585.000,00
Receita Patrimonial	17.041,66	17.041,66	17.041,66	17.041,66	17.041,66	17.041,66	17.041,66	17.041,66	17.041,66	17.041,66	17.041,66	17.041,74	204.500,00
Receita De Serviços	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
Transferências Correntes	8.495.323,81	8.495.323,81	8.495.323,81	8.495.323,81	8.495.323,81	8.495.323,81	8.495.323,81	8.495.323,81	8.495.323,81	8.495.323,81	8.495.323,81	8.495.323,25	101.943.885,16
Outras Receitas Correntes	52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00	630.000,00
RECEITAS DE CAPITAL													
Transferências De Capital	208.333,33	208.333,33	208.333,33	208.333,33	208.333,33	208.333,33	208.333,33	208.333,33	208.333,33	208.333,33	208.333,33	208.333,37	2.500.000,00
RETIFICADORAS													
Deduções Da Receita	-987.749,99	-987.749,99	-987.749,99	-987.749,99	-987.749,99	-987.749,99	-987.749,99	-987.749,99	-987.749,99	-987.749,99	-987.749,99	-987.750,11	-11.853.000,00
TOTAL I	**11.369.698,82**	**11.369.698,82**	**11.369.698,82**	**11.369.698,82**	**11.369.698,82**	**11.369.698,82**	**11.369.698,82**	**11.369.698,82**	**11.369.698,82**	**11.369.698,82**	**11.369.698,82**	**11.369.698,14**	**136.436.385,16**
DESEMBOLSOS	**Janeiro**	**Fevereiro**	**Março**	**Abril**	**Maio**	**Junho**	**Julho**	**Agosto**	**Setembr**	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**	**TOTAL**
DESPESAS CORRENTES													
Pessoal E Encargos Sociais	5.816.184,64	5.816.184,64	5.816.184,64	5.816.184,64	5.816.184,64	5.816.184,64	5.816.184,64	5.816.184,64	5.816.184,64	5.816.184,64	5.816.184,64	5.816.184,46	69.794.215,50
Juros E Encargos Da Dívida	123.288,26	123.288,26	123.288,26	123.288,26	123.288,26	123.288,26	123.288,26	123.288,26	123.288,26	123.288,26	123.288,26	123.288,30	1.479.459,16
Outras Despesas Correntes	4.566.414,86	4.566.414,86	4.566.414,86	4.566.414,86	4.566.414,86	4.566.414,86	4.566.414,86	4.566.414,86	4.566.414,86	4.566.414,86	4.566.414,86	4.566.411,21	54.796.974,67
DESPESAS DE CAPITAL													
Investimentos	460.764,88	460.764,88	460.764,88	460.764,88	460.764,88	460.764,88	460.764,88	460.764,88	460.764,88	460.764,88	460.764,88	460.763,82	5.529.177,50
Inversões Financeiras	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,67	166,63	2.000,00
Amortização / Refinanciamento Da Dívida	384.590,06	384.590,06	384.590,06	384.590,06	384.590,06	384.590,06	384.590,06	384.590,06	384.590,06	384.590,06	384.590,06	384.590,14	4.615.080,80
RESERVAS DE CONTINGENCIA													
Reserva De Contingência	18.289,79	18.289,79	18.289,79	18.289,79	18.289,79	18.289,79	18.289,79	18.289,79	18.289,79	18.289,79	18.289,79	18.289,84	219.477,53
TOTAL II	**11.369.699,16**	**11.369.699,16**	**11.369.699,16**	**11.369.699,16**	**11.369.699,16**	**11.369.699,16**	**11.369.699,16**	**11.369.699,16**	**11.369.699,16**	**11.369.699,16**	**11.369.699,16**	**11.369.694,40**	**136.436.385,16**
TOTAL GERAL (I - II)	**-0,34**	**-0,34**	**-0,34**	**-0,34**	**-0,34**	**-0,34**	**-0,34**	**-0,34**	**-0,34**	**-0,34**	**-0,34**	**3,74**	**0,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.967, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto a Lei Municipal nº 4.956/2020,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Suplementar da ordem de R$ 56.000,00 (Cinquenta e Seis Mil Reais), assim classificado:

01	**EXECUTIVO**		
001	**GABINETE DO PREFEITO**		
002	**PROCURADORIA MUNICIPAL**		
04.122.0137.2322	Manutenção das Atividades da Procuradoria do Município.		
013-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(+)R$	6.000,00
04.122.0137.2323	Manutenção das Atividades do Setor de Execução Fiscal.		
020-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(+)R$	7.000,00
021-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....	(+)R$	7.000,00
06	**SECRETARIA DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS**		
017	**SEÇÃO DE TESOURARIA**		
04.129.0044.2040	Manutenção das Atividades da Chefia do Setor de Tesouraria.		
335-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(+)R$	12.000,00
019	**SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS**		
04.129.0047.2043	Manutenção das Atividades do Departamento de Tributação.		
346-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(+)R$	8.000,00
010	**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO**		
007	**ASSESSORIA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO**		
650-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(+)R$	16.000,00

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior fica reduzida parcialmente e/ou totalmente a seguinte dotação orçamentária, conforme prevê o § 1º, item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

01	**EXECUTIVO**
001	**GABINETE DO PREFEITO**
002	**PROCURADORIA MUNICIPAL**
04.122.0137.2322	Manutenção das Atividades da Procuradoria do Município.

012-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	6.000,00
04.122.0137.2323	Manutenção das Atividades do Setor de Execução Fiscal.		
017-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	14.000,00
06	**SECRETARIA DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS**		
017	**SEÇÃO DE TESOURARIA**		
04.129.0044.2040	Manutenção das Atividades da Chefia do Setor de Tesouraria.		
333-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	12.000,00
019	**SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS**		
04.129.0047.2043	Manutenção das Atividades do Departamento de Tributação.		
349-4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente.....	(-)R$	8.000,00
010	**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO**		
007	**ASSESSORIA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO**		
651-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(-)R$	16.000,00

ARTIGO 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 27 de outubro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 27 de outubro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.966, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotação orçamentária".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto a Lei Municipal nº 4.955/2020,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 142.000,00 (Cento e Quarenta e Dois Mil Reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**		
04	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**		
022	**SEÇÃO DE LIMPEZA PÚBLICA**		
04.122.0031.2297	Manutenção das Atividades da Seção de Limpeza Pública.		
211-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(+)R$	30.000,00
027	**SETOR DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL**		
04.122.0032.2028	Manutenção das Atividades do Setor de Vigilância Patrimonial.		
237-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(+)R$	15.000,00
09	**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS**		
017	**SETOR DE SERVIÇOS URBANOS**		
04.122.0120.2271	Manutenção dos Serviços Urbanos.		
638-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(+)R$	97.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**		
04	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**		
013	**ASSESSORIAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**		
04.122.0106.2302	Manutenção das Atividades das Assessorias da Secretaria de Administração.		
157-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	9.000,00
014	**SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**		

04.122.0019.2019	Manutenção das Atividades da Seção Especializada em Segurança e Medicina do Trabalho.		
166-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(-)R$	16.000,00
018	**SETOR PESSOAL E RECURSOS HUMANOS**		
04.122.0027.2023	Manutenção das Atividades do Setor de Pessoal e Recursos Humanos.		
185-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(-)R$	6.000,00
186-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(-)R$	8.000,00
019	**DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**		
04.122.0011.2011	Manutenção do Departamento de Licitações e Contratos.		
190-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	6.000,00
09	**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS**		
011	**DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS**		
15.451.0055.1001	Construção de Pontes e Travessias em Áreas Urbanas.		
542-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(-)R$	10.000,00
15.451.0055.1002	Construção de Passeios e Ciclovias.		
544-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(-)R$	10.000,00
15.451.0055.1008	Conservação/Construção de Estradas e Pontes em Zona Rural.		
554-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(-)R$	10.000,00
014	**DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTES**		
04.122.0117.2311	Manutenção das Atividades Relacionadas ao Departamento de Serviços Urbanos e Transportes.		
580-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(-)R$	7.000,00
015	**SETOR DE MANUTENÇÃO DE OBRAS**		
15.451.0118.1025	Construção, Manutenção de Galerias de Águas Pluviais.		
605-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(-)R$	10.000,00
15.451.0118.2266	Manutenção/Ampliação/Reforma do Terminal Rodoviário.		
611-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(-)R$	10.000,00
15.451.0118.2267	Manutenção e Conservação de Estradas Rurais e Pontes em Zona Rural.		
614-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	40.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 27 de outubro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 27 de outubro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.965, DE 27 DE OUTUBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotação orçamentária".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto a Lei Municipal nº 4.954/2020,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 17.000,00 (Dezessete mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

02	PODER LEGISLATIVO	
02.02	**Diretoria Geral**	
02.02.01	**Diretoria Geral**	
01.122.0087.2084	Manutenção das Atividades da Diretoria Geral.	
01	Tesouro	
12-3.1.90.13.00	Obrigações Patronais.....	(+)R$ 10.000,00
02.03	**Procuradoria Jurídica**	
02.03.01	**Procuradoria Jurídica**	
01.031.0088.2085	Procuradoria Jurídica.	
01	Tesouro	
33-3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(+)R$ 7.000,00

REDUZ:

02	PODER LEGISLATIVO	
02.02	**Diretoria Geral**	
02.02.01	**Diretoria Geral**	
01.122.0087.2084	Manutenção das Atividades da Diretoria Geral.	
01	Tesouro	
23-4.4.90.51.00	Obras e Instalações.....	(-)R$ 7.000,00
02.03	**Procuradoria Jurídica**	
02.03.01	**Procuradoria Jurídica**	
01.031.0088.2085	Procuradoria Jurídica.	
01	Tesouro	
27-3.1.90.13.00	Obrigações Patronais.....	(-)R$ 10.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 27 de outubro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 27 de outubro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 5.964, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020.

"Estabelece regras de segurança sanitária, orientações e restrições, com medidas proibitivas durante o período de eleições municipais de 2020, visando impor regras necessárias à prevenção ao contágio pelo COVID-19 e dá outras providências."

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a Portaria Ministerial nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde que "Declara emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus";

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 5.793, de 17 de março de 2020, que declarou situação de emergência no âmbito da saúde pública municipal e o Decreto nº 5.801, de 02 de abril de 2020, que declarou estado de calamidade pública no município de Tremembé;

CONSIDERANDO a vigência do estado de quarentena, adotado pelo Decreto Estadual nº 64.881, de 22 de março de 2020;

CONSIDERANDO as recomendações da Justiça Eleitoral, em especial o pronunciamento do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que elencou como cuidados sanitários mais importantes na campanha eleitoral deste ano, evitar aglomerações, manter distanciamento social e sempre utilizar máscaras de proteção facial,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica proibida a realização de comícios no âmbito do Município da Estância Turística de Tremembé, durante o período da campanha eleitoral, uma vez que são atividades que, por sua própria natureza, promovem significativa aglomeração de pessoas.

ARTIGO 2º - Poderão ser realizadas caminhadas, passeatas e carreatas, nos horários e períodos definidos pela legislação eleitoral, desde que respeitados os protocolos sanitários, em especial a utilização de máscara de proteção facial, por todos os participantes, sem exceção, além de manutenção de distanciamento social mínimo de 01 (um) metro entre as pessoas.

PARÁGRAFO ÚNICO – Nos eventos acima relacionados, não deverá ocorrer a participação de menores, maiores de 60 (sessenta) anos e portadores de doenças crônicas ou que reduzam a imunidade.

ARTIGO 3º - Fica proibida qualquer tipo de concentração ou manifestação em bem público, em especial na Praça Geraldo Costa; Praça Félix Nobre de Campos, Praça Irineu Mancastroppi, Praça Padre Luís Balmes e Praça Zueliton de Oliveira.

ARTIGO 4º - O não cumprimento das disposições constantes deste decreto ou em Portarias a serem expedidas pelo Poder Público, ensejará a aplicação de penalidade de multa de R$ 2.000,00 (Dois mil reais) ao Partido ou Coligação que infringir, assim como serão penalizados os candidatos e demais pessoas físicas que infringirem as determinações constantes deste Decreto, com aplicação de multa de R$ 500,00 (Quinhentos reais), além de medidas e sanções cabíveis, de natureza cível, administrativa e penal, em especial dos crimes dispostos nos artigos 267 e 268 do Código Penal.

ARTIGO 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 26 de outubro de 2020.

MARCELO VAQUELI

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 26 de outubro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES

Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.963, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.953/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Especial da ordem de R$ 29.695,00 (Vinte e nove mil, seiscentos e noventa e cinco reais) para atender a Secretaria de Saúde, assim classificado:

01	**EXECUTIVO**		
11	**SECRETARIA DE SAÚDE**		
012	**Seção De Apoio Atenção Básica Do Programa ESF**		
10.301.0074.2250	Seção de Apoio a Atenção Básica do Programa ESF.		
3.3.9030	Material de Consumo.....	R$	12.695,00
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.2312		
3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	R$	12.000,00
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.2312		
3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	R$	5.000,00
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.2312		

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito, a que se refere o artigo anterior, será para atender a Portaria GM/MS nº 2.222, de 25 de agosto de 2020, do Ministério da Saúde.

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6°, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 21 de outubro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de outubro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.962, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.952/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Especial da ordem de R$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais) para atender a Secretaria de Saúde, assim classificado:

01	**EXECUTIVO**	
11	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
012	**Seção De Apoio Atenção Básica Do Programa ESF**	
10.301.0074.2250	Seção de Apoio a Atenção Básica do Programa ESF.	
3.3.9030	Material de Consumo.....	R$ 32.000,00
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.1312	
3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	R$ 40.000,00
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.1312	

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito, a que se refere o artigo anterior, será para atender a Portaria nº 2.358, de 02 de setembro de 2020, do Ministério da Saúde.

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6°, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 21 de outubro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de outubro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.961, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.951/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Especial da ordem de R$ 43.160,00 (Quarenta e três mil e cento e sessenta reais) para atender a Secretaria de Saúde, assim classificado:

01	**EXECUTIVO**	
11	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
012	**Seção De Apoio Atenção Básica Do Programa ESF**	
10.301.0074.2250	Seção de Apoio a Atenção Básica do Programa ESF.	
3.3.9030	Material de Consumo.....	R$ 23.160,00
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.0312	
3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	R$ 20.000,00
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.0312	

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito, a que se refere o artigo anterior, será para atender a Portaria nº 2.405, de 16 de setembro de 2020, do Ministério da Saúde.

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6°, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 21 de outubro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de outubro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.960, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.950/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Especial da ordem de R$ 146.004,84 (Cento e quarenta e seis mil, quatro reais e oitenta e quatro centavos) para atender a Secretaria de Saúde, assim classificado:

01	**EXECUTIVO**	
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
015	**Seção De Programa De Assistência Farmacêutica Na Atenção Básica**	
10.303.0074.2253	Programa de Assistência Farmacêutica Básica.	
3.3.9032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita – Glicemia Conta 5715-0.....	R$ 146.004,84
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 312.0312	

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito, a que se refere o artigo anterior, será para atender a Portaria nº 2.516, de 21 de setembro de 2020, do Ministério da Saúde.

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6°, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 21 de outubro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de outubro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.959, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.949/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Especial da ordem de R$ 18.818,54 (Dezoito mil, oitocentos e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) para atender a Secretaria de Saúde, assim classificado:

01	**EXECUTIVO**	
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
021	**Setor De Vigilância Epidemiológica**	
10.305.0070.2247	Vigilância Epidemiológica.	
3.3.9030	Material de Consumo.....	R$ 8.818,54
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.0040	
3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	R$ 10.000,00
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.0040	

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito, a que se refere o artigo anterior, se faz necessário em atendimento Portaria nº 2.442, de 16 de setembro de 2020, do Ministério da Saúde.

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6°, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 21 de outubro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de outubro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.958, DE 21 DE OUTUBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.948/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Especial da ordem de R$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais) para atender a Secretaria de Saúde, assim classificado:

01	**EXECUTIVO**
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**
021	**Setor De Vigilância Epidemiológica**
10.305.0070.2247	Vigilância Epidemiológica.
4.4.9052	Equipamentos e Material Permanente..... R$ 25.000,00
Fonte: 02	Modalidade de Aplicação: 312.0312

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior fica reduzida parcialmente e/ou totalmente a seguinte dotação orçamentárias, conforme prevê o § 1º, item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

01	**EXECUTIVO**
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**
024	**Setor de Assistência Ambulatorial e Hospitalar**
10.302.0112.2259	Assistência Hospitalar em Atenção Básica.
943-3.3.9030	Material de Consumo..... (-)R$ 25.000,00
Fonte: 02	Modalidade de Aplicação: 312.4312

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6º, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 21 de outubro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de outubro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.957, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com base no que dispõe o artigo 6º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Suplementar da ordem de R$ 2.044,26 (Dois mil, quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos), assim classificado:

01	**EXECUTIVO**
11	**SECRETARIA DE SAÚDE**
012	**Seção de Apoio a Atenção Básica do Programa ESF**
10.301.0074.2250	Seção de Apoio a Atenção Básica do Programa ESF.
731-3.3.9030	Material de Consumo..... (+)R$2.044,26
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior, será conforme prevê o § 1º, item II, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

ARTIGO 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 19 de outubro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de outubro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.956, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com base no que dispõe o artigo 6º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Suplementar da ordem de R$ 529,81 (Quinhentos e vinte e nove reais e oitenta e um centavos), assim classificado:

01	**EXECUTIVO**
11	**SECRETARIA DE SAÚDE**
015	**Seção Programa de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica**
10.303.0074.2253	Programa da Assistência Farmacêutica Básica.
747-3.3.9032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita..... (+)R$529,81
Fonte: 02	Modalidade de Aplicação: 300.00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será por conta do repasse efetuado pelo Fundo Estadual de Saúde, em atendimento a Resolução SS 129, de 30 de setembro de 2020, conforme dispõe o item II, do § 1º, artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

ARTIGO 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 19 de outubro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 19 de outubro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 – Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br – Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.955, DE 16 DE OUTUBRO DE 2020.

"Estabelece medidas complementares para o enfrentamento da pandemia do COVID 19, em especial a manutenção da suspensão das aulas presenciais na rede pública municipal e dá outras providências."

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o Parecer CNE/CP nº 11/2020 do Conselho Nacional de Educação que orienta as redes públicas e as instituições particulares, no sentido de ampliar balizas legais que permitam a flexibilização em torno da adoção educacional não presencial, de forma a aprimorar medidas de qualidade ao aprendizado, a tempo em que se amplia, também a longevidade dessas medidas;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 65.061/2020 que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais, atualizado pelo Decreto nº 65.140, de 19 de agosto de 2020 e alterações posteriores, no contexto da Pandemia COVID-19;

CONSIDERANDO a Deliberação CIB-71, de 25 de agosto de 2020 e Resolução SEDUC-61, de 31 de agosto de 2020, que ditam normas complementares sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica, no contexto da Pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO a Recomendação nº 61, de 03 de setembro de 2020 do Conselho Nacional de Saúde,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - As atividades presenciais da Rede Municipal de Ensino no âmbito do município da Estância Turística de Tremembé continuam suspensas, até determinação em contrário, por ato do Poder Executivo Municipal.

ARTIGO 2º - A rede estadual de ensino poderá retomar as atividades presenciais, a partir da publicação deste decreto, desde que aderindo e dando cumprimento integral aos protocolos sanitários estabelecidos pelo Plano São Paulo e validados pelo Centro de Contingência do Coronavírus no âmbito do Governo do Estado de São Paulo e as determinações da Secretaria Estadual da Educação.

ARTIGO 3º - Para as escolas pertencentes à rede privada de ensino e escolas particulares, está mantido o disposto no Artigo 13 e Parágrafo Único do Decreto nº 5.954/2020.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 5.952, de 06 de outubro de 2020.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 16 de outubro de 2020.

MARCELO VAQUELI

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 16 de outubro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES

Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 5.954, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020.

"Mantem a medida de quarentena estabelecida no decreto estadual 64.881 de 22 de março de 2020; regulamenta e atualiza as regras da retomada consciente das atividades econômicas que especifica, de acordo com a fase 4 - Verde – Abertura parcial estabelecida no Plano São Paulo do Governo Estadual, e dá outras providências".

MARCELO VAQUELI, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a Portaria Ministerial nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que "Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV).";

Considerando que a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, dispôs sobre medidas para o enfrentamento da citada emergência de saúde pública de importância internacional;

Considerando a Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).";

Considerando o Decreto nº 5.793, de 17 de março de 2020, que declarou situação de emergência no âmbito da saúde pública municipal e o Decreto nº 5.801, de 02 de abril de 2020, que declarou estado de calamidade pública no município de Tremembé;

Considerando que o Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, regulamenta a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

Considerando que o Decreto Estadual nº 64.881, de 22 de março de 2020, adotou a medida de quarentena para enfrentamento da crise, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei Federal nº 13.979, de 2020;

Considerando a estratégia de retomada consciente apresentada pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio do "Plano São Paulo" (https://www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/planosp) que autorizou a progressão do município de Tremembé para a Fase 4 – Verde;

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica mantida a Medida de Quarentena constante do Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, por prazo indeterminado e enquanto vigorar a Medida de Quarentena estabelecida pelo Governo do Estado de São Paulo

ARTIGO 2º - São considerados serviços essenciais, em acordo com o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, autorizados a funcionamento normal, em acordo com o Alvará de funcionamento expedido pela municipalidade de Tremembé, os seguintes:

I –FARMÁCIAS, devendo fixar o horário de atendimento exclusivo para pessoas idosas e gestantes da 8.00 às 09.30 horas.

II – HIPERMERCADOS, SUPERMERCADOS, MERCADOS, ACOUGUES, PEIXARIAS, HORTIFRUTIGRANJEIROS E QUITANDAS, devendo fixar horário de atendimento exclusivo para pessoas idosas, gestantes das 8:00 às 09:30 horas.

III – LOJA DE VENDA DE ALIMENTAÇÃO PARA ANIMAIS.

IV – DISTRIBUIDORES DE GÁS.

V- LOJA DE VENDA DE AGUA MINERAL.

VI – PADARIAS.

VII – RESTAURANTES E LANCHONETES, adequando seu funcionamento a FASE 4 - VERDE do Plano São Paulo.

VIII – POSTOS DE COMBUSTÍVEL E DERIVADOS; TRANSPORTADORAS; ARMAZÉNS, OFICINAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA E BANCAS DE JORNAL.

IX – FUNERÁRIAS, VELÓRIOS (com número limitado a 10 pessoas e não ocorrência ao mesmo tempo) E SEPULTAMENTOS, observadas as disposições da Portaria nº 7.452/2020.
X – AGENCIAS BANCÁRIAS, CASAS LOTÉRICAS E CORREIOS.
XI – LOJAS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
XII – HOSPITAIS, CLÍNICAS, LAVANDERIAS E SERVIÇOS DE LIMPEZA E HOTÉIS.
XIII – CLUBE DE TIRO, devendo ter número limitado a 06 pessoas ao mesmo tempo.
XIV – SERVIÇOS DE MOTOTAXI, vedado o compartilhamento de capacetes pelos passageiros.
XV – OUTROS EVENTUALMENTE DEFINIDOS EM ATO EXPEDIDO PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

ARTIGO 3º - As igrejas e templos religiosos, poderão realizar missas e cultos religiosos, adotando os critérios abaixo:
I – limitação de 60% (sessenta) por cento da capacidade total; proibida aglomeração de pessoas interna e externamente.
II – distanciamento mínimo de 3.0 m² (três) metros quadrados.
III – horário de funcionamento limitado das 06:00 (seis) até no máximo 22:00 (vinte e duas) horas.

ARTIGO 4º - Os hipermercados, supermercados, agências bancárias e casas lotéricas, deverão limitar o acesso aos consumidores ao número de caixas existentes no estabelecimento.
PARAGRAFO ÚNICO – Ficam obrigados a sinalizar as calçadas que permeiam o estabelecimento, mantendo a distância mínima de 02 (dois) metros entre os consumidores, em caso de filas no lado externo do estabelecimento.

ARTIGO 5º - Os setores constantes do Decreto Estadual nº 64.994 de 28 de maio de 2020, integrantes do Plano São Paulo, enquadrados na zona verde – fase 4, autorizados a funcionar se constituem de :
I – Atividades imobiliárias.
II – Concessionárias e lojas de veículos.
III – Escritórios em geral.
IV – Comércio em Geral / prestadores de serviço/galeria.

V – Salões de beleza e barbearias.
VI – Academias de esporte de todas as modalidades e centros de ginástica.
VII – Bares, restaurantes e similares.

ARTIGO 6º - As atividades integrantes do artigo 4º - I. II e III e IV deste decreto, (atividades imobiliárias; concessionárias e lojas de veículos; comércio em geral; prestadores de serviços;escritórios em geral e galerias) poderão funcionar regularmente, em acordo com os horários autorizados nos Alvarás de funcionamento, não podendo ultrapassar a 12 (doze) horas diárias.
PARÁGRAFO PRIMEIRO - As atividades integrantes do artigo 4º - V (salões de beleza e barbearias) poderão funcionar regularmente, em acordo com os horários estabelecidos nos Alvará de Funcionamento, não podendo ultrapassar a 12 (doze) horas diárias.
PARÁGRAFO SEGUNDO - As atividades integrantes do artigo 4º - VI (Academias de esporte de todas as modalidades e centros de ginástica), poderão funcionar regularmente em acordo com os horários estabelecidos nos Alvarás de Funcionamento, não podendo ultrapassar a 12 (doze) horas diárias.
PARÁGRAFO TERCEIRO – As atividades integrantes do artigo 4º - VII (Bares, restaurantes e similares) poderão funcionar regularmente em acordo com os horários estabelecidos nos Alvarás de Funcionamento, não podendo ultrapassar a 12 (doze) horas diárias.
O consumo local deve encerrar no máximo às 22:00 (vinte e duas) horas e a permanência no estabelecimento deve ser no máximo até 23:00 (vinte e três) horas.
PARÁGRAFO QUARTO – Fica mantida a autorização para funcionamento do sistema "drive-thru" e "delivery", se houver.
PARÁGRAFO QUINTO – Fica autorizado o funcionamento aos domingos e feriados, desde que autorizados em Alvará de Funcionamento e previsão em convenção coletiva vigente entre as entidades patronais e de empregados.

ARTIGO 7º - As regras gerais para funcionamento das atividades autorizadas na Fase 4 – VERDE são:
I – Capacidade limitada à entrada e permanência de 60% (sessenta por cento) da capacidade máxima do local, indicada em termo de compromisso (quando cabível) a ser firmado junto ao setor de Fiscalização – COVID 19.

II – Horário: em acordo com o Alvará de Funcionamento, por no máximo 12 horas diárias.
III – Funcionamento todos os dias da semana, incluindo domingos e feriados, para atividades permitidas em Alvará de Funcionamento.
IV – Fixar placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite de lotação máxima.
V – utilização de máscaras descartáveis ou de tecido por todos os funcionários, proprietários e clientes.
VI – disponibilização de frasco com álcool gel 70% (dispenser) na entrada e saída do estabelecimento.
IV – limpeza e desinfecção freqüente de ar condicionado.
V – garantia de circulação de ar com, no mínimo 01 (uma) porta ou 01 (uma) janela abertas.
VI – funcionários e proprietários com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes ou portadores de doença crônica, preferencialmente, não devem trabalhar no local.
VII – adoção de medidas especiais e prioritárias, conforme preconiza a legislação atinente à espécie, visando à proteção dos idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas ou imunodeprimidas.

ARTIGO 8º - As regras específicas de funcionamento por atividade autorizada a funcionar na FASE VERDE constarão do Anexo I que integra este decreto.

ARTIGO 9º - Fica autorizado a realização com restrições, de eventos, convenções e atividades culturais, podendo ocorrer de segunda-feira a sábado, em acordo com o horário regularmente estabelecido no Alvará de Funcionamento, não podendo ultrapassar a 12 (doze) horas diárias e o encerramento da atividade deverá ocorrer no máximo às 22:00 horas, permitida permanência no estabelecimento no máximo até 23:00 horas.

ARTIGO 10 - Fica permitida a realização, com restrições, de feiras da barganha, artesanato e similares, as quais deverão obedecer os requisitos e critérios estabelecidos em lei municipal e aos protocolos constantes do Anexo I.

ARTIGO 11 - Fica mantida a autorização para abertura e funcionamento do horto municipal, com restrições e obrigatoriedade de cumprimento de horário e determinações constantes do anexo I.

ARTIGO 12 - Os clubes instalados no município, incluindo os existentes em condomínios residenciais, deverão seguir no que for aplicável, as instruções referentes ao funcionamento das academias de esportes, e Anexo I do presente decreto.
PARÁGRAFO ÚNICO – Recomenda-se aprovação do síndico, para abertura das áreas de lazer dos clubes instalados nos condomínios residenciais, obedecidas as restrições vigentes e os protocolos sanitários.

ARTIGO 13 - Fica autorizado funcionamento de escolas da rede privada de ensino, as quais deverão adotar os protocolos padrões constantes deste decreto e orientações da Secretaria Municipal e Estadual de Educação, no que for cabível.
PARÁGRAFO ÚNICO – As escolas particulares (Inglês, Dança, Música e etc), poderão funcionar em acordo com o estabelecido nos artigos 6º e 7º e item II do Anexo I, no que for cabível.

ARTIGO 14 - Permanece suspenso, por prazo indeterminado a realização de eventos esportivos, e em eventual excepcionalidade somente poderão ocorrer com os portões fechados ao público, e mediante prévia autorização da Vigilância Sanitária do município e termo de compromisso assinado pelos organizadores.
PARÁGRAFO ÚNICO - Permanece suspenso o funcionamento do Centro de Lazer do Trabalhador.

ARTIGO 15 - Permanecem vigentes, sem qualquer alteração os Decretos Municipais nº 5.801/2020, que declarou estado de calamidade pública e nº 5.828/2020, que determinou a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção facial na circunscrição do município de Tremembé.
ARTIGO 16 - O descumprimento das regras gerais e/ou específicas determinadas neste Decreto ou em Portarias a serem expedidas pelo Poder Público, ensejará a aplicação de penalidade de multa no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), além das medidas e sanções cabíveis, de natureza civil, administrativa e penal, em especial dos crimes dispostos nos artigos 267 e 268 do Código Penal.

PARÁGRAFO ÚNICO – A reincidência será punida com aplicação de multa em dobro em caso de descumprimento.

ARTIGO 17 - Revogam-se as disposições em contrário, e especialmente os Decretos Municipais nº 5.919, de 25 de agosto de 2020 e nº 5.942, de 22 de setembro de 2020.

ARTIGO 18 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 14 de outubro de 2020.

Marcelo Vaqueli
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de outubro de 2020.

José Marcio Araujo Guimarães
Secretário Chefe de Gabinete do Prefeito.

ANEXO I

(a que se refere o artigo 8º do Decreto nº 5.954, de 14 de outubro de 2020)

I – IMOBILIÁRIAS E ESCRITÓRIOS EM GERAL.

- Capacidade limitada a 60% (sessenta por cento)
- Horário: em acordo com Alvará de funcionamento, não podendo ultrapassar 12 horas diárias.
- Assegurar distancia mínima de 1.5m (um metro e meio) entre os funcionários e clientes.
- Disponibilizar álcool em gel 70% ao lado dos computadores e mesas de trabalho.
- Preferencialmente adotar sistema de trabalho remoto (home Office).
- Manter atendimento individual com agendamento prévio, vedada a espera de clientes no interior do estabelecimento.

II – COMÉRCIO EM GERAL/ PRESTADORES DE SERVIÇOS/ GALERIA.

- Capacidade limitada a 60% (sessenta por cento)
- Horário: em acordo com Alvará de funcionamento, não podendo ultrapassar 12 horas diárias.
- Controlar o acesso garantindo a lotação máxima de 01 (um) cliente a cada 15 m² (quinze metros quadrados) de área de vendas ou serviços;
- Fixar no local placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima.
- Controlar para que não ocorram filas internas e externas garantindo o distanciamento mínimo de 1.5 m(um metro e meio) entre os clientes.

III – SALÕES DE BELEZA E BARBEARIAS:

- Capacidade limitada a 60% (sessenta por cento).
- Horário: em acordo com Alvará de funcionamento, não podendo ultrapassar 12 horas diárias.
- Fixar no local placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima.

- Atendimento individual com agendamento prévio e hora marcada, vedada a espera de clientes no interior do estabelecimento ou fila na área externa.
- Cadeiras e demais equipamentos deverão ser higienizados após cada atendimento.
- Os profissionais deverão usar luvas e máscaras durante todo o atendimento.
- Preferencialmente os cabelos devem ser lavados antes dos cortes e penteados.

IV – ACADEMIAS DE ESPORTE DE TODAS AS MODALIDADES.

- Capacidade limitada a 60% (sessenta por cento).
- Fixar no local placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima.
- Horário: em acordo com Alvará de Funcionamento, não podendo ultrapassar 12 horas diárias.
- Os atletas e usuários do estabelecimento desportivo somente poderão freqüentá-lo mediante agendamento prévio, restando vedada sua entrada no estabelecimento fora da escala de horário.
- Os acessos deverão ter controle de identificação dos usuários pelo estabelecimento.
- Deverão ser utilizados equipamentos de proteção individual (máscaras, luvas e similares) por todos os proprietários, funcionários e usuários.
- Antes de entrar nas dependências do estabelecimento, todos deverão sujeitar-se a medição de temperatura, sendo considerados suspeitos de portarem Covid-19 aqueles que apresentarem febre, ainda que leve, não podendo permanecer no local.
- Deverá ser disponibilizado, frasco com álcool em gel 70% (dispenser) em todas as áreas do estabelecimento, sendo que nas áreas de musculação, deverá ser disponibilizado um frasco por aparelho.
- Fica permitido o acesso, circulação e permanência de no máximo uma pessoa para cada 2 metros quadrados de área total interna.
- Deverá ser mantido o distanciamento mínimo de dois metros entre cada equipamento.
- Não será permitido acompanhantes no local e usuários fora do horário agendado.

- Vestiários e saunas devem permanecer fechados, sendo autorizado exclusivamente o uso de banheiros.
- É proibido o uso dos vestiários para banhos e trocas de vestimentas no local, exceto no caso de aulas em piscina, exclusivamente para troca de roupa molhada por roupa seca, respeitando-se as orientações sobre o isolamento entre as pessoas.
- Deverão ser disponibilizados bebedouros somente para o abastecimento dos recipientes individuais.
- Eventuais áreas destinadas à alimentação (café, lanchonete e similares) deverão permanecer fechadas.
- Os equipamentos deverão ser higienizados após cada utilização.
- São permitidas apenas aulas práticas e individuais, mantendo-se aulas e práticas em grupo suspensas.
- As piscinas deverão ser divididas em salas de aula com separação por raias, recomendando-se a redução da duração das aulas, consequentemente reduzindo o número de alunos na piscina.
- Deverá ser disponibilizado, na área da piscina, suporte para que cada cliente possa pendurar sua toalha de forma individual.

V – BARES, RESTAURANTES E SIMILARES.

- Capacidade limitada a 60% (sessenta por cento) da capacidade máxima do local.
- Horário: Em acordo com o Alvará de funcionamento, não podendo ultrapassar a 12 horas diárias.
- O consumo local deve encerrar no máximo às 22:00 horas e a permanência no estabelecimento no máximo até 23:00 horas.
- Fixar no local placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima.
- Manter 1.5m (um metro e meio) de distância entre as mesas.
- Mesas com no máximo 06 (seis) lugares.
- Fica mantida a autorização para funcionamento do sistema "drive-thru" e delivery", se houver;
- Permitida utilização de área externa ou ao ar livre, aos estabelecimentos que já possuam essa autorização, desde que mantida a distância mínima de

1.50 (um metro e cinqüenta centímetros) para o trânsito livre e seguro dos pedestres.

VI - EVENTOS, CONVENÇÕES E ATIVIDADES CULTURAIS.

- Capacidade limitada a 60% (sessenta por cento) da capacidade máxima do local, sendo autorizada a presença de até 180 (cento e oitenta) pessoas no local, conforme Termo de Compromisso a ser assinado pelo interessado.
- Horário: em acordo com Alvará de funcionamento, não podendo ultrapassar 12 horas diárias.
- Fixar, de forma visível, placa ou aviso no local, contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima
- Manutenção de distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e cinqüenta centímetros) de distância em todos os ambientes, internos e externos e especialmente entre as mesas.
- Mesas deverão ter no Maximo 06 lugares.
- Permitida utilização de área externa ou ao ar livre, aos estabelecimentos que já possuam essa autorização, desde que mantida a distancia mínima de 1,5 (um metro e meio) para trânsito livre e seguro dos pedestres.
- Não será permitida a presença de pessoas em pé no local, devendo todos permanecerem sentados.
- Não será permitida consumo de alimentos e bebidas de pessoas em pé, ou em balcões.
- O acesso aos estabelecimentos deverá ser feito, preferencialmente por uma única entrada e uma única saída para o controle efetivo do numero de pessoas dentro do local, de forma a respeitar a capacidade total.
- Os pisos deverão ser demarcados de modo a garantir distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre convidados em operações que possam gerar filas, como acesso ao estabelecimento, aos alimentos, aos sanitários, entre outros.
- Implementar controle de acesso aos sanitários, de modo a evitar aglomerações em seu interior.
- Não permitir pista de dança e baile, evitando aglomeração de pessoas.
- Recomenda-se preferencialmente som mecânico, DJS, transmissão on-line e/ou vídeos como alternativa de atração musical.

- Em caso de música ao vivo, somente está autorizada modalidade voz e violão, seguidas as seguintes recomendações:
- O palco deverá estar distante, no mínimo 2 metros dos alimentos expostos e dos convidados (mesas).
- Os músicos deverão estar distantes entre si em 1.5m (um metro e meio).
- O músico deverá utilizar máscara de proteção facial, exceto o cantor.

VII - FEIRAS DA BARGANHA / ARTESANATO E SIMILARES.

- Horário: até 8 horas consecutivas, cuja data e horário de funcionamento deverá constar de termo de compromisso a ser assinado pelo interessado, no setor de fiscalização – COVID 19.
- As barracas deverão manter distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) umas das outras.
- Somente será permitida a presença de um proprietário/funcionário no interior da barraca, para prestar atendimento.
- Não serão permitidas aglomerações de clientes nas barracas, sendo obrigatório atendimento individual.
- Controlar para que não ocorram filas, garantindo o distanciamento mínimo de 1.5m (um metro e meio) entre os clientes.
- Os proprietários e clientes deverão usar máscara de proteção facial.
- Deverá ser disponibilizado álcool gel 70% (dispenser) em todas as barracas em funcionamento.
- Não será permitida aglomeração de pessoas nos locais de realização das feiras e adjacências.

VIII - HORTO MUNICIPAL

- Capacidade limitada a 60% (sessenta por cento) da capacidade máxima do local, sendo autorizada a permanência de até 100 (cem) pessoas no local.
- Horário: 08 horas diárias, de segunda a sábado em 02 turnos, ou seja, das 6:00 às 10:00 horas e das 18:00 as 22:00 horas.
- Não serão permitidas atividades em grupo.
- Não será permitida o uso de academia e dos quiosques existentes no local.
- Deverá ser disponibilizado álcool em gel 70% (dispenser).
- Fixar no local placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima.

- Os funcionários e usuários deverão usar máscaras de proteção.
- Vestiários devem ser mantidos fechados, sendo autorizado exclusivamente o uso de banheiros.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe de Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente instrumento a empresa ....., portador do CPF/CNPJ nº ..... com endereço à Rua ..... sendo seu responsável legal o(a) sr.(a),....., portador da CI/RG..... e CPF/MF .....residente e domiciliado nesta cidade, celebra o presente Termo de Compromisso, para realização de ....., na(s) data(s) abaixo discriminada(as):

Data:.....
Local.....
Evento/atividade.....
Horário de funcionamento:.....
Capacidade máxima de pessoas no local:.....
Capacidade máxima permitida .....

Declara estar ciente de todas as regulamentações e protocolos sanitários inseridos e exigíveis nos decretos municipais vigentes, responsabilizando-se pelo seu integral cumprimento, sob pena da multa e da aplicação das medidas e sanções cabíveis, de natureza civil, administrativa e penal,constantes do artigo 16 e parágrafo único do decreto municipal .....de... de outubro 2020.

Tremembé, ...de..... de 2020.

Assinatura do responsável legal pela empresa.
Carimbo do CPF/ CNPJ

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.953, DE 07 DE OUTUBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.946/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Especial da ordem de R$ 76.472,32 (Setenta e seis mil, quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e dois centavos) para atender a Secretaria de Saúde, assim classificado:

01	**EXECUTIVO**
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**
017	**Seção do Centro de Saúde para Consulta**
10.302.0074.2255	Ampliação e Melhoria da Oferta de Consultas do Centro de Saúde Especialidades.
3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica..... R$ 76.472,32
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 300.0033

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior fica reduzida parcialmente e/ou totalmente a seguinte dotação orçamentárias, conforme prevê o § 1º, item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

01	**EXECUTIVO**
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**
013	**Seção da Unidade Básica do Centro de Saúde**
10.301.0074.2251	Manutenção das Atividades da Seção da Unidade Básica do Centro de Saúde.
739-3.3.9032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita... (-) R$ 76.472,32

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6°, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 07 de outubro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 07 de outubro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.952, DE 06 DE OUTUBRO DE 2020.

"Estabelece medidas complementares para o enfrentamento da pandemia do COVID 19".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o Parecer CNE/CP nº 11/2020 do Conselho Nacional de Educação que orienta as redes públicas e as instituições particulares, o sentido de ampliar balizas legais que permitam a flexibilização em torno da adoção da oferta educacional não presencial, de forma a aprimorar medidas de qualidade ao aprendizado, a tempo em que se amplia, também, a longevidade dessas medidas;

CONSIDERANDO o Decreto nº 65.061/2020 e Decreto nº 65.140/2020, que alteram a redação do Decreto nº 65.061, de 13 de julho de 2020, que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica, no contexto da pandemia do COVID 19 e nos termos do Artigo 6º, do Decreto nº 65.061, de 13 de julho de 2020;

CONSIDERANDO a Deliberação CIB-71, de 25 de agosto de 2020 e Resolução SEDUC 61, de 31 de agosto de 2020, que ditam normas complementares sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica, no contexto da pandemia de COVID 19;

CONSIDERANDO os boletins epidemiológicos do Sistema Municipal de Saúde do Município da Estância Turística de Tremembé anunciados semanalmente, atuando no contexto da pandemia de COVID-19

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - O não retorno às aulas e atividades presenciais nas redes municipal e estadual de ensino no município da Estância Turística de Tremembé, até determinação em contrário, por ato do Poder Executivo Municipal.

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 06 de outubro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 06 de outubro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.951, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.945/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Especial da ordem de R$ 152.000,00 (Cento e cinquenta e dois mil reais) para atender a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, assim classificado:

01	**EXECUTIVO**		
05	**SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
006	**Departamento de Agricultura e Meio Ambiente**		
04.122.0034.2030	Manutenção das Atividades do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente.		
4.4.9051	Obras e Instalações.....	R$	152.000,00
Fonte: 01			
Modalidade de Aplicação: 110.000			

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior fica reduzida parcialmente e/ou totalmente a seguinte dotação orçamentárias, conforme prevê o § 1º, item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

01	**EXECUTIVO**		
09	**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS**		
011	**Departamento de Obras Públicas**		
15.451.0055.1001	Construção de Pontes e Travessias em Áreas Urbanas.		
543-4.4.9051	Obras e Instalações.....	(-)R$	75.000,00
15.451.0055.1007	Manutenção e Construção de Galerias Pluviais		
548-4.4.9051	Obras e Instalações.....	(-)R$	77.000,00

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6°, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 29 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 29 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 5.949, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotação orçamentária".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.943/2020,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 1.530.000,00 (Um milhão, quinhentos e trinta mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**		
007	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**		
009	**Setor Administrativo da Educação Fundamental**		
12.361.0131.2239	Setor Administrativo da Educação-FUNDEB-Recurso Estadual.		
437-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(+)R$	1.050.000,00
011	**Seção de Pré Escola**		
12.365.0133.2230	Manutenção das Atividades da Educação Infantil-Recursos Próprios.		
451-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	55.000,00
456-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(+)R$	400.000,00
012	**Seção de Creche.**		
12.365.0134.2231	Manutenção das Atividades da Creche.		
465-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(+)R$	25.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**		
007	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**		
009	**Setor Administrativo da Educação Fundamental**		
12.361.0131.2228	Manutenção das Atividades Setor Administrativo da Educação.		
434-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	480.000,00
011	**Seção de Pré Escola**		
12.365.0133.2240	Manutenção das Atividades da Educação Infantil-FUNDEB-Recursos Estaduais.		
458-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	700.000,00

460-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	300.000,00

012	**Seção de Creche.**		
12.365.0134.2241	Manutenção das Atividades de Creche-Recursos Estaduais.		
472-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	50.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 29 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 29 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.950, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.944/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Suplementar da ordem de R$ 670.000,00 (Seiscentos e setenta mil reais), assim classificado:

01	**EXECUTIVO**
07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
009	**Setor Administrativo da Educação Fundamental**
12.361.0131.2228	Manutenção das Atividades Setor Administrativo da Educação.
427-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil..... (+)R$ 100.000,00
428-3.1.9013	Obrigações Patronais..... (+)R$ 370.000,00
12.361.0131.2239	Setor Administrativo da Educação-FUNDEB-Recurso Estadual.
437-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil..... (+)R$ 200.000,00

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior fica reduzida parcialmente e/ou totalmente a seguinte dotação orçamentárias, conforme prevê o § 1º, item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

01	**EXECUTIVO**
07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**
009	**Setor Administrativo da Educação Fundamental**
12.361.0131.2228	Manutenção das Atividades Setor Administrativo da Educação.
434-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica..... (-)R$ 470.000,00
12.361.0131.2239	Setor Administrativo da Educação-FUNDEB-Recurso Estadual.
440-3.1.9013	Obrigações Patronais..... (-)R$ 200.000,00

ARTIGO 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 29 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 29 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.948, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre remanejamento de dotação orçamentária".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.942/2020,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o remanejamento no valor de R$ 650.000,00 (Seiscentos e Cinquenta Mil Reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**		
10	**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO**		
007	**Assessoria da Secretaria de Planejamento Urbano**		
25.122.0064.2327	Manutenção das Atividades dos Serviços de Iluminação Pública.		
653-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(+)R$	650.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**		
01	**GABINETE DO PREFEITO**		
002	**Procuradoria do Município**		
04.122.0137.2323	Manutenção das Atividades do Setor de Execução Fiscal.		
16-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	20.000,00
02	**SECRETARIA DA CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO**		
001	**Administração da Chefia do Gabinete**		
04.122.0002.2002	Manutenção das Atividades da Chefia do Gabinete do Prefeito.		
23-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	50.000,00
03	**SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**		
008	**Fundo Municipal de Assistência Social**		
08.244.0014.2014	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.		
96-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	50.000,00
010	**Departamento de Ação Social**		
08.122.0015.2015	Manutenção do Departamento de Ação Social.		
102-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	25.000,00
08.244.0015.2099	Manutenção das Atividades da Assistência Comunitária.		
107-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	30.000,00

110-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	50.000,00
014	**Abrigo de Menores**		
08.244.0016.2101	Manutenção das Atividades de Apoio ao Abrigo de Menores.		
134-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	15.000,00
135-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(-)R$	60.000,00
136-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	50.000,00
04	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**		
013	**Assessorias da Secretaria de Administração**		
04.122.0106.2302	Manutenção das Atividades das Assessorias da Secretaria de Administração.		
157-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	20.000,00
06	**SECRETARIA DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS**		
014	**Seção de Empenho**		
04.123.0046.2042	Manutenção das Atividades da Seção de Empenho.		
313-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	100.000,00
022	**Setor de Diversos Tributos**		
04.129.0040.2106	Manutenção das Atividades do Setor de Diversos Tributos.		
365-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	100.000,00
366-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	30.000,00
17	**SECRETARIA DE JUSTIÇA, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**		
001	**Administração**		
04.122.0138.2324	Manutenção das Atividades da Secretaria de Justiça, Cidadania e Desenvolvimento Econômico.		
870-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	50.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 29 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 29 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.947, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre remanejamento de dotação orçamentária".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.941/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o remanejamento no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**	
02	**SECRETARIA DA CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO**	
016	**Departamento da Tecnologia da Informação**	
04.122.0102.2294	Manutenção das Atividades do Departamento da Tecnologia da Informação.	
64-3.3.9040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ..... (+)R$	20.000,00
04	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**	
001	**Administração**	
04.122.0018.2018	Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração.	
154-3.3.9040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ..... (+)R$	20.000,00
022	**Seção de Limpeza Pública**	
04.122.0031.2297	Manutenção das Atividades da Seção de Limpeza Pública.	
211-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica..... (+)R$	20.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**	
03	**SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**	
003	**Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA**	
08.243.0013.2013	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.	

76-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	5.000,00
010	**Departamento de Ação Social**		
08.122.0015.2015	Manutenção do Departamento de Ação Social.		
101-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	10.000,00
08.244.0015.2099	Manutenção das Atividades da Assistência Comunitária.		
112-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	20.000,00
09	**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS**		
015	**Setor de Manutenção de Obras**		
15.451.0118.1003	Pavimentação Asfáltica, Intertravada, Recapeamento e Operação Tapa Buraco Logradouros Públicos.		
588-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	10.000,00
15.451.0118.1025	Construção, Manutenção de Galerias de Águas Pluviais.		
602-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	15.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 29 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 29 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.946, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	EXECUTIVO	
09	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS	
011	DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS	
15.452.0055.1024	Pavimentação Asfáltica e Intertravada e Recapeamento de Logradouros Públicos.	
558-4.4.9051	Obras e Instalações.....	(+)R$ 50.000,00

REDUZ:

01	EXECUTIVO	
09	SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS	
011	DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS	
15.451.0055.1007	Manutenção e Construção de Galeria Pluviais.	
548-4.4.9051	Obras e Instalações.....	(-)R$ 50.000,00

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 25 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 25 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.945, DE 23 DE SETEMBRRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**	
09	**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS**	
017	**Setor de Serviços Urbanos**	
04.122.0120.2271	Manutenção dos Serviços Urbanos.	
637-3.3.9030	Material de Consumo.....	(+)R$ 20.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**	
09	**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS**	
016	**Setor de Garagem, Transportes e Oficina**	
04.122.0119.2057	Manutenção das Atividades de Oficina Mecânica.	
630-3.3.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$ 20.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 23 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 23 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.944, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotação orçamentária".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 5.940/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 46.000,00 (Quarenta e seis mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**
03	**SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**
010	**Departamento de Ação Social**
08.244.0015.2099	Manutenção das Atividades da Assistência Comunitária.
108-3.1.9013	Obrigações Patronais..... (+)R$ 46.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**
03	**SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**
008	**Fundo Municipal De Assistência Social**
08.244.0014.2014	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
96 – 3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... (-)R$ 46.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 23 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 23 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.943, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com base no que dispõe o artigo 6º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Suplementar da ordem de R$ 1.745,63 (Um mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos), assim classificado:

01	EXECUTIVO	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	
015	Seção Programa De Assistência Farmacêutica Na Atenção Básica	
10.303.0074.2253	Programa da Assistência Farmacêutica Básica.	
747-3.3.9032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.....	(+)R$ 1.745,63
Fonte: 02	Modalidade de Aplicação: 300.00	

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito adicional suplementar, a que se refere o artigo anterior, será conforme prevê o § 1º, item II, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 23 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 23 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.940, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto a Lei Municipal nº 4.939/2020,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Especial da ordem de R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) para atender a Secretaria de Saúde, assim classificado:

01	EXECUTIVO	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	
024	Setor de Assistência Ambulatorial e Hospitalar	
10.302.0112.2259	Assistência Hospitalar em Atenção Básica.	
3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	R$ 30.000,00

Fonte: 05
Modalidade de Aplicação: 300.0036

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior fica reduzida parcialmente e/ou totalmente a seguinte dotação orçamentárias, conforme prevê o § 1º, item III, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a saber:

01	EXECUTIVO	
11	SECRETARIA DE SAÚDE	
018	Seção de Unidade de Controle Diagnose	
10.302.0074.2256	Unidade do Centro de Diagnose.	
989-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$ 30.000,00

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6º, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 15 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 15 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.941, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre remanejamento de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o remanejamento no valor de R$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	EXECUTIVO		
14	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
001	**Despesas Gerais e Especiais da Administração**		
04.122.0098.2217	Encargos/Restituições e Indenizações Diversos.		
855-3.3.9093	Indenizações e Restituições.....	(+)R$	150.000,00

REDUZ:

01	EXECUTIVO		
02	SECRETARIA DA CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO		
016	**Departamento da Tecnologia da Informação**		
04.122.0102.2294	Manutenção das Atividades do Departamento da Tecnologia da Informação.		
61-3.3.9035	Serviços de Consultoria.....	(-)R$	20.000,00
63-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	50.000,00
03	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL		
001	**Administração**		
08.122.0012.2261	Postos Para Inclusão Digital.		
73-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$	10.000,00
74-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	10.000,00
010	**Departamento de Ação Social**		
08.244.0015.2099	Manutenção das Atividades da Assistência Comunitária.		
113-3.3.9040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-PJ.....	(-)R$	25.000,00

04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
022	Seção de Limpeza Pública		
04.122.0031.2297	Manutenção das Atividades da Seção de Limpeza Pública.		
211-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$	20.000,00

05	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
005	Assessorias da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		
04.122.0107.2301	Manutenção das Atividades Relacionadas as Assessorias da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.		
266-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$	15.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 18 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 18 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.942, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020.

"Altera as disposições contidas no Decreto nº 5.919, de 25 de agosto de 2020, que regulamentou as regras da retomada consciente das atividades econômicas que especifica, de acordo com os critérios da Fase Amarela estabelecida no Plano São Paulo do Governo do Estado e dá outras providências."

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o Decreto nº 65.141, de 19 de agosto de 2020, que altera o anexo III do Decreto nº 64.994, de 28 de maio de 2020, o qual dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020 e que instituiu o Plano de São Paulo;

Considerando que, o Município de Tremembé se encontra na Fase 3 (Amarela), estabelecido no Plano São Paulo, a qual permite após 28 dias consecutivos nesta fase, a flexibilização e abertura com restrições de eventos, convenções atividades culturais e de outros segmentos, tais como feiras e horto municipal,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Ficam autorizadas as realizações, com restrições, de eventos, convenções e atividades culturais, podendo ocorrer de segunda-feira a sábado, por 08 horas consecutivas, ou 2 (dois) turnos de 04 horas, desde que o serviço de atendimento/consumo no local não ultrapasse em hipótese alguma, as 22:00 horas.

PARAGRAFO ÚNICO – Fica mantida a autorização para funcionamento do sistema "drive-thru" e "delivery", se houver.

ARTIGO 2º - Ficam autorizadas as realizações, com restrições, de feiras constantes do item II – do Artigo 10 do Decreto nº 5.919, de 25 de agosto de

2020, as quais deverão obedecer os requisitos e critérios estabelecidos em lei municipal e aos protocolos constantes do anexo I.

ARTIGO 3º - As igrejas e templos religiosos, poderão realizar missas e cultos religiosos, estabelecendo que o horário de funcionamento será das 06:00 até no máximo às 22:00 horas.

ARTIGO 4º - Fica autorizada, a partir da publicação deste decreto, a abertura do horto municipal, com restrições e obrigatoriedade de cumprimento de horário e determinações constantes do Anexo I.

ARTIGO 5º - Os clubes instalados no Município, incluindo os existentes em condomínios residenciais, deverão seguir no que for aplicável, as instruções referentes ao funcionamento das academias de esportes, constantes do Decreto nº 5.919, de 25 de agosto de 2020 e anexo I.
PARÁGRAFO ÚNICO – Recomenda-se aprovação do sindico, para abertura das áreas de lazer para os clubes instalados nos condomínios residenciais, obedecidas as restrições vigentes e os protocolos sanitários.

ARTIGO 6º - As regras gerais para funcionamento das atividades constantes deste Decreto, no que for aplicável, são as seguintes:

- Capacidade limitada à entrada e permanência de 40% (quarenta por cento) da capacidade máxima do local, indicada em termo de compromisso a ser firmado junto ao Setor de Fiscalização - COVID 19.
- Horário: 08 horas consecutivas ou 02(dois) turnos de 04 horas, de segunda a sábado, excluindo os feriados.
- Fixar no local placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite de lotação máxima.
- Utilização de máscaras descartáveis ou de tecido por todos os funcionários, proprietários, clientes e convidados, dispensada a utilização apenas durante o consumo de alimentos e bebidas;
- Disponibilização de álcool gel 70% (dispenser) na entrada e saída do estabelecimento.
- Limpeza e desinfecção freqüente de ar condicionado, se houver.

- Garantia de circulação de ar com, no mínimo 01 porta ou 01 (uma) janela aberta, para atividades constantes do artigo 1º.
- Adoção de medidas especiais e prioritárias, conforme preconiza a legislação atinente à espécie, visando à proteção dos idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas ou imunodeprimidas.

ARTIGO 7º - As regras específicas para realização das atividades constantes dos artigos 1º; 2º e 3º deste Decreto autorizadas a funcionar, nesta etapa da Fase Amarela, do Plano São Paulo, constarão do Anexo I que integra este decreto.

ARTIGO 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o item I e II – do artigo 10 e parte do item V no que se refere ao funcionamento do Horto Municipal, do Decreto nº 5.919, de 25 de agosto de 2020.

ARTIGO 9º - Aos infratores das medidas adotadas neste Decreto e Anexo I, serão aplicadas as penalidades constantes do artigo 12, parágrafo único do Decreto Municipal nº 5.919, de 25 de agosto de 2020.

ARTIGO 10 - Todos os eventos a serem realizados deverão ser objeto de prévio conhecimento do Poder Publico Municipal, devendo os interessados preencherem o Termo de Compromisso disponibilizado no Setor de Fiscalização – COVID 19.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 22 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

ANEXO I

(a que se refere o artigo 6º do Decreto nº 5.942, de 22 de setembro de 2020)

I - EVENTOS, CONVENÇÕES E ATIVIDADES CULTURAIS.

- Capacidade limitada a 40% (quarenta por cento) da capacidade máxima do local, sendo autorizada a presença de até 150 (cento e cinqüenta pessoas no local, conforme Termo de Compromisso a ser assinado pelo interessado.
- Horário: 08 horas consecutivas ou 02 turnos de 04 horas, de segunda a sábado, excluindo os feriados, não devendo ultrapassar às 22:00 horas.
- Fixar, de forma visível, placa ou aviso no local, contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima
- Manutenção de distanciamento mínimo de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) de distância em todos os ambientes, internos e externos e especialmente entre as mesas.
- Mesas deverão ter no máximo 06 lugares.
- Permitida utilização de área externa ou ao ar livre, aos estabelecimentos que já possuam essa autorização, desde que mantida a distancia mínima de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) para trânsito livre e seguro dos pedestres.
- Não será permitida a presença de pessoas em pé no local, devendo todos permanecerem sentados.
- Não será permitido consumo de alimentos e bebidas de pessoas em pé, ou em balcões.
- O acesso aos estabelecimentos deverá ser feito, preferencialmente por uma única entrada e uma única saída para o controle efetivo do numero de pessoas dentro do local, de forma a respeitar a capacidade total.
- Os pisos deverão ser demarcados de modo a garantir distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e cinqüenta centímetros) entre convidados em operações que possam gerar filas, como acesso ao estabelecimento, aos alimentos, aos sanitários, entre outros.
- Implementar controle de acesso aos sanitários, de modo a evitar aglomerações em seu interior.
- Não permitir pista de dança e baile, evitando aglomeração de pessoas.
- Recomenda-se preferencialmente som mecânico, DJS, transmissão on-line e/ou vídeos como alternativa de atração musical.
- Em caso de música ao vivo, somente está autorizada modalidade voz e violão, seguidas as seguintes recomendações:

- O palco deverá estar distante, no mínimo 2 metros dos alimentos expostos e dos convidados (mesas).

- Os músicos deverão estar distantes entre si em 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros)
- O músico deverá utilizar máscara de proteção facial, exceto o cantor.

FEIRAS DA BARGANHA / ARTESANATO E SIMILARES

- Horário: até 8 horas consecutivas, cuja data e horário de funcionamento deverá constar de termo de compromisso a ser assinado pelo interessado, no setor de fiscalização – COVID 19, em acordo com legislação pertinente.
- As barracas deverão manter distanciamento mínimo de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) umas das outras.
- Somente será permitida a presença de um proprietário/funcionário no interior da barraca, para prestar atendimento.
- Não serão permitidas aglomerações de clientes nas barracas, sendo obrigatório atendimento individual.
- Controlar para que não ocorram filas, garantindo o distanciamento mínimo de 1,50m (um metro e cinqüenta centímetros) entre os clientes.
- Os proprietários e clientes deverão usar máscara de proteção facial.
- Deverá ser disponibilizado álcool em gel 70% (dispenser) em todas as barracas em funcionamento.
- Não será permitida aglomeração de pessoas nos locais de realização das feiras e adjacências.

HORTO MUNICIPAL

- Capacidade limitada a 40% (quarenta por cento) da capacidade máxima do local, sendo autorizada a permanência de 50 (cinqüenta) pessoas no local.
- Horário: 08 horas diárias, de segunda a sexta-feira, em 02 turnos, ou seja, das 6:00 às 10:00 horas e das 17:00 às 21:00 horas.
- Não serão permitidas atividades em grupo.
- Não será permitida o uso de academia e dos quiosques existentes no local.
- Deverá ser disponibilizado álcool em gel 70% (dispenser).
- Fixar no local placa ou aviso contendo o horário de funcionamento e o limite da lotação máxima.
- Os funcionários e usuários deverão usar máscaras de proteção.
- Vestiários devem ser mantidos fechados, sendo autorizado exclusivamente o uso de banheiros.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br Site: www.tremembe.sp.gov.br

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente instrumento ....., portador do CPF/CNPJ Nº ..... com endereço à Rua ..... sendo seu responsável legal o(a) Sr.(a),....., portador da CI/RG..... e CPF/MF residente e domiciliado nesta cidade, celebra o presente Termo de Compromisso, para realização de ....., na(s) data(s) abaixo discriminada(as).

Data:.....

Local.....

Evento/atividade.....

Horário de funcionamento:.....

Capacidade máxima de pessoas no local:.....

Capacidade máxima permitida .....

Declara estar ciente de todas as regulamentações e protocolos sanitários inseridos e exigíveis nos Decretos Municipais vigentes, responsabilizando-se pelo seu integral cumprimento, sob pena da multa e da aplicação das medidas e sanções cabíveis, de natureza civil, administrativa e penal, constantes do artigo 12 e Parágrafo Único do Decreto nº 5.919, de 25 de agosto de 2020.

Tremembé, ...de..... de 2020.

Assinatura do responsável legal pela empresa.

Carimbo do CPF/ CNPJ

DECRETO Nº 5.907, DE 28 DE JULHO DE 2020.

"Regulamenta, no âmbito do Município da Estância Turística de Tremembé, a Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e dá outas providências".

MARCELO VAQUELI, PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE TREMEMBÉ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e implementadas pela Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc);

CONSIDERANDO que para a obtenção dos benefícios enumerados nos incisos do artigo 2º da Lei Aldir Blanc, o solicitante deverá preencher de alguns requisitos, fazendo-se necessária a implantação de uma Comissão para a análise dos pedidos, bem como a forma de execução elencada no artigo 3º da referida Lei;

D E C R E T A:

Artigo 1º - O Poder Executivo do Município da Estância Turística de Tremembé, por meio da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, executará diretamente os recursos de que trata o artigo 1º, da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de

2020, mediante programas que contemplem todas as hipóteses enumeradas no artigo 2º da referida lei.

Parágrafo único - A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, com o auxílio da Comissão de que trata o artigo 2º deste decreto e das demais Secretarias Municipais competentes, deverá providenciar os meios administrativos e operacionais para o recebimento direto do valor integral a ser destinado ao Município da Estância Turística de Tremembé, nos termos do artigo 3º da Lei Federal nº 14.017, de 2020.

Artigo 2º - Fica criada a "Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc", com as seguintes atribuições:

I - realizar as tratativas necessárias com os órgãos do Governo Federal responsáveis pela descentralização dos recursos;

II - participar das discussões referentes à regulamentação no âmbito do Município da Estância Turística de Tremembé para a distribuição dos recursos na forma prevista no artigo 2º da Lei Federal nº 14.017, de 2020, e observando-se o artigo 3º deste decreto;

III - acompanhar e orientar os processos necessários às providências indicadas no parágrafo único do artigo 1º deste decreto;

IV - acompanhar as etapas de transferência direta dos recursos do Governo Federal para o Município da Estância Turística de Tremembé;

V - fiscalizar a execução dos recursos transferidos;

VI - editar Resoluções visando regulamentar, no âmbito do Município da Estância Turística de Tremembé, a forma como se dará o cadastro de artistas, grupos, coletivos e entidades não governamentais que trabalhem com cultura, e qualquer fazedor de arte/cultura, sendo pessoa física ou jurídica;

VII - elaborar relatório e balanço final a respeito da execução dos recursos no âmbito do Município da Estância Turística de Tremembé.

§ 1º - a Comissão de que trata este artigo será composta pelos seguintes integrantes:

I - Secretário(a) Municipal de Turismo e Cultura, que a presidirá;

II - 1 (um) representante do Gabinete do Prefeito;

III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assuntos Fazendários;

IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura;

V - 1 (um) representante da sociedade civil, ligado a atividades culturais;

§ 1º - Os representantes da sociedade civil serão indicados pelo Chefe do Executivo Municipal.

§ 2º - A nomeação dos integrantes se dará por meio de Portaria a ser editada pelo Chefe do Executivo Municipal.

Artigo 3º - O Chefe do Executivo Municipal poderá expedir Portaria para complementar, esclarecer e orientar a execução da Lei Federal nº 14.017, de 2020, inclusive no tocante à forma de execução de seu artigo 2º, no âmbito do Município da Estância Turística de Tremembé.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 28 de julho de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 28 de julho de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.908, DE 30 DE JULHO DE 2020.

"Estende a Medida de Quarentena de que trata o Decreto nº 5.894 de 15 de julho de 2020".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 65.088, de 24 de julho de 2020, e

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade de contenção a disseminação do Covid-19 e garantia do adequado funcionamento dos serviços de saúde,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Observados os termos e condições estabelecidos no Decreto nº 5.894 de 15 de julho de 2020, fica estendida no município da Estância Turística de Tremembé, até 10 de agosto de 2020, a medida de quarentena instituída pelo Decreto Estadual nº 65.088, de 24 de julho de 2020.

ARTIGO 2º - Este decreto entra em vigor em 31 de julho de 2020.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 30 de julho de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de julho de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.909, DE 30 DE JULHO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com base no que dispõe o artigo 6º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Suplementar da ordem de R$ 1.745,63 (Um mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos), assim classificado:

01	EXECUTIVO
11	SECRETARIA DE SAÚDE
015	Seção Programa de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica
10.303.0074.2253	Programa da Assistência Farmacêutica Básica.
747-3.3.9032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita..... (+)R$ 1.745,63

Fonte: 02
Modalidade de Aplicação: 300.00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será por conta do repasse efetuado pelo Fundo Estadual de Saúde, em atendimento a Resolução SS 58, de 29 de abril 2020, conforme dispõe o item II, do § 1º, artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

ARTIGO 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 30 de julho de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de julho de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 5.939, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

"Altera o Decreto nº 5.859, de 29 de maio de 2020, que declarou aprovado o **Loteamento Residencial Jardim Secreto.**"

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

ARTIGO 1° - A alínea "c" do inciso VII do artigo 1º do Decreto nº 5.859, de 29 de maio de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"VII - *omissis*
c) Área institucional:..... **626,56m² (7%)**".

ARTIGO 2° - Acrescenta parágrafos ao artigo 1º do Decreto nº 5.859, de 29 de maio de 2020, com a seguinte redação:

"**Parágrafo 1º -** As áreas institucionais poderão ser substituídas conforme Artigo 30, §12, da Lei Complementar nº 292, de 10 de agosto de 2015 – Parcelamento, uso e ocupação do solo de Tremembé.

Parágrafo 2º - A área institucional a ser entregue ao Município em substituição e distribuída em outro local, nunca menor que **626,56m² (7%)**, deve ter valor de mercado do metro quadrado compatível com o valor de mercado do metro quadrado da área bruta do loteamento aprovado, caso o valor do metro quadrado da área em substituição seja inferior deve a área em substituição ser aumentada em medida até o valor ser compatível.

Parágrafo 3º - A área institucional em substituição deve estar incorporada ao patrimônio do Município da Estância Turística de Tremembé em até 15 (quinze) meses a contar da expedição do Decreto de aprovação do loteamento.

Parágrafo 4º - No caso de descumprimento do prazo fixado no parágrafo anterior, o Município executará judicialmente a garantia dada no Decreto nº 5.859, de 29 de maio de 2020, qual seja, Lotes 01, 02 e 03 da Quadra "A" do Loteamento Residencial Jardim Secreto.

Parágrafo 5º. A área em substituição e distribuída em outro local deve ser obrigatoriamente gravada com finalidade de área institucional."

ARTIGO 3° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 10 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 10 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 5.938, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

"Estabelece medidas complementares para o enfrentamento da pandemia do COVID 19".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o Parecer CNE/CP nº 11/2020 do Conselho Nacional de Educação que orienta as redes públicas e as instituições particulares, o sentido de ampliar balizas legais que permitam a flexibilização em torno da adoção da oferta educacional não presencial, de forma a aprimorar medidas de qualidade ao aprendizado, a tempo em que se amplia, também, a longevidade dessas medidas;

CONSIDERANDO o Decreto nº 65.061/2020 e Decreto nº 65.140/2020, que alteram a redação do Decreto nº 65.061, de 13 de julho de 2020, que dispõe sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica, no contexto da pandemia do COVID 19 e nos termos do Artigo 6º, do Decreto nº 65.061, de 13 de julho de 2020;

CONSIDERANDO a Deliberação CIB-71, de 25 de agosto de 2020 e Resolução SEDUC 61, de 31 de agosto de 2020, que ditam normas complementares sobre a retomada das aulas e atividades presenciais nas instituições de educação básica, no contexto da pandemia de COVID 19;

CONSIDERANDO os boletins epidemiológicos do Sistema Municipal de Saúde do Município da Estância Turística de Tremembé anunciados semanalmente, atuando no contexto da pandemia de COVID-19

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - O não retorno às aulas e atividades presenciais nas redes municipal e estadual de ensino no município da Estância Turística de Tremembé durante o mês de setembro.

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 09 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 09 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.937, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto a Lei Municipal nº 4.937/2020,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Especial da ordem de R$ 152.000,00 (Cento e Cinqüenta e Dois Mil Reais) para atender a Secretaria de Saúde, assim classificado:

01	**EXECUTIVO**
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**
021	**Setor de Vigilância Epidemiológica**
10.305.0070.2247	Vigilância Epidemiológica.
3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas..... R$ 152.000,00
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 312.1312

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito, a que se refere o artigo anterior, será por conta do repasse efetuado pelo Ministério da Saúde, conforme Portaria nº 1.666, de 1º de julho de 2020, que dispõe sobre recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID 19.

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6°, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 09 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 09 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.936, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto a Lei Municipal nº 4.936/2020,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Especial da ordem de R$ 858.000,00 (Oitocentos e Cinqüenta e Oito Mil Reais) para atender a Secretaria de Saúde, assim classificado:

01	**EXECUTIVO**	
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
010	**Setor Administrativo da Saúde**	
10.301.0073.2249	Manutenção do Setor Administrativo da Saúde.	
3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	R$ 858.000,00
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 312.1312	

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito, a que se refere o artigo anterior, será por conta do repasse efetuado pelo Ministério da Saúde, conforme Portaria nº 1.666, de 1º de julho de 2020, que dispõe sobre recursos financeiros aos Estados, Distrito Federal e Municípios para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID 19.

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6°, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7º, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 09 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 09 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.935, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto a Lei Municipal nº 4.935/2020,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Suplementar da ordem de R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais), assim classificado:

01	**EXECUTIVO**
11	**SECRETARIA DE SAÚDE**
024	**SETOR DE ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR**
10.302.0112.2259	Assistência Hospitalar em Atenção Básica.
1019-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas..... (+)R$ 100.000,00
Fonte: 05	Modalidade de Aplicação: 312.1312

ARTIGO 2º - Para cobertura do crédito adicional suplementar, a que se refere o artigo anterior, será conforme prevê o § 1º, item II, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

ARTIGO 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 09 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 09 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 5.934, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe e aprova o regulamento que estabelece normas para uso das dependências internas e externas dos espaços públicos dos quiosques estabelecidos na Praça Félix Nobre de Campos, e dá outras providências"

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município da Estancia Turística de Tremembé e artigo 5º da Lei Municipal nº 4.923, de 14 de agosto de 2020,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - Fica aprovado, em todos os seus termos, o regulamento de uso de espaço público dos quiosques da Praça Félix Nobre de Campos.

Parágrafo Único: O presente regulamento tem por finalidade estabelecer normas para uso das dependências internas e externas dos quiosques localizados na Praça Félix Nobre de Campos.

Artigo 2º - Serão disponibilizados 08 (oito) quiosques destinados a comercialização de gêneros alimentícios e bebidas.

CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO, FINALIDADE E FUNCIONAMENTO

Artigo 3º - Os quiosques e entorno serão administrados pelo Poder Executivo, devendo neles exercer os seus poderes de direção, administração e fiscalização, nomeadamente:
a) fazer cumprir o presente regulamento e fiscalizar as atividades exercidas;
b) assegurar a gestão das áreas comuns e respectiva limpeza e conservação;
c) licenciar e coordenar toda a publicidade, exceto a que se encontra dispensada de licenciamento ou comunicação prévia.

Artigo 4º – Para fins deste regulamento, quiosque é o imóvel de propriedade do Município instalado na Praça Félix Nobre de Campos, padronizado, segundo as normas da Administração Pública, destinado preponderantemente a comercialização de gêneros alimentícios e bebidas.

Parágrafo Primeiro–Compõe os quiosques, como extensão:

I – espaço físico ao seu redor, especialmente projetado para colocação de mesas, cadeiras, toldos, guarda-sóis e demais acessórios pertinentes.

II – a estrutura empregada na sustentação e veiculação da publicidade localizada nas partes definidas pela Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos.

Parágrafo Segundo – Compõe espaço de área comum, serviços compartilhados, com ocupação para shows, eventos, atividades esportivas e serviços de segurança.

Artigo 5º - A preparação, acondicionamento, comercialização e rotulagem dos produtos, deverão obedecer à legislação específica que as discipline.

Artigo 6º - A Administração Municipal poderá coibir a venda de produtos que entenda não serem benéficos aos consumidores.

Artigo 7º - Não será permitida a venda de gêneros alimentícios e bebidas sujeitos a peso ou medida sem que os concessionários estejam munidos dos respectivos equipamentos de peso e/ou medida devidamente calibrados.

Artigo 8º- Caberá a cada concessionário efetuar a aferição do equipamento, cumprindo as normas determinadas pela lei vigente.

CAPÍTULO III
DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Artigo 9º - Os quiosques poderão funcionar das 08:00 às 24:00 horas de segunda a sexta-feira.

Parágrafo Único – Aos sábados, domingos e feriados o horário poderá, a critério do concessionário, ser expandido para até 02:00 horas.

Artigo 10º - Os concessionários estarão sujeitos ao cumprimento dos horários acima estabelecidos para funcionamento, sendo expressamente vedado o não funcionamento ou interrupção da atividade, por período superior a 30 (trinta) dias corridos, salvo justificativa, devidamente analisada e acatada pela Secretaria Municipal de Assuntos Fazendários.

Parágrafo Único - Na eventualidade de autorização para suspensão provisória de funcionamento, o concessionário deverá afixar aviso, informando aos consumidores, o período em que será mantido fechado o quiosque.

CAPÍTULO IV
DA CONCESSÃO DE USO DOS QUIOSQUES

Artigo 11 - Os quiosques destinados a exploração comercial serão concedidos após concorrência pública, mediante contrato de concessão de direito de uso, pelo prazo de 05 (cinco) anos, que deverá ser fixado no edital de licitação, de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade administrativas, contado da lavratura do instrumento de concessão, podendo ser prorrogado por igual prazo, a critério da Administração Municipal, podendo, também, ser rescindido, a qualquer tempo, por acordo entre as partes ou por infração do concessionário às normas estabelecidas neste regulamento ou legislação vigente.

Parágrafo Primeiro – Ocorrendo vacância de um quiosque, este só poderá ser novamente ocupado através de nova concorrência pública.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo duas ou mais propostas com o mesmo preço, dar-se-á preferência ao brasileiro nato e, se este critério não for possível adotar, proceder-se-á ao desempate por sorteio público.

Artigo 12 – A concessão far-se-á por licitação pública, divulgada por meio do Diário Oficial do Município e avisos afixados nos lugares de costume, indicando nomeadamente as condições de participação, sendo a adjudicação feita pelo maior lance obtido na praça.

Artigo 13 - O quiosque será entregue ao usuário em perfeitas condições de uso, nos termos contratuais estabelecidos na concorrência pública e contrato firmado individualmente com cada um dos concessionários, declarando no ato haver recebido o quiosque em perfeitas condições de uso.

Parágrafo Primeiro – Após o encerramento da processo licitatório e assinatura do Termo de Concessão, será concedido ao concessionário o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para sua instalação e início das atividades.

Parágrafo Segundo - Se o concessionário não iniciar as atividades no quiosque no prazo acima previsto, a Administração Municipal poderá chamar

os concorrentes seguintes em ordem de classificação para ocupação do quiosque.

Parágrafo Terceiro – Os concessionários deverão, antes de iniciar a atividade que pretendem desenvolver, realizar as adaptações necessárias exigíveis pela legislação vigente.

Parágrafo Quarto– Findando a concessão e não ocorrendo a renovação pelas partes, o concessionário, se compromete a proceder a sua imediata desocupação, comunicando tal fato a Administração Municipal, que fará análise e dará o aceite.

Artigo 14 –A concessão poderá ser suspensa ou anulada quando se verifiquem irregularidades que afetem a legalidade do ato, ou se descubra conluio entre os concorrentes.

Artigo 15 –Os titulares do direito à ocupação dos quiosques serão obrigados a reformas periódicas de conservação nas respectivas instalações, em harmonia com as indicações que lhe forem dadas pela Administração Pública.

Artigo 16 – O concessionário somente poderá ser titular de um quiosque.

CAPÍTULO V
DA TRANSFERÊNCIA

Artigo 17– A outorga poderá ser transferida nos termos do artigo 2º, parágrafos 2º; 3º; 4º; 5º e 6º, da Lei nº 13.311 de 11 de julho de 2016.

Parágrafo Único - Fica vedada qualquer outra modalidade de transferência do contrato de concessão de uso, além da prevista neste artigo.

CAPÍTULO VI
DA LIMPEZA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Artigo18 – A limpeza, manutenção e conservação das áreas de uso comum, vias de acesso e outras, dentro do perímetro da Praça Félix Nobre de Campos, serão de responsabilidade da Administração Municipal.

Artigo 19 – A limpeza, manutenção e conservação dos quiosques será de responsabilidade dos respectivos concessionários.

Artigo 20 - É obrigatória a limpeza diária dos quiosques, ficando os concessionários responsáveis pelo fiel cumprimento das normas de higiene estabelecidas pela vigilância sanitária.

Parágrafo Único – O concessionário que descumprir as normas de limpeza e higiene estabelecidas pelos órgãos públicos responderá por sua conduta, podendo ter rescindido seu contrato de concessão na via administrativa.

Artigo 21 - Não será consentida a colocação de quaisquer mercadorias ou equipamentos em áreas de uso comum, devendo serem guardadas no interior dos quiosques.

Artigo 22 - O abastecimento de mercadorias para os quiosques, bem como a remoção de caixas, equipamentos em geral, serão feitos de maneira a não perturbar o livre trânsito das pessoas, devendo ser realizado preferencialmente em horários de menor movimento.

Artigo 23 - Todos os concessionários e funcionários dos quiosques deverão trabalhar devidamente uniformizados.

Parágrafo Único – O tipo de uniforme e equipamentos de proteção individual, serão estabelecidos em conformidade com as determinações da Vigilância Sanitária do Município.

CAPITULO VII
DA ORDEM INTERNA

Artigo 24 - O concessionário do quiosque obriga-se a zelar pela sua conservação e higiene, bem como consertar e substituir o que porventura venha a se danificar durante a vigência do contrato, abstendo-se da prática de atos que comprometam o asseio, a conservação, a ordem e o decoro público.

Parágrafo Único – Os concessionários têm o dever de cumprir o presente Regulamento e demais normas fixadas pelo município e previstas no contrato, cabendo a Administração municipal exigir seu fiel cumprimento.

Artigo 25 - Fica reservado ao Município o direito de vistoriar os quiosques sempre que achar necessário, diretamente ou por seus órgãos.

Artigo 26 - É expressamente proibido o uso do quiosque em desacordo com a destinação prevista no Contrato de Concessão, caso em que ocorrerá a

rescisão do contrato pelo Município de Tremembé, com notificação de 30 (trinta) dias ao concessionário.

CAPITULO VIII
DAS BENFEITORIAS

Artigo 27–As benfeitorias e reparos necessários ao funcionamento do quiosque ou adequação do espaço interno não poderão alterar o projeto original e serão incorporadas a este, devendo estar autorizadas e obedecidas as orientações estabelecidas pela Administração Municipal.

Artigo 28 - O concessionário não terá direito a indenização nem poderá reter as benfeitorias executadas, passando estas a integrarem o patrimônio do município.

Artigo 29- As benfeitorias a serem efetuadas por conta e risco do concessionário, somente poderão ser realizadas após apresentação de todas as licenças para funcionamento, em especial, autorização da Vigilância Sanitária do Município.

Artigo 30 - As exigências sanitárias deverão atender ao Decreto Estadual nº 12.342/79 (Código Sanitário do Estado de São Paulo) e as determinações da Vigilância Sanitária do Município.

Artigo 31 - O Concessionário deverá previamente apresentar *layout* de suas instalações, para aprovação pela Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos e pela Vigilância Sanitária do Município.

Artigo 32 - O fechamento frontal dos quiosques obedecerá ao padrão determinado pela Administração Municipal, assim como a colocação de toldos, guarda-sóis, os quais deverão ser padronizados em material e cor, a ser definida e aprovada pela Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos, que fornecerá as especificações técnicas para construção e instalação.

Artigo 33 - As instalações elétricas deverão adequar-se ao projeto correspondente da Prefeitura e terão que atender exigências e normas técnicas cabíveis, assim como os equipamentos a serem utilizados deverão ser informados previamente mediante relação a ser fornecida pelo concessionário, datada e assinada, com suas cargas de utilização, potência e consumo, com o compromisso expresso de responsabilidade de não utilização de carga maior do que a declarada.

Parágrafo Primeiro - Não será permitida a utilização de equipamentos não informados previamente e que possam comprometer o bom funcionamento e a segurança das instalações elétricas do quiosque.

Parágrafo Segundo - O tipo, qualidade e especificações dos materiais a serem utilizados nas instalações elétricas dos quiosques serão especificados pela Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviço Urbanos do Município, e só poderão ser aproveitados mediante confirmação e aprovação de sua utilização.

Artigo 34 - Qualquer modificação nos quiosques, por mais simples que seja, deverá ser solicitada por escrito à Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos, que deverá aprovar a alteração.

Artigo 35 - Os quiosques terão pontos independentes de energia elétrica, água e telefonia e os concessionários serão responsáveis pela instalação, manutenção e pagamento das faturas mensais correspondente ao consumo junto a Concessionária local.

Parágrafo Único - A falta de pagamento que resulte em corte do fornecimento de energia pela concessionária, implicará automaticamente no cancelamento do contrato de concessão.

Artigo 36 - Será de inteira responsabilidade do concessionário promover a instalação de GLP, em acordo com as respectivas normas técnicas, com aprovação prévia e alvará expedido pelos órgãos competentes.

Parágrafo Único - A autorização para início das ações de instalações deverá ser dada expressamente pela Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos, após solicitação do concessionário, cabendo a este todas as despesas da aprovação e execução do projeto.

Artigo 37 - O concessionário ficará responsável, durante a vigência do contrato, pelos danos que eventualmente ocasionar ao quiosque ou a terceiros, resultantes das atividades desenvolvidas.

CAPÍTULO IX
DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Artigo 38 – Pela ocupação dos quiosques, os concessionários recolherão um aluguel mensal, a ser calculado por metro quadrado de área ocupada, levando em conta sua localização e os valores de mercado de alugueis praticados na região, pagável até o dia 10 (dez) de cada mês.

Parágrafo Primeiro - Os valores de mercado de alugueis praticados na região, que servirão como base de cálculo para o metro quadrado da área ocupada, deverão ser obtidos à época da elaboração do edital de licitação;

Parágrafo Segundo - As taxas, tarifas e preços a serem cobradas serão fixadas no Regulamento e Tabela de Taxas, Tarifas e Preços, a ser

regulamentada por Decreto do Executivo, não conferindo o direito em caso de desistência a qualquer indenização;

Parágrafo Terceiro – O atraso no pagamento do aluguel, sujeitará o concessionário às cominações legais estabelecida pelo Código Tributário Municipal, no que couber aos Tributos Municipais;

Parágrafo Quarto – A falta de pagamento da concessão de uso por 2 (dois) meses seguidos, bem como, a permanência do quiosque fechado, por mais de 30 (trinta) dias sem motivo justificado pelo concessionário, acarretará a perda do direito de ocupação deste;

Parágrafo Quinto – Os valores de locação serão anualmente reajustados conforme o índice previsto no Código Tributário Municipal.

CAPÍTULO X
DA PERDA DO DIREITO À CONCESSÃO

Artigo 39 - A concessão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo, observado o interesse público, atendendo-se à precariedade do título e consequente reversão para o Município dos respectivos direitos e benfeitorias eventualmente realizadas, sem direito a qualquer indenização para o respectivo titular, quando ficar comprovado:

I - locação, sublocação, cessão, arrendamento total ou parcial ou transferência a terceiros do quiosque;

II - falta de pagamento referente ao preço público de concessão do locale qualquer outra obrigação legal devida à Administração Pública ou terceiros autorizados, por mais de 60 (sessenta) dias;

III - alteração do ramo de atividade a que são destinados os quiosques, exceto quando for de interesse público e devidamente autorizado pela Administração Municipal;

IV - A prática reiterada de infrações que, pelo seu número e gravidade, sejam igualmente lesivas dos interesses municipais e coletivos.

Artigo 40 - A rescisão do contrato de concessão de uso obriga o concessionário à imediata desocupação do quiosque, sem direito a qualquer indenização ou retenção por benfeitorias realizadas, devendo entregar o local de maneira a ser possível o uso, independentemente da execução de reparos.

Artigo 41 - Contados 90 (noventa) dias para o término do contrato, a Administração Municipal emitirá notificação extrajudicial ao concessionário de

cada quiosque, informando sobre o término concessão e consequente desocupação do local.

Artigo 42 - O Município poderá tomar as medidas judiciais visando a reintegração de posse, por descumprimento das instruções e normas regimentais referentes aos quiosques.

CAPÍTULO XI
DOS ESPAÇOS PUBLICITÁRIOS

Artigo 43 - A Administração Municipal é a legítima detentora do direito de exploração e comercialização dos espaços físicos e publicitários dos quiosques e seu entorno.

Parágrafo Único - Os concessionários poderão fixar placas em local previamente designados pela Administração Municipal, nela devendo constar as seguintes informações:

a) Nome fantasia, firma ou denominação social; e
b) Número do quiosque.

Artigo 44 - A placa deverá ser afixada na parede do quiosque, conforme modelo a ser determinado pela Administração Municipal, observando-se as dimensões máximas do local, ficando limitada a uma só placa por comércio.

Artigo 45 - O concessionário somente poderá afixar placas ou outros tipos de publicidade ou divulgação e propaganda na parte interna do espaço físico do quiosque, mediante aprovação prévia e expressa da Administração Municipal.

Artigo 46 - O desatendimento às normas do presente capítulo ocasionará na retirada da publicidade pela Administração Municipal às expensas do permissionário.

Artigo 47 - A publicidade sonora não é permitida.

CAPÍTULO XII
DAS INSTALAÇÕES

Artigo 48 - O funcionamento dos quiosques está subordinado ao cumprimento das condições de higiene e salubridade previstas na legislação

em vigor ou que sejam impostas pelas autoridades sanitárias e fiscalizadoras competentes.

Artigo 49 - Se, em consequência de vistoria, for imposta a realização de obras de benfeitoria dos espaços e/ou a reparação de equipamentos, o reinício da atividade só poderá ser autorizado após informação dos serviços e como foram efetuadas.

Artigo 50 - A realização de quaisquer obras de conservação, benfeitorias ou modificação dos locais de venda, a título de ocupação, dependem de prévia autorização da Administração.

Artigo 51 - Todas as obras e benfeitorias incorporadas nos pavimentos, paredes, tetos ou outras partes dos locais de venda ficarão pertencendo ao Município, não podendo ser retiradas, nem exigida qualquer compensação por elas.

Artigo 52 - A Administração Municipal não se responsabiliza por quaisquer valores ou bens dos concessionários ou pessoas ao seu serviço, existentes nos locais de venda ou em quaisquer outros espaços das áreas destinadas aos quiosques.

CAPÍTULO XIII
SEÇÃO I
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS INDIFERENCIADOS

Artigo 53 - Todo aquele que produza resíduos que não sejam suscetíveis de valorização deve acondicioná-los em sacos plásticos devidamente atados, para que a deposição nos recipientes se faça com garantia de higiene, de forma a não ocorrer espalhamento ou derrame dos resíduos no interior das áreas destinadas aos quiosques ou na via pública.

Artigo 54 - É obrigatória a deposição, por parte dos concessionários, dos resíduos no interior dos recipientes para tal destinados, devendo manter sempre fechada a respectiva tampa.

SEÇÃO II
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS RECICLÁVEIS

Artigo 55 -O local de uso comum está dotado de recipientes próprios para deposição de resíduos sólidos urbanos passíveis de valorização.

Artigo 56 - Todos os concessionários que produzam resíduos recicláveis, nomeadamente vidro, papel, papelão, plástico ou metal, ficam obrigados a colocá-los nos recipientes apropriados, mediante prévia seleção.

Artigo 57 - As caixas de papelão devem ser convenientemente desmanchadas e dobradas antes de serem introduzidas no contentor apropriado.

CAPÍTULO XIV
DIREITOS E DEVERES

Artigo 58 - Os concessionários gozam dos seguintes direitos:
a) Fruir a exploração do quiosque que lhe for adjudicado ou para quem tenha pago a taxa de ocupação, nos termos descritos no presente regulamento;
b) Beneficiar-se da utilização dos equipamentos complementares de apoio em conformidade com as condições e critérios estabelecidos quando da sua atribuição;
c) Beneficiar-se da utilização de todos os espaços e serviços de utilização comum não onerosa;
d) Apresentar sugestões e reclamações, verbais ou por escrito, individualmente ou através de comissão ou estrutura associativa que os represente, acerca do funcionamento dos quiosques.

Artigo 59 - Constituem deveres gerais dos concessionários:

a) Conhecer as disposições regulamentares sobre a organização e funcionamento dos quiosques onde exercem atividade comercial, respeitando-as e fazendo-as cumprir pelo pessoal ao seu serviço;
b) Assumir responsabilidade pelas infrações cometidas pelas pessoas ao seu serviço que não sejam de natureza pessoal;
c) Responder pelos danos e prejuízos provocados no quiosque, nas suas instalações e equipamentos ou a terceiros, por sua culpa ou negligência ou de quaisquer pessoas ao seu serviço;
d) Utilizar os quiosques apenas para os fins do objeto da concessão e nos termos nela estabelecidos, bem como não ocupar para venda ou exposição superfície superior à que lhe foi concedida;
e) Manter os quiosques e restantes espaços, equipamentos, móveis ou utensílios, em bom estado de conservação, higiene e limpeza;
f) Permitir o acesso aos quiosques e espaços de utilização privativa pelos funcionários e agentes do Município ou por quaisquer autoridades sanitárias e fiscalizadoras, sempre que estes o julguem necessário, assim como na apresentação de documentos e informações necessários ao cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor;

g) Exercer a atividade no rigoroso cumprimento da legislação vigente e normas regulamentares aplicáveis, em matéria de higiene, saúde e segurança no trabalho, comercialização, exposição, preparação, acondicionamento, rotulagem de produtos, afixação de preços, medidas de prevenção e eliminação de pragas;
h) Assegurar a deposição diária de resíduos ou detritos em recipientes próprios, bem como nos espaços existentes nas áreas de uso comum, destinados à sua recolha e acondicionamento, respeitando as regras da coleta seletiva;
i) Não desperdiçar água das torneiras, não utilizar a água da boca-de-incêndio, nem utilizar indevidamente outros equipamentos instalados no local;
j) Fixar em local visível os horários de funcionamento.

CAPÍTULO XV
PROIBIÇÕES

Artigo 60 - É expressamente proibido aos concessionários dos quiosques:

a) Ocupar uma área superior ou diferente da permitida;

b) Usar balanças, pesos e medidas que não estejam devidamente aferidas;

c) Ter os produtos desarrumados e áreas de circulação ocupadas;

d) Lançar, manter ou deixar no solo ou lugares, resíduos, restos, lixos ou desperdícios, ou lançá-lo para a rua;

e) Deixar nos lugares quaisquer equipamentos utilizados na limpeza;

f) Deixar abertas torneiras ou gastar água para fim diferente da sua atividade;

g) Lavar veículos no espaço de estacionamento ou em qualquer área envolvente do local;

h) Lavar peças de vestuário nas dependências do quiosque;

i) Trabalhar sem guarda-pó ou descalços;

j) Pernoitar nos quiosques;

k) Permanecer com animais de estimação dentro dos quiosques;

l) A prática e a comercialização de jogos de azar ou outras atividades ilícitas;

m) Utilização de som ao vivo e mecânico.

CAPÍTULO XVI
DAS INFRAÇÕES E DAS MULTAS

Artigo 61 - Sempre que no exercício das suas funções o agente fiscalizador tome conhecimento de infrações cuja fiscalização seja da

competência específica de outra entidade, o agente público deverá participar-lhe a ocorrência.

Artigo 62 - Em função da gravidade poderá ser aplicada a sanção ou multa acessória de:
a) Apreensão dos objetos, produtos ou gêneros utilizados na prática da infração;
b) Suspensão do direito de ocupação do quiosque por um período não superior a 30 (trinta) dias;
c) Rescisão do contrato de concessão de uso, sem prejuízo de outras sanções que ao caso couber.

Artigo 63 - Nenhum concessionário poderá usar de toldos ou placas, sem prévia autorização da Administração Municipal.

Artigo 64 - Por infração a qualquer dispositivo deste regulamento, assim como de leis e/ou posturas municipais inerentes à matéria ora regulada, aplicar-se-ão multas de 6 (seis) a 10 (dez) UFESPs, vigentes à época da infração, elevadas ao dobro nas reincidências, podendo, além disso, ser declarado extinto e rescindido o contrato existente, sem direito a nenhum tipo de indenização.

Artigo 65 – Verificando-se uma infração, o fato será levado imediatamente ao conhecimento da Administração Municipal, a qual lavrará por seu setor competente o auto de infração, que conterá:
a) Nome do infrator;
b) A disposição legal infringida;
c) A importância da multa, se for o caso;
d) Data da infração;
e) Assinatura do responsável;
f) Assinatura de uma testemunha;
g) Assinatura do infrator que, negando-se a fazê-la, será suprida pela testemunha.

Artigo 66 - Dos autos de infração lavrados caberá recurso dirigido à Secretaria de Assuntos Fazendários, no prazo de 10 (dez) dias, se o caso, podendo ser reapreciado pelo Chefe do Executivo.

Parágrafo Primeiro – Não havendo recurso ou sendo-lhe negado provimento, o infrator deverá recolher a importância devida dentro de 3 (três) dias.

Parágrafo Segundo – Decorrido esse prazo sem que tenha havido o pagamento, considerar-se-á rescindido o contrato, devendo o ocupante do quiosque desocupar o local imediatamente.

CAPÍTULO XVII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 67 - Os casos omissos e as dúvidas resultantes da interpretação deste regulamento serão resolvidos por deliberação da Administração Municipal, devendo haver provocação da parte interessada, mediante protocolo de processo administrativo.

Artigo 68 - Em tudo o que não estiver disposto no presente regulamento, aplicar-se-ão as normas constantes nas demais legislações em vigor.

Artigo 69 - A gestão contratual ficará a cargo da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos e a fiscalização sob a incumbência da Secretaria Municipal de Assuntos Fazendários.

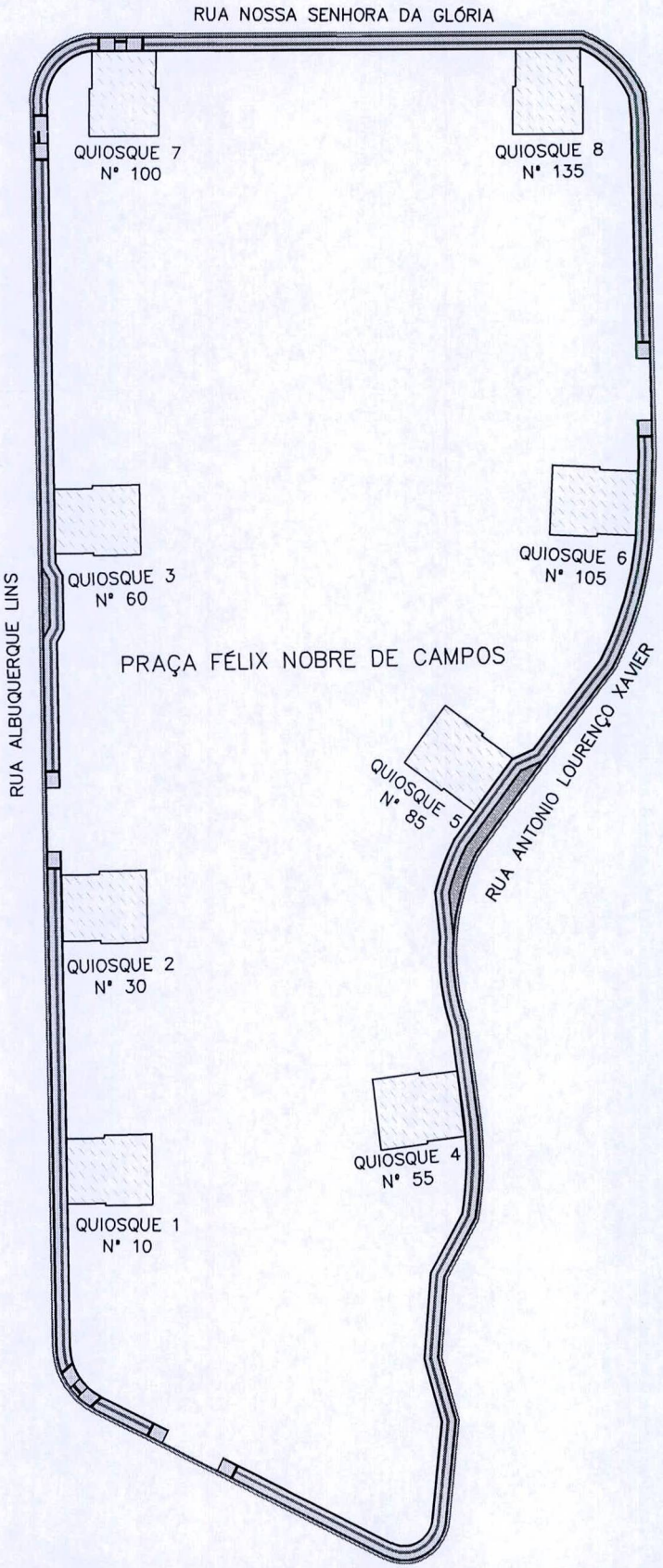
Artigo 70 – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 09 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 09 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

(ANEXO I - PLANTA DOS QUIOSQUES)



OBJETO: REQUALIFICAÇÃO DE PRAÇAS DO CENTRO TURÍSTICO

ASSUNTO: PLANTA DE LOCAÇÃO

LOCAL: PRAÇA FÉLIX NOBRE DE CAMPOS, TREMEMBÉ -SP

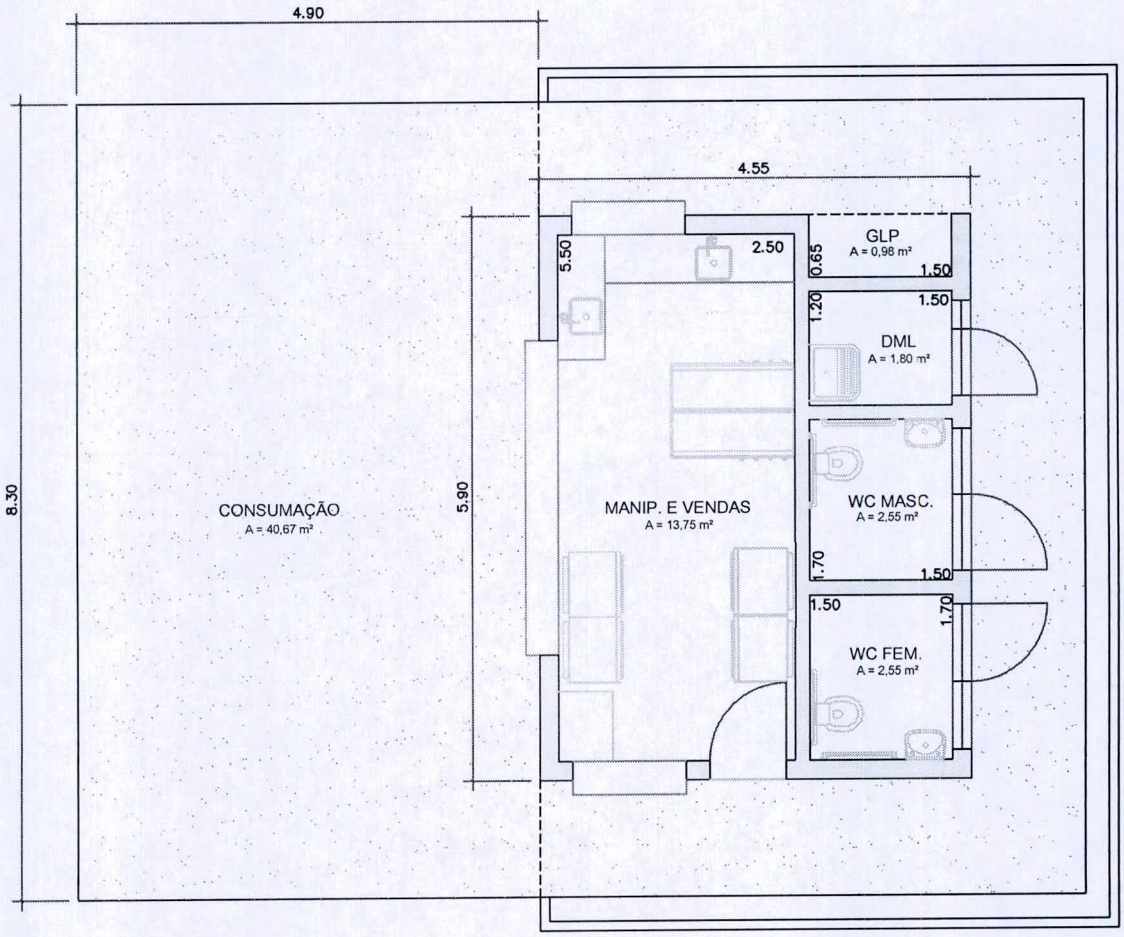
MARCELO VAQUELI
PREFEITO MUNICIPAL

MATHEUS OTANI PEREIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
CREA Nº 5062324490-SP

FOLHA: 01/02

DATA: SETEMBRO/2020

ESCALA: S/ESCALA



PLANTA BAIXA

ESC: 1/75

QUADRO DE ÁREAS	
LOCAL	ÁREA (M2)
MANIP. E VENDAS	13,75
GLP	0,98
DML	1,80
WC MASC.	2,55
WC FEM.	2,55
CONSUMAÇÃO	40,67

NOTA: ÁREA CONSTRUÍDA DE 26,85 M2

OBJETO: REQUALIFICAÇÃO DE PRAÇAS DO CENTRO TURÍSTICO

ASSUNTO: PLANTA BAIXA

LOCAL: PRAÇA FÉLIX NOBRE DE CAMPOS, TREMEMBÉ -SP

MARCELO VAQUELI
PREFEITO MUNICIPAL

MATHEUS OTANI PEREIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS
CREA Nº 506232490-SP

FOLHA: 02/02

DATA: SETEMBRO/2020

ESCALA: INDICADA

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.933, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 1.000,00 (Mil Reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**
03	**SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**
010	**Departamento de Ação Social**
08.244.0015.2099	Manutenção das Atividades da Assistência Comunitária.
109-3.3.9014	Diárias – Civil..... (+)R$ 1.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**
03	**SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**
008	**Fundo Municipal De Assistência Social**
08.244.0014.2014	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
96 – 3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... (-)R$ 1.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 04 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 04 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.932, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre remanejamento de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o remanejamento no valor de R$ 127.000,00 (Cento e Vinte e Sete Mil Reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**
01	**GABINETE DO PREFEITO**
001	**Gabinete do Prefeito**
04.121.0001.2001	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.
1-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil..... (+)R$ 127.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**
03	**SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**
008	**Fundo Municipal De Assistência Social**
08.244.0014.2014	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social
96 – 3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... (-)R$ 127.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 04 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 04 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.925, DE 26 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre remanejamento de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o remanejamento no valor de R$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**	
001	**GABINETE DO PREFEITO**	
002	**Procuradoria do Município**	
04.122.0137.2322	Manutenção das Atividades da Procuradoria do Município.	
021-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(+)R$ 35.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**	
06	**SECRETARIA DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS**	
014	**Seção de Empenho**	
04.123.0046.2042	Manutenção das Atividades da Seção de Empenho.	
314-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$ 35.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 26 de agosto de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 26 de agosto de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.926, DE 26 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:	
01	**EXECUTIVO**
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**
013	**Seção da Unidade Básica do Centro de Saúde.**
10.301.0074.2251	Manutenção das Atividades da Seção da Unidade Básica do Centro de Saúde.
986-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... (+)R$ 30.000,00
REDUZ:	
01	**EXECUTIVO**
11	**SECRETARIA DE SAÚDE**
018	**Seção de Unidade de Controle Diagnose**
10.302.0074.2256	Unidade do Centro de Diagnose.
989-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica..... (-)R$ 30.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 26 de agosto de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 26 de agosto de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.927, DE 26 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre remanejamento de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o remanejamento no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**
06	**SECRETARIA DE ASSUNTOS FAZENDÁRIOS**
017	**Seção de Tesouraria**
04.129.0044.2040	Manutenção das Atividades da Chefia do Setor de Tesouraria.
335-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... (+)R$ 200.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**
02	**SECRETARIA DA CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO**
001	**Administração da Chefia de Gabinete**
04.122.0002.2002	Manutenção das atividades da Chefia do Gabinete do Prefeito.
24-3.1.9013	Obrigações Patronais..... (-)R$ 80.000,00
12	**Controladoria Geral do Município**
04.122.0104.2296	Manutenção dos Serviços da Controladoria Geral do Município.
36-3.1.9013	Obrigações Patronais..... (-)R$ 20.000,00
03	**SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**
008	**Fundo Municipal de Assistência Social**
08.244.0014.2014	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social.
96-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... (-)R$ 50.000,00
04	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**
027	**Setor de Vigilância e Segurança Patrimonial**
04.122.0032.2028	Manutenção das Atividades do Setor de Vigilância Patrimonial.
234-3.1.9013	Obrigações Patronais..... (-)R$ 50.000,00

Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 26 de agosto de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 26 de agosto de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.928, DE 31 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 66.500,00 (Sessenta e Seis Mil e Quinhentos Reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**
09	**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS**
011	**Departamento de Obras Públicas**
15.452.0055.1024	Pavimentação Asfáltica e Intertravada e Recapeamento de Logradouros Públicos.
558-44.9051	Obras e Instalações..... (+)R$ 66.500,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**
09	**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS**
011	**Departamento de Obras Públicas**
15.451.0055.1007	Manutenção e Construção de Galerias Pluviais.
546-3.3.9030	Material de Consumo..... (-)R$ 66.500,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 31 de agosto de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de agosto de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.929, DE 31 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre remanejamento de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no § 2º do artigo 13 da Lei Municipal nº 4.720, de 18 de junho de 2019,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o remanejamento no valor de R$ 40.000,00 (Quarenta Mil Reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**	
09	**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS**	
017	**Setor de Serviços Urbanos**	
04.122.0120.2271	Manutenção dos Serviços Urbanos.	
637-3.3.9030	Material de Consumo.....	(+)R$ 40.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**	
03	**SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**	
010	**Departamento de Ação Social**	
08.244.0015.2099	Manutenção das Atividades da Assistência Comunitária.	
110-3.3.9030	Material de Consumo.....	(-)R$ 20.000,00
111-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(-)R$ 20.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 31 de agosto de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de agosto de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.930, DE 02 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotação orçamentária".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto a Lei Municipal nº 4.934/2020,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**	
11	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
010	Setor Administrativo da Saúde	
10.301.0073.2249	Manutenção do Setor Administrativo da Saúde.	
715-.3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	(+)R$220.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**	
011	**SECRETARIA DE SAÚDE**	
001	Administração	
10.122.0069.2065	Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde.	
687-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	(-)R$ 30.000,00
012	Seção de Apoio Atenção Básica do Programa ESF	
10.301.0074.2250	Seção de Apoio a Atenção Básica do Programa ESF.	
734-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$ 28.000,00
013	Seção da Unidade Básica do Centro de Saúde	
10.301.0074.2251	Manutenção das Atividades da Seção da Unidade Básica do Centro de Saúde.	
740-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$ 50.000,00
015	Seção Programa de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica	
10.303.0074.2253	Programa de Assistência Farmacêutica Básica.	
746-3.3.9032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.....	(-)R$ 97.000,00
024	Setor de Assistência Ambulatorial e Hospitalar	
10.302.0112.2259	Assistência Hospitalar em Atenção Básica.	
807-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica.....	(-)R$ 15.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 02 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 02 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.931, DE 02 DE SETEMBRO DE 2020.

"Dispõe sobre a manutenção da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO as disposições contidas no Processo Interno nº 3.894/2020,

CONSIDERANDO que é dever da Administração Municipal zelar pela saúde pública,

D E C R E T A:

ARTIGO 1º - Fica mantida a gestão dos membros nomeados para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, devidamente constituída pela Portaria Municipal nº 7.339, de 24 de setembro de 2019, enquanto perdurar o estado de calamidade pública conforme disposto no Decreto Legislativo nº 06/2020, publicado em 20 de março de 2020 pelo Senado Federal e Decreto Municipal nº 5.801, de 02 de abril de 2020.

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 02 de setembro de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 02 de setembro de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Caixa Postal nº 071 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.924, DE 26 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.930/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Fiscal do Município um Crédito Adicional Especial da ordem de R$ 6.278,23 (Seis mil, duzentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos) para atender a Secretaria de Saúde, assim classificado:

01	EXECUTIVO	
011	SECRETARIA DE SAÚDE	
013	Seção da Unidade Básica do Centro de Saúde	
10.301.0074.2251	Manutenção das Atividades da Seção da Unidade Básica do Centro de Saúde.	
3.3.9030	Material de Consumo.....	R$ 6.278,23
Fonte: 02	Modalidade de Aplicação: 312.0312	

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito, a que se refere o artigo anterior, será em atendimento aos Processos nº 408/2016, 08/2018; 00041804420168260634 e 15007306201982606l8, atendendo a Justiça Estadual da 1ª e 2ª Varas da Comarca de Tremembé.

ARTIGO 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, se necessário, a proceder à suplementação deste Crédito Adicional Especial que fica fazendo parte integrante do Orçamento Fiscal do Município, nos moldes do artigo 6°, bem como efetuar transposição, remanejamento e transferência, conforme o que dispõe no artigo 7°, da Lei Municipal nº 4.773, de 16 de outubro de 2019.

ARTIGO 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 26 de agosto de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 26 de agosto de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.923, DE 26 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre transposição de dotações orçamentárias.

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.929/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição no valor de R$ 425.000,00 (Quatrocentos e vinte e cinco mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**	
07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**	
011	**SEÇÃO PRÉ ESCOLA**	
12.365.0133.2240	Manutenção das Atividades da Educação Infantil – FUNDEB – Recursos Estaduais.	
459-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	(+)R$ 415.000,00
012	**SEÇÃO DE CRECHE**	
12.365.0134.2231	Manutenção das Atividades da Creche.	
469-3.3.9039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....	(+)R$ 10.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**	
07	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**	
006	**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**	
12.361.0051.1011	Reforma/Ampliação e Manutenção – Recursos Próprios.	
392-4.4.9051	Obras e Instalações.....	(-)R$ 100.000,00
12.365.0051.1013	Construção/Reforma de Prédio – Creche – Recursos Próprios.	
394-4.4.9051	Obras e Instalações.....	(-)R$ 200.000,00
09	**SETOR ADMINISTRATIVO DA EDUCAÇÃO**	
12.361.0131.2228	Manutenção das Atividades do Setor Administrativo da Educação.	
432-3.3.9032	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita.....	(-)R$ 125.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 26 de agosto de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 26 de agosto de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNÍCIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)
Rua 7 de Setembro, 701 – Tremembé-SP - CEP 12120-000 - Fone: 3607-1000 - FAX: 3607-1040
E-mail: tremembe@tremembe.sp.gov.br- Site: www.tremembe.sp.gov.br

DECRETO Nº 5.922, DE 26 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre remanejamento de dotações orçamentárias".

MARCELO VAQUELI, Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 4.928/2020,

D E C R E T A:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar o remanejamento no valor de R$ 109.000,00 (Cento e nove mil reais), alterando as seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ACRESCENTA:

01	**EXECUTIVO**		
09	**SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS**		
011	**DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS**		
15.452.0055.1024	Pavimentação Asfáltica e Intertravada, e Recapeamento de Logradouros Públicos.		
558-4.4.9051	Obras e Instalações.....	(+)R$	109.000,00

REDUZ:

01	**EXECUTIVO**		
01	**GABINETE DO PREFEITO**		
011	**PROCURADORIA DO MUNICÍPIO**		
04.122.0137.2323	Manutenção das Atividades do Setor de Execução Fiscal.		
020-3.3.9036	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....	(-)R$	19.000,00
02	**SECRETARIA DA CHEFIA DO GABINETE DO PREFEITO**		
014	**COORDENADORIA ADJUNTA DOS SERVIÇOS DE SECRETARIA**		
04.122.0004.2004	Manutenção das Atividades da Coordenadoria Adjunta dos Serviços de Secretaria.		
046-3.1.9011	Vencimentos e Vantagens Fixas.....	(-)R$	50.000,00
047-3.1.9013	Obrigações Patronais.....	(-)R$	40.000,00

ARTIGO 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 26 de agosto de 2020.

MARCELO VAQUELI
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 26 de agosto de 2020.

JOSÉ MARCIO ARAUJO GUIMARÃES
Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito